

Augusto Cury

Economia

Análise de 63 propostas econômicas do plano
"O Brasil dos Nossos Sonhos" (Avante)

63

propostas avaliadas

5,5

nota média

25 · 22 · 16

bem desenhadas · mal
detalhadas · inviáveis

Sumário

Parte 0	Como este documento foi feito	5
21	Regularização fundiária de 5 milhões de moradias em favelas e comunidades urbanas	10
36	100 usinas de etanol de milho processando 100 milhões de toneladas por ano	12
Bloco A	Contas Públicas, Impostos e Estado Eficiente	15
01	Déficit público próximo de zero durante o mandato	17
02	Redução gradual e sustentável da dívida pública	19
03	Reforma administrativa	21
04	Avaliar os impactos da reforma tributária e propor ajustes	23
05	Revisão do pacto federativo: "menos União, mais municípios"	25
06	Divulgar o custo de cada regime tributário especial	27
07	Carga tributária menor ao fim da transição da reforma	29
08	Governo totalmente digital	31
09	Gestão por metas e avaliação permanente de políticas	33
10	Inteligência artificial contra fraudes e desperdícios	35
11	Fundo de Desenvolvimento Regional com critérios técnicos e preservação da Zona Franca	37
Bloco B1	Empreendedorismo e Economia Distribuída	41
12	Criar o Ministério (ou Secretaria Executiva) do Empreendedorismo e da Economia Distribuída	42
13	Rede de 10 mil clubes e escolas de empreendedorismo	44
14	Banco do Empreendedor: crédito de até R\$ 20 mil a juros de 5% a 6% ao ano	46
15	Meta de 10 milhões de novos empreendedores	48
16	Financiar o programa com parte dos lucros das estatais	50
17	Bolsa Família: não punir quem formaliza, e premiar com incentivos e juros menores	52
Bloco B2	Comunidades, Estradas, Formalização, Mulheres e Juventude	56
18	Regularização fundiária de 5 milhões de moradias	57
19	Comunidade 4.0: urbanização e infraestrutura das favelas	58
20	Proteção contra especulação e fraudes após a regularização	61
21	Conselho Comunitário de Transformação e painel público de cada comunidade	10
22	Polos de empreendedorismo a cada 10-15 km nas rodovias (BEE)	65
23	Duplicação das principais rodovias	67
24	Mutirão nacional de formalização: licença em 48 horas e cadastro único	69
25	Transparência salarial e correção da diferença de 21% entre homens e mulheres	71
26	Igualdade na concessão de crédito para mulheres	73
27	Primeiro emprego: incentivo fiscal a empresas que contratem jovens	75
Bloco C1	Agro, Semiárido, Agroindústria e Cooperativismo	80
28	Dobrar a produção agropecuária e de alimentos em 8 a 10 anos	81
29	Prazos máximos legais para licenciamento ambiental, sanitário e outorga de água	83
30	Fortalecimento do pequeno produtor e "Raízes do Brasil"	85
31	Ampliar significativamente a cobertura do seguro rural (PSR)	87
32	Expandir a irrigação: de 10 para até 55 milhões de hectares, com foco no Semiárido	89

33	Multiplicar por 10 a exportação de frutas em oito anos	91
34	Crédito rural de longo prazo, fundo garantidor, linhas em dólar e "spread civilizado"	93
35	10 mil agroindústrias e clusters de proteína em oito anos	95
36	100 usinas de etanol de milho processando 100 milhões de toneladas por ano	12
37	Centros regionais de proteína animal integrados (milho, DDGS, ração, abate), com foco em Nordeste e MATOPIBA	98
38	Dobrar cooperados (26 para 50-54 milhões) e cooperativas (5 mil para 10 mil) em dez anos	100
39	Ecosistemas cooperativos em 12 setores e plataforma digital nacional	102
40	Criar a Autoridade Nacional do Cooperativismo (ANCOOP)	104
Bloco C2	Indústria, Infraestrutura, Energia e Minerais Estratégicos	109
41	Programa nacional para 10 mil novas indústrias	110
42	Política nacional de semicondutores e microeletrônica	112
43	Indústria farmacêutica, biotecnologia e insumos de saúde	114
44	Ampliação de concessões e parcerias público-privadas	116
45	Incentivos fiscais e parcerias para armazenagem de grãos	118
46	Universalização da infraestrutura digital	120
47	Cumprir o Marco Legal do Saneamento como prioridade nacional	121
48	Expansão massiva da matriz limpa: 90% até 2040	123
49	Hidrogênio verde: corredor nacional, hubs no Nordeste e top 3 mundial em exportação até 2035	125
50	Regulamentar o mercado de carbono e instituir Pagamento por Serviços Ambientais	127
51	PETRA-BR: terras raras com processamento nacional, zonas de industrialização e transferência de tecnologia	129
Bloco D	Comércio Exterior e Diplomacia Econômica	134
52	Prazo legal máximo para devolução de créditos tributários ao exportador	135
53	Cinco Corredores Estratégicos de Exportação com aduana digital e novos benefícios tributários	137
54	Modernizar as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)	139
55	Crédito, garantias e seguro de exportação para pequenas e médias empresas	141
56	Cinco Zonas Francas de Exportação com vocação setorial por estado	143
57	Criar a ZONE (Zona Nacional de Exportação), agência coordenadora	145
58	Embaixada 4.0: metas anuais públicas por posto, núcleos de comércio, formação e inteligência comercial	147
59	Realocar diplomatas: 20% do efetivo nos EUA para Índia e Ásia, 10% da Europa para China e Oriente Médio	149
60	Feiras Internacionais do Brasil: duas por ano em cada país prioritário	151
61	Programa Influenciadores Embaixadores do Brasil	153
62	Duas Black Weeks do turismo brasileiro por ano	155
63	Meta: dobrar o comércio do Brasil com o mundo em oito anos	157
Fechamento	Ranking, Placar e Análise Transversal	161

O plano em números

Este documento avalia o texto do plano de governo protocolado no TSE, proposta por proposta, com os mesmos cinco critérios usados para todos os candidatos da série. A nota mede a qualidade do desenho; a faixa mede se a proposta, como está escrita, tem condições de sair do papel. Nenhum critério avalia ideologia.

25

bem desenhadas

39,7%

22

mal detalhadas

34,9%

16

inviáveis como estão

25,4%

14

propostas com nota 7 ou mais

14

propostas com nota 4 ou menos

4 de 63

estimam o custo em reais

41 de 63

não dizem quem paga

37 de 63

descrevem como novidade algo que já existe

40 de 63

são executáveis sem lei nova

O que mais se destaca

- **Melhor proposta (9,0):** regularização fundiária de 5 milhões de moradias, única com meta, prazo, lei existente, custo e salvaguardas (ficha 18).
- **Pior proposta com impacto estrutural (3,0):** revisão do pacto federativo sem número, sem instrumento e em conflito com o déficit zero prometido duas páginas antes (ficha 05).
- **Achado central:** o plano propõe criar um Ministério do Empreendedorismo que existe desde 2023, com as mesmas atribuições, sem citá-lo (ficha 12). É o exemplo mais visível de um padrão: 37 propostas descrevem como novidade políticas em vigor.
- **A conta que não fecha:** déficit zero, carga menor, mais dinheiro para municípios e R\$ 145 a 280 bilhões em programas novos, sem um corte de despesa nomeado. A Previdência, com déficit de R\$ 317 bilhões em 2025, não aparece nas 200 páginas.
- **O que o plano faz de melhor:** propostas de gestão que custam pouco e produzem transparência: metas públicas por ministério e por embaixada, custo de cada benefício tributário divulgado, painel de gastos por comunidade, prazo para devolver crédito ao exportador.

O ranking completo das 63 propostas, a ficha-padrão para comparação entre candidatos e a análise transversal estão na parte final deste documento.

Como este documento foi feito

Metodologia, disclaimers, glossário e fichas-modelo

1. Antes de começar: leia isto

Este documento analisa o **texto** do plano de governo que o candidato Augusto Cury protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), chamado “O Brasil dos Nossos Sonhos”, com 200 páginas. Ele não analisa o candidato, a biografia dele, o partido, as falas de campanha nem a chance de vitória. Só o que está escrito no documento oficial.

Quem escreve isto **não tem vínculo com nenhum partido, nenhuma campanha e nenhum candidato**. Não recebeu pagamento, patrocínio ou apoio de qualquer pessoa ou entidade ligada à disputa. As opiniões aqui são pessoais, mas seguem um método que está publicado neste mesmo documento e que é aplicado, sem alteração, a todos os candidatos analisados nesta série.

O objetivo **não é dizer em quem votar**. É traduzir um plano de governo, que costuma ser longo e escrito em linguagem técnica, para que qualquer pessoa consiga entender o que foi prometido, o que é forte, o que é fraco e onde faltam informações. A conclusão é sua.

Os critérios usados aqui **não avaliam ideologia**. Não perguntam se uma proposta é de direita ou de esquerda, se aumenta ou diminui o tamanho do Estado, se é boa ou má em termos de valores. Perguntam apenas se a proposta está bem desenhada: se descreve o problema com dados corretos, se diz como vai fazer, se diz quem paga, se é possível executar e se faz diferença real. Um plano estatizante e um plano liberal podem tirar a mesma nota se tiverem a mesma qualidade de desenho.

Este método tem limites. Ele não mede a intenção política de quem escreveu, a competência da equipe que vai executar, nem o cenário econômico dos próximos anos. Um plano bem escrito pode ser mal executado, e um plano vago pode dar origem a um bom governo. O que o método mede é o que está no papel, e o papel é a única coisa que todos os candidatos entregam em igualdade de condições.

Erros acontecem. Se você encontrar um dado incorreto, uma citação fora de contexto ou um link quebrado, há um canal de contestação no fim deste documento. Correções serão feitas publicamente, com registro de versão.

2. O que este documento é, e o que não é

É:

- Uma leitura completa do plano, proposta por proposta, com nota para cada uma.
- Uma tradução para linguagem simples do que cada promessa significa.
- Um confronto de cada promessa com dados públicos, com link para a fonte.

- Um método público, aplicado igual para todos os candidatos da série.

Não é:

- Uma recomendação de voto.
- Uma avaliação do candidato como pessoa ou como político.
- Uma previsão de que o plano será cumprido, ou não.
- Uma análise de temas fora da economia (educação, saúde, segurança e política institucional têm documentos próprios).

3. Como avaliamos (o método, sem economês)

3.1 O que conta como “uma proposta”

Planos de governo misturam promessas concretas com frases de intenção. Para que a contagem seja justa entre candidatos, usamos uma regra fixa: **uma proposta é um compromisso que diz o que vai ser feito e com qual ferramenta**. “Vamos estimular a inovação” não é uma proposta; é uma intenção, e fica absorvida pelo item maior a que pertence. “Vamos criar um prazo legal máximo para o governo devolver crédito tributário ao exportador” é uma proposta.

Ficam de fora da contagem, em todos os planos: críticas a adversários, relatos do que o candidato já fez no passado e frases de efeito.

3.2 O que é “economia” neste documento

Entra aqui tudo que mexe em **dinheiro público, imposto, crédito, produção, trabalho, comércio e infraestrutura econômica**. Fica para o documento de Política tudo que mexe nas **regras do jogo**: sistema de governo, Judiciário, sistema eleitoral, relação entre os Poderes.

3.3 Os cinco critérios

Cada proposta recebe de 0 a 2 pontos em cinco perguntas. A soma vai de 0 a 10.

Critério 1 — O problema está bem descrito? Quer saber se o plano entende o que está tentando resolver.

- 0: o problema está mal descrito ou o dado usado está errado.
- 1: o problema é real, mas o plano não traz dado.
- 2: o problema é real e o plano traz um dado verificável de fonte oficial ou acadêmica. *Regra*: o que o candidato diz que fez no passado não conta como dado.

Critério 2 — A proposta diz como vai fazer? Quer saber se existe meta, prazo e ferramenta, ou só uma vontade.

- 0: só intenção.
- 1: tem meta ou prazo, mas não diz a ferramenta (lei, programa, órgão, decreto).
- 2: tem meta, prazo e ferramenta. *Regra*: proposta de “continuar” algo que já existe só pontua se disser o quanto a mais vai fazer.

Critério 3 — Diz quem paga? Toda proposta custa alguma coisa. Ou custa ao governo, ou custa a alguém (empresa, consumidor, trabalhador).

- Se custa ao governo: 0 = custo relevante e nenhuma fonte de dinheiro; 1 = cita a fonte, mas não estima o custo; 2 = estima o custo e identifica a fonte.
- Se não custa ao governo, mas custa a alguém: 0 = ignora quem paga; 1 = reconhece, mas não trata; 2 = reconhece e trata (transição, compensação).

Critério 4 — Dá para executar? Quer saber o caminho legal.

- 0: precisa mudar a Constituição (e a mudança não está tramitando), ou bate de frente com uma lei em vigor.
- 1: precisa de lei nova, ou a mudança constitucional já passou por uma das Casas do Congresso.
- 2: o governo consegue fazer sozinho, por decreto, gestão ou programa que já existe.

Critério 5 — Faz diferença real? Quer saber o tamanho do efeito, se der certo.

- 0: efeito pequeno, atinge um nicho.
- 1: efeito em um setor ou uma região.
- 2: efeito na economia inteira ou na maior parte da população.

3.4 As falhas graves (tetos)

Algumas falhas são tão sérias que limitam a nota máxima que a proposta pode alcançar, não importa quão boa seja no resto. Chamamos isso de **teto**. Usamos teto em vez de desconto para não punir a mesma falha duas vezes.

Falha grave	A nota não passa de
Custo significativo sem nenhuma origem de dinheiro	5,0
Meta que exige ritmo maior que o melhor período de 10 anos das últimas quatro décadas para aquele indicador	6,0
Contradição direta com outra proposta do mesmo plano	6,0
Conflito com uma lei em vigor ou em transição	6,0
Repete uma política que já existe sem reconhecer	7,0

3.5 As três faixas do placar

- **Bem desenhada:** nota 6,0 ou mais, sem falha grave.
- **Mal detalhada:** nota entre 4,0 e 5,9, sem falha grave. Não é uma má ideia; é uma ideia que o plano não explicou o suficiente.
- **Inviável como está:** nota abaixo de 4,0, ou qualquer proposta que acionou uma falha grave, independentemente da nota.

O placar que abre o vídeo informa quantas propostas caíram em cada faixa. Junto dele vão quatro dados descritivos, iguais para todos os candidatos: número de propostas analisadas, percentual de propostas de continuidade, percentual do texto econômico dedicado a comparar com adversários, e número de metas com número.

3.6 Os destaques do vídeo

O vídeo mostra quatro propostas: as **duas de maior nota** e as **duas de menor nota**. A escolha é mecânica, não editorial. Empate se resolve pelo critério 5 (tamanho do efeito) e, se persistir, pela ordem em que aparecem no plano.

3.7 Padrão de prova

Toda crítica com número aponta para uma fonte primária (IBGE, Banco Central, Tesouro Nacional, FAO, Embrapa, Conab, ANA, Banco Mundial, gov.br), com link conferido no momento da redação. Toda contradição interna cita as duas páginas do plano onde as frases conflitantes aparecem. Todo “isso já existe” cita a lei ou o programa. Elogios que invocam evidência seguem a mesma regra. Quando não há fonte para uma afirmação, ela é marcada como *análise* ou é retirada.

4. Como ler uma ficha

Cada proposta ganha uma página com os mesmos campos, sempre na mesma ordem:

1. **Número e título** — identificação curta.
2. **Onde está no plano** — projeto ou tese, e página, para você conferir.
3. **O que o plano promete** — citação fiel ou paráfrase próxima do texto original.
4. **Traduzindo** — a mesma promessa, em uma ou duas frases sem jargão.
5. **O que os dados dizem** — o contexto factual, com fontes.
6. **Pontos a favor** — o que a proposta tem de bom.
7. **Pontos contra** — o que falta ou o que não fecha.
8. **Falhas graves** — quais tetos foram acionados, se algum.
9. **Notas por critério** — as cinco notas de 0 a 2.
10. **Nota final e faixa** — o número de 0 a 10 e a faixa do placar.
11. **Em uma frase** — o veredito curto, o mesmo que vai para o vídeo.

5. Glossário inicial

Termos que aparecem em quase todas as fichas. Cada ficha explica seus próprios termos quando aparecem pela primeira vez; este bloco reúne os mais comuns.

Déficit público / déficit primário. Quando o governo gasta mais do que arrecada em um ano, sem contar os juros da dívida. “Déficit zero” significa arrecadar o mesmo que gasta.

Dívida pública. O total que o governo deve, acumulado ao longo dos anos. Normalmente se mede em porcentagem do PIB.

PIB. A soma de tudo que o país produz em um ano. É a régua com que se compara quase tudo na economia.

Selic. A taxa básica de juros do Brasil, definida pelo Banco Central. Todas as outras taxas (crediário, financiamento, empréstimo para empresa) partem dela.

Spread bancário. A diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro e o que cobra de quem pega emprestado. Spread alto = crédito caro.

Crédito subsidiado. Empréstimo com juros abaixo do que o mercado cobraria. A diferença é paga pelo governo, ou seja, por todos os contribuintes.

Renúncia fiscal / benefício tributário. Imposto que o governo deixa de cobrar de alguém (um setor, uma região, um tipo de empresa). É um gasto, só que invisível no orçamento.

IVA. Imposto sobre valor agregado. É o modelo de imposto sobre consumo que a reforma tributária brasileira está implantando, substituindo cinco tributos por dois (CBS e IBS).

Reforma tributária. A mudança no sistema de impostos sobre consumo aprovada em 2023, com transição gradual de 2026 até 2033.

Pacto federativo. A regra que define quanto do imposto arrecadado fica com a União, quanto vai para os estados e quanto vai para os municípios.

PEC. Proposta de Emenda à Constituição. É o caminho mais difícil para mudar uma regra: precisa de três quintos dos votos na Câmara e no Senado, em duas votações cada.

Regularização fundiária. O processo de dar documento oficial (título) a quem mora em um imóvel sem escritura. REURB é o nome da lei que regula isso nas cidades.

PPP / concessão. Parceria público-privada e concessão: modelos em que uma empresa privada constrói ou opera um serviço público (estrada, saneamento) e é remunerada por tarifa ou pelo governo.

Agroindústria. Indústria que transforma produto do campo em produto processado: o frigorífico, a fábrica de ração, a usina de etanol, a processadora de suco.

DDGS. Sigla em inglês para o resíduo sólido que sobra quando se faz etanol de milho. É rico em proteína e vira ração animal.

Cooperativa. Empresa que pertence aos próprios usuários (produtores, clientes, trabalhadores), em que cada sócio tem um voto e os resultados são divididos entre os sócios.

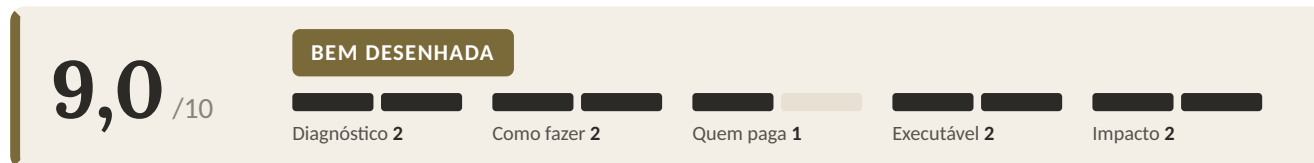
Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Área com regras de imposto especiais para empresas que exportam quase tudo o que produzem. Existe no Brasil desde 1988.

Zona Franca. Área com isenção ampla de impostos para atrair indústria. A mais conhecida é a de Manaus.

6. Fichas-modelo

As duas fichas abaixo foram escolhidas para mostrar o padrão nos dois extremos: uma proposta que pontua alto e uma que aciona falha grave. Elas serão incorporadas, sem alteração, ao bloco a que pertencem (a primeira ao Bloco B2, a segunda ao Bloco C1).

Regularização fundiária de 5 milhões de moradias em favelas e comunidades urbanas (ficha-modelo A)



Onde está no plano: Projeto 5, “Comunidades Empreendedoras do Brasil”, páginas 105 a 112. Também citado na Tese 3, item d, página 40.

O que o plano promete: Criar um Programa Nacional de Regularização Fundiária usando a lei da REURB, com um Mapa Nacional que identifique “comunidade por comunidade e imóvel por imóvel”, apoiado por drones, satélite e inteligência artificial, com supervisão humana e jurídica nas decisões. Meta de regularizar até 5 milhões de moradias em dez anos (cerca de 500 mil por ano), com prioridade para famílias de menor renda e territórios com condições jurídicas mais simples. Custo estimado de R\$ 10 a 20 bilhões em dez anos, dividido entre União, estados, municípios, fundos existentes, bancos públicos, setor privado e organismos multilaterais. O título não será exigido como garantia dos pequenos empréstimos do Banco do Empreendedor. Haverá educação patrimonial e assistência jurídica contra fraudes, para evitar que famílias vendam a casa sob pressão logo após a valorização.

Traduzindo: O plano quer dar escritura para quem mora em favela e não tem documento da casa. Promete fazer isso para 5 milhões de famílias em dez anos, usando uma lei que já existe, e diz que vai custar entre 10 e 20 bilhões nesse período. Também promete proteger essas famílias para que não percam a casa depois de receber o papel.

O que os dados dizem:

- Segundo o Censo 2022 do IBGE, o Brasil tinha 16.390.815 pessoas morando em favelas e comunidades urbanas, em 12.348 territórios, o que equivalia a 8,1% da população. O plano cita exatamente esses números (página 105). Fonte: IBGE Educa, [Censo 2022: 16.390.815 pessoas moravam em favelas e comunidades urbanas](#).
- O IBGE contou 6.556.998 domicílios nessas áreas, dos quais 5.557.391 (84,8%) eram domicílios particulares permanentes ocupados. A meta de 5 milhões de títulos corresponde, portanto, a quase a totalidade dos domicílios ocupados em favelas. Mesma fonte.
- A REURB é a Lei 13.465, de 2017, em vigor. Ela cria dois caminhos: REURB-S, para população de baixa renda, gratuita e com registro simplificado, e REURB-E, para os demais. O instrumento legal citado pelo plano existe e está operando. Fonte: [Lei nº 13.465/2017, Planalto](#).
- O plano cita como referência o programa COFOPRI, do Peru, que titulou mais de 1,5 milhão de imóveis urbanos entre o fim dos anos 1990 e os anos 2000, e as experiências de Medellín (Colômbia) e do Baan Mankong (Tailândia). As três referências são reais e aparecem na literatura de políticas urbanas. *Análise: o Peru é um país com menos de um sétimo da população brasileira, então 1,5 milhão em uma década lá é proporcionalmente muito mais do que 5 milhões em uma década aqui exigiria; mas o Peru contava com uma agência federal centralizada, o que o Brasil, com competência municipal para urbanismo, não tem.*

Pontos a favor:

- É a proposta mais completa do plano inteiro: tem meta, prazo, ferramenta legal, custo estimado, lista de fontes de dinheiro, reconhecimento de riscos e salvaguardas desenhadas.
- Usa uma lei que já existe em vez de criar uma nova. O gargalo real da REURB é execução (cartórios, capacidade dos municípios, levantamento topográfico), e é exatamente isso que o plano ataca com o Mapa Nacional e a tecnologia.

- A decisão de **não** exigir a casa como garantia do microcrédito é sofisticada. Evita o erro clássico em que a família recém-titulada perde o imóvel ao tomar empréstimo. Poucos programas do tipo têm essa proteção desenhada de origem.
- A regularização tem consenso técnico amplo: destrava crédito, aumenta a arrecadação municipal de IPTU, dá segurança para a família investir na própria casa e permite herança regular.
- O plano reconhece explicitamente o risco de gentrificação (família pressionada a vender após a valorização) e propõe educação patrimonial e assistência jurídica. É raro um plano de governo admitir efeito colateral da própria proposta.

Pontos contra:

- **A meta é muito ambiciosa.** 500 mil títulos por ano equivale a titular quase todos os domicílios ocupados de favela em dez anos. Não existe série histórica nacional consolidada de titulação urbana no Brasil para comparar, mas o volume implica uma capacidade de cartórios e prefeituras que hoje não existe. Mesmo 40% da meta seria transformador; o plano não trabalha com cenários.
- **A fonte de dinheiro é uma lista, não uma partilha.** O plano diz que o custo pode ser dividido entre sete tipos de origem, mas não diz quanto cada uma paga nem quanto sai do Orçamento da União. R\$ 1 a 2 bilhões por ano é um valor administrável, mas some-se aos R\$ 100 a 200 bilhões de urbanização do mesmo projeto (ficha 23) e o quadro muda.
- A execução depende de 656 municípios, que têm competência sobre urbanismo. O plano fala em “grande cooperação” entre entes federativos, mas não diz qual instrumento obriga ou incentiva o município a participar.
- A meta de 500 mil por ano no primeiro ano é irrealista por natureza: levantamento cadastral e mapa nacional levam tempo. Uma curva de implantação (por exemplo, 100 mil no primeiro ano, 700 mil no décimo) seria mais crível e o plano não a apresenta.

Falhas graves: Nenhuma acionada. A falha de “meta implausível” não foi aplicada por ausência de série histórica nacional confiável para o indicador; o risco fica registrado nos pontos contra.

Notas por critério:

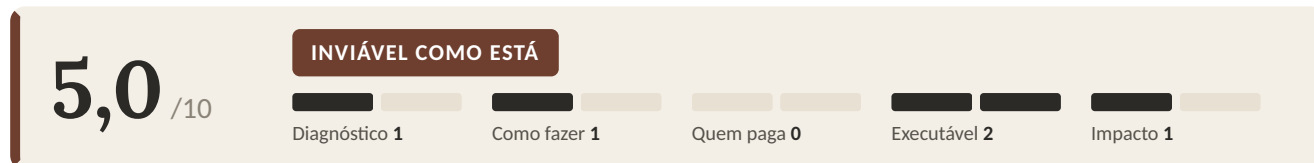
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Dados corretos do Censo 2022, com fonte identificável.
2. Diz como vai fazer?	2	Meta, prazo e ferramenta legal (REURB).
3. Diz quem paga?	1	Custo estimado, fontes listadas sem partilha definida.
4. Dá para executar?	2	Lei já em vigor; executável por programa federal.
5. Faz diferença real?	2	Atinge 8% da população e um estoque de ativos hoje travado.

Nota final: 9,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

A proposta mais bem construída do plano: usa lei que já existe, estima custo, admite riscos e protege a família; o que falta é dizer quanto cada governo paga e admitir que 500 mil títulos por ano é um ritmo que o país nunca teve.

100 usinas de etanol de milho processando 100 milhões de toneladas por ano (ficha-modelo B)



Onde está no plano: Projeto 8, “Agroindústria Brasil”, páginas 126 e 127.

O que o plano promete: “Estimular a implantação de 100 grandes usinas de etanol de milho, capazes, em conjunto e quando plenamente implantadas, de processar mais de 100 milhões de toneladas de milho por ano.” A cadeia proposta é: milho → etanol + energia + DDGS → proteína animal → alimentos de maior valor agregado. Em torno das usinas, o plano quer estimular centros integrados de avicultura, suinocultura, bovinocultura, fábricas de ração e frigoríficos, com atenção especial ao Nordeste e ao MATOPIBA.

Traduzindo: Em vez de exportar milho em grão, o plano quer transformar o milho em combustível e em ração aqui dentro, e criar polos de criação de frango, porco e boi ao redor das usinas. Para isso, promete 100 usinas grandes, que juntas usariam 100 milhões de toneladas de milho por ano.

O que os dados dizem:

- A safra total de milho do Brasil em 2024/25 foi estimada pela Conab em 124,7 milhões de toneladas no levantamento de abril de 2025, com revisões posteriores para cima ao longo do ano. Fonte: Agência Gov, [Conab: safra de grãos 2024/25 tem estimativa recorde](#). **A meta de 100 milhões de toneladas para etanol equivale a cerca de 70% a 80% de toda a safra brasileira atual de milho**, que hoje também abastece a exportação (o Brasil é um dos três maiores exportadores mundiais), a produção de ração e o consumo humano.
- O setor de etanol de milho já existe e cresce rápido. Segundo a União Nacional do Etanol de Milho (Unem), o Brasil tinha 25 biorrefinarias em operação e a produção projetada para a safra 2025/26 demandava cerca de 20 milhões de toneladas de milho. Fonte: Unem, [2ª Conferência Internacional Unem Datagro](#). **A meta do plano é cinco vezes a demanda atual do setor**.
- Ainda segundo a Unem, o setor cresceu a taxas acima de 30% ao ano nos últimos oito anos e deve chegar a 10 bilhões de litros em 2025/26. Havia 16 usinas com autorização de construção e outros 16 projetos em planejamento, com R\$ 40 bilhões em investimentos projetados. Fontes: Novacana, [Etanol de milho deve atingir 10 bilhões de litros](#) e [Produção de etanol de milho dispara](#).
- A cadeia milho → DDGS → proteína animal descrita no plano é real e já opera em Mato Grosso. A produção de DDGS passou de 2,7 milhões de toneladas em 2023/24 para 4,1 milhões em 2024/25, segundo o Imea citado pelo Banco do Nordeste. Fonte: BNB/Etene, [Etanol de Milho](#).

Pontos a favor:

- A direção está certa. Agregar valor ao milho em vez de exportar grão é defendido por praticamente todos os economistas agrícolas, e a cadeia etanol-DDGS-proteína é uma das histórias de sucesso recentes do agro brasileiro.
- A ideia de levar o modelo para o Nordeste e o MATOPIBA tem lógica: o milho da segunda safra já se expande para lá, e a energia renovável da região é abundante.
- A cadeia descrita no plano está tecnicamente correta.

Pontos contra:

- **O número está fora de escala.** Processar 100 milhões de toneladas de milho para etanol exigiria quase toda a safra brasileira atual, ou uma expansão da produção de milho que o plano não menciona nem quantifica. O milho que hoje vai para exportação, ração e alimentação teria que vir de algum lugar.
- **O plano não fixa prazo.** Diz “quando plenamente implantadas”, o que impede avaliar o ritmo. Sem prazo, não é possível dizer se a meta é para 2034 ou para 2050.
- **Não diz como vai estimular.** Não há menção a linha de crédito, incentivo tributário, garantia ou qualquer instrumento. “Estimular a implantação” é intenção, não ferramenta.
- **Não reconhece que o setor já está em expansão acelerada.** O plano descreve o milho como “visto apenas como grão”, quando o Brasil já tem 25 usinas, 32 projetos em andamento e crescimento de 30% ao ano. Uma política pública para esse setor deveria partir do que já existe e dizer o que faria de diferente.
- Etanol em escala dessa ordem cria um problema de demanda: hoje o etanol hidratado é consumido de forma relevante em apenas seis estados, e o próprio setor trabalha para criar mercado. Com usinas sem mercado comprador significam capacidade ociosa.

Falhas graves acionadas:

- **Meta acima de qualquer ritmo histórico.** A meta implica quintuplicar o consumo de milho do setor e consumir 70% a 80% da safra atual, sem prazo e sem prever de onde viria o milho adicional. Teto: 6,0.
- **Repete política já existente sem reconhecer.** O setor cresce a 30% ao ano com investimento privado, financiamento do BNDES e do Fundo Clima. O plano não menciona nada disso. Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Cadeia correta, mas ignora que o setor já está em forte expansão e não traz dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Tem número, mas não tem prazo nem instrumento.
3. Diz quem paga?	0	Nenhuma menção a financiamento, incentivo ou custo.
4. Dá para executar?	2	Indução de investimento privado; não exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Efeito setorial (milho, energia, proteína animal).

Nota final: 5,0 — Inviável como está (faixa definida pela falha grave acionada)

EM UMA FRASE:

A direção é boa e a cadeia existe de verdade, mas 100 milhões de toneladas é quase toda a safra de milho do país, o plano não diz quando nem como, e ignora que o setor já cresce 30% ao ano sem ele.

7. Como contestar

Qualquer pessoa, inclusive a campanha do candidato, pode apontar erro factual, citação fora de contexto, link quebrado ou nota que considere injusta. O caminho é [canal a definir: e-mail ou formulário]. Toda contestação recebida será respondida. Correções factuais serão feitas no documento com nota de versão (por exemplo, “v1.1: corrigido dado X na ficha Y, a pedido de Z”). Discordâncias de nota serão registradas em seção própria, com a posição de quem contestou e a resposta, sem alteração da nota, salvo se a contestação demonstrar erro na aplicação do método.

8. Fontes citadas nesta parte

- IBGE Educa. Censo 2022: 16.390.815 pessoas moravam em favelas e comunidades urbanas. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22539-censo-2022-16-390-815-pessoas-moravam-em-favelas-e-comunidades-urbanas.html>
- Planalto. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 (REURB). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm
- Agência Gov. Conab: safra de grãos 2024/25 tem estimativa recorde de 330,3 milhões de toneladas. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/producao-de-graos-e-estimada-em-330-3-milhoes-de-toneladas-na-safra-2024-25>
- Unem. 2ª Conferência Internacional Unem Datagro. <https://etanoldemilho.com.br/2a-conferencia-internacional-unem-datagro-destaca-avancos-e-desafios-do-etanol-de-milho-no-brasil/>
- Novacana. Etanol de milho brasileiro deve atingir 10 bilhões de litros em 2025/26, diz Unem. <https://www.novacana.com/noticias/etanol-milho-brasileiro-atingir-10-bilhoes-litros-2025-26-unem-100226>
- Novacana. Produção de etanol de milho dispara e deve superar 25% do total em 2025, diz Unem. <https://www.novacana.com/noticias/producao-etanol-milho-dispara-superar-25-total-2025-unem-230625>
- Banco do Nordeste / Etene. Etanol de Milho (Caderno Setorial). <https://www.bnb.gov.br/revista/cse/article/download/3312/2301/11907>
- Plano de governo “O Brasil dos Nossos Sonhos”, Augusto Cury, protocolado no TSE, 200 p.

Fim do MD-00. Próxima parte: MD-01, Bloco A (macro, fiscal, tributário e Estado eficiente), 12 fichas.

Contas Públicas, Impostos e Estado Eficiente

Fichas 01 a 11

Nota de método desta parte (ajustes v1.1)

Ao aplicar a rubrica às primeiras propostas, quatro situações exigiram regra explícita. Elas passam a valer para todos os candidatos e serão incorporadas à versão consolidada da metodologia.

1. **Teto de duplicação não muda a faixa.** O teto de 7,0 (repetir política existente sem reconhecer) limita a nota, mas não joga a proposta para a faixa “inviável como está”. Repetir algo que já existe é um defeito de diagnóstico, não de viabilidade. Só os tetos de 5,0 e 6,0 (sem fonte de dinheiro, meta implausível, contradição interna, conflito jurídico) levam à faixa “inviável”.
2. **Custo desprezível com estrutura já existente.** Quando a proposta custa pouco e a estrutura que a executaria já existe e já tem orçamento, o critério 3 (quem paga) recebe 2, mesmo que o plano não fale de custo.
3. **Declaração de princípio não é proposta.** Frases como “defenderemos a segurança jurídica” ou “promoveremos o desenvolvimento equilibrado”, sem meta, prazo ou ferramenta, não recebem ficha. Ficam listadas ao fim de cada bloco como “itens não pontuados”, para que ninguém diga que foram ignoradas.
4. **Contradição interna: quais propostas recebem o teto.** O teto de contradição (6,0) é aplicado apenas às propostas que fazem parte direta do conflito. Neste plano, o conflito fiscal central é: déficit zero (p. 36) + carga tributária menor (p. 38) + mais dinheiro para municípios (p. 37-38) + programas novos sem fonte (Projetos 4, 5 e 7). As quatro pontas recebem o teto. Propostas que apenas derivam delas (como “reduzir a dívida”) não recebem.

Nota de verificação. Reportagens de agosto de 2026 atribuíram ao plano o corte de 8 a 10 ministérios, o corte de 15 mil cargos comissionados e a transição para a escala 5x2. **Nenhum desses três itens consta do texto de 200 páginas analisado aqui.** Foram buscados por palavra-chave no documento inteiro e não aparecem. Podem ter sido ditos em entrevistas ou constar de outro material de campanha. Como este documento avalia só o texto protocolado, eles não recebem ficha. Se a campanha apresentar versão do plano com esses itens, serão incorporados em nova versão.

O que este bloco cobre

As Teses 1 (“Responsabilidade fiscal e crescimento sustentável”), 2 (“Estado eficiente e digital”), o item 11b (IA no controle de gastos) e o item 17b (Fundo de Desenvolvimento Regional), páginas 36 a 39, 52 e 61. Depois de aplicar a regra de unidade de análise (uma proposta = um compromisso com ferramenta identificável), o bloco rende **11 fichas**. Três subitens do plano foram fundidos em uma ficha por descreverem a mesma ferramenta (1b, 2b e 2c, todos sobre metas e avaliação), e um subitem foi dividido em duas fichas por conter duas ferramentas distintas (1g: transparência dos regimes e redução da carga).

Placar do bloco: 3 bem desenhadas · 4 mal detalhadas · 4 inviáveis como estão.

Déficit público próximo de zero durante o mandato



Onde está no plano: Tese 1, item a, [página 36](#).

O que o plano promete: “O equilíbrio das contas públicas será uma prioridade nacional. Um país que gasta continuamente mais do que arrecada compromete o futuro de seus filhos, aumenta os juros, reduz investimentos e limita sua capacidade de crescer. Nossa meta será perseguir o déficit próximo de zero, sem aventuras fiscais, preservando investimentos estratégicos.”

Traduzindo: O governo promete gastar, a cada ano, mais ou menos o mesmo que arrecada, sem contar os juros da dívida. Não diz o que vai cortar nem o que vai deixar de fazer para chegar lá.

O que os dados dizem:

- **A meta já existe.** A regra fiscal em vigor (Lei Complementar 200/2023, o “arcabouço fiscal”) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias fixam meta de déficit primário zero para o Governo Central, com tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para cima ou para baixo. Fonte: [Agência Brasil, 29/01/2026](#).
- **Em 2025, o resultado foi um déficit de R\$ 61,7 bilhões (0,48% do PIB).** Descontadas as despesas que a lei permite excluir da meta (R\$ 48,7 bilhões em precatórios, ressarcimento de descontos indevidos do INSS e outras), o déficit “para fins de meta” foi de R\$ 13 bilhões, ou 0,1% do PIB, e a meta foi considerada cumprida. Fonte: [Ministério da Fazenda, 30/01/2026](#).
- **O peso está na Previdência.** No mesmo ano, Tesouro e Banco Central tiveram superávit de R\$ 255,5 bilhões, e a Previdência (INSS) teve déficit de R\$ 317,2 bilhões. O plano não menciona a Previdência em nenhuma das 200 páginas. Fonte: Agência Brasil, mesmo link acima.
- **Sobra pouco para cortar.** No Orçamento de 2026, cerca de 92% das despesas são obrigatórias por lei ou pela Constituição (aposentadorias, salários, saúde e educação mínimas, Bolsa Família), e só 8% são de livre escolha do governo. Fonte: [Inesc, análise do PLOA 2026](#), com base na proposta orçamentária.

Pontos a favor:

- O objetivo é correto e tem consenso amplo: déficit persistente alimenta a dívida, que alimenta os juros, que encarecem tudo.
- O plano reconhece a relação entre déficit, juros e investimento, o que é uma leitura adequada do problema.

Pontos contra:

- **É a repetição da meta que já está em vigor.** O plano não menciona o arcabouço fiscal nem diz o que faria de diferente do que a lei atual já obriga.
- **Não diz de onde vem o ajuste.** Com 92% do orçamento travado por lei e o maior déficit concentrado na Previdência, chegar ao déficit zero sem tocar em gasto obrigatório exige cortar quase tudo o que sobra ou aumentar receita. O plano não escolhe nenhum dos dois caminhos, e ainda promete carga tributária menor (ficha 07).
- **Contradiz o restante do plano.** As páginas seguintes prometem carga menor, mais dinheiro para municípios e programas novos que somam centenas de bilhões (Projetos 4, 5 e 7). As quatro coisas juntas não cabem em déficit zero sem um corte grande em algum lugar que o plano não nomeia.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com carga menor (p. 38), mais recursos a municípios (p. 37-38) e programas sem fonte (Projetos 4, 5, 7). Teto: 6,0.
- **Repete política existente sem reconhecer** (meta de déficit zero já é lei). Teto: 7,0.

Notas por critério:

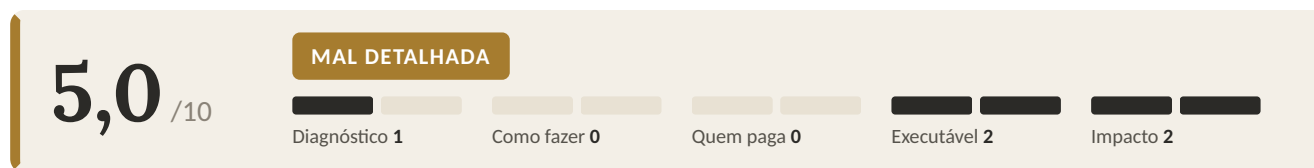
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; nenhum dado sobre o tamanho do déficit ou sua composição.
2. Diz como vai fazer?	1	Tem meta, não tem ferramenta: não diz o que corta nem o que arrecada.
3. Diz quem paga?	0	Ajuste fiscal sem nomear a fonte do ajuste.
4. Dá para executar?	2	A meta já está na lei; não exige nada novo.
5. Faz diferença real?	2	Efeito sobre juros e dívida atinge a economia inteira.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição interna)

EM UMA FRASE:

Promete a meta que a lei já exige, sem dizer o que cortaria, e nas páginas seguintes promete menos imposto e mais gasto.

Redução gradual e sustentável da dívida pública



Onde está no plano: Tese 1, item c, [página 36](#).

O que o plano promete: “Promover sua redução gradual e sustentável, por meio do crescimento econômico, da responsabilidade fiscal, do equilíbrio das contas públicas e da modernização do Estado. Uma trajetória consistente de redução do peso da dívida fortalece a confiança na economia.”

Traduzindo: O governo quer que a dívida pública, medida como porcentagem de tudo que o país produz, pare de crescer e comece a cair. A receita para isso é crescer, equilibrar as contas e modernizar o Estado.

O que os dados dizem:

- **A dívida está em 82,5% do PIB e subindo.** Em julho de 2026, a Dívida Bruta do Governo Geral chegou a R\$ 10,9 trilhões, 82,5% do PIB, com alta de 3,9 pontos percentuais só em 2026. O menor nível da série foi 51,5% em dezembro de 2013; o pico, 87,6% em dezembro de 2020. Fonte: [Poder360, 31/08/2026](#), com dados do Banco Central.
- **O motor da dívida são os juros.** Nos doze meses até julho de 2026, os juros da dívida somaram R\$ 1,15 trilhão, ou 8,67% do PIB. Só os juros acrescentaram 5,7 pontos percentuais à dívida no ano. Mesma fonte.
- **A Selic está em 14% ao ano** desde agosto de 2026, após quatro cortes de 0,25 ponto. Fonte: [Credited, 15/08/2026](#), com base na decisão do Copom.
- **Análise:** com juros de 8,7% do PIB por ano, estabilizar a dívida exige um superávit primário (sobra antes dos juros) da ordem de 2% a 3% do PIB, ou uma queda forte da Selic, ou as duas coisas. Hoje o resultado primário é próximo de zero. O plano não estima nada disso.

Pontos a favor:

- Reconhece que a dívida “compromete uma parcela significativa dos recursos” e limita investimento, o que é correto.
- Não promete milagre: fala em redução “gradual”, o que é a única forma realista.

Pontos contra:

- **Nenhum número.** Não diz para quanto a dívida deve cair, em quanto tempo, nem qual superávit seria necessário.
- **A receita é circular.** “Reduzir a dívida por meio do equilíbrio das contas” é dizer que a dívida cai quando o déficit acaba. É verdade, mas não é uma proposta; é a definição do problema.
- Não menciona o custo dos juros, que é o fator que mais pesa hoje, nem a relação com a política do Banco Central.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

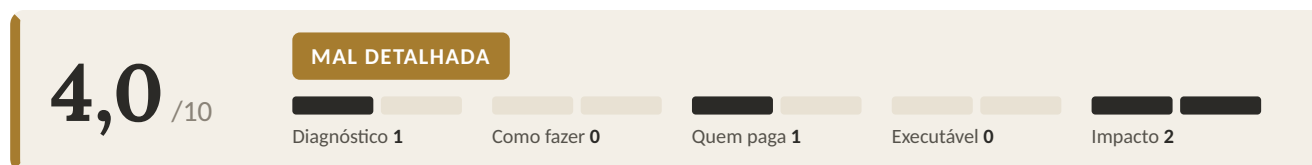
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; nenhum dado sobre nível ou trajetória da dívida.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção; nem meta, nem prazo, nem ferramenta.
3. Diz quem paga?	0	Não diz qual superávit ou qual corte sustentaria a queda.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei nova; é gestão fiscal.
5. Faz diferença real?	2	Dívida menor significa juros menores para toda a economia.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Diz que a dívida vai cair quando as contas fecharem, o que é verdade por definição, mas não é um plano.

Reforma administrativa



Onde está no plano: Tese 1, item d, [páginas 36 e 37](#).

O que o plano promete: “Uma ampla reforma administrativa buscará simplificar estruturas, eliminar sobreposições de funções, modernizar carreiras públicas, valorizar os servidores competentes e criar mecanismos permanentes de avaliação de desempenho, preservando direitos e valorizando aqueles que contribuem.”

Traduzindo: O governo quer mudar como o funcionalismo público é organizado e avaliado, com menos órgãos fazendo a mesma coisa e avaliação de desempenho dos servidores, sem tirar direitos de quem já está lá.

O que os dados dizem:

- **Há uma PEC de reforma administrativa parada na Câmara.** A PEC 38/2025 foi protocolada em outubro de 2025 com 171 assinaturas, depois de um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Fonte: [Andes, 27/10/2025](#).
- **A tramitação travou.** Em janeiro de 2026 o próprio coordenador admitiu que a discussão pode ficar para 2027; 34 deputados pediram para retirar a assinatura. Fonte: [Condsef, 01/02/2026](#). Uma PEC precisa de 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos cada.
- A tentativa anterior (PEC 32/2020) também não foi votada. O tema tem resistência organizada de sindicatos de servidores e do Judiciário.

Pontos a favor:

- O diagnóstico de sobreposição de funções e falta de avaliação de desempenho é compartilhado por praticamente todos os estudos sobre a máquina pública brasileira.
- A cláusula “preservando direitos” reconhece o custo político e humano da mudança e reduz a resistência.

Pontos contra:

- **Não diz qual reforma.** O plano não menciona a PEC 38/2025, não diz se apoiaria o texto que já existe, se apresentaria outro, nem quais carreiras, quais órgãos ou quais regras de avaliação mudariam.
- **Exige mudança na Constituição,** o caminho mais difícil, e o plano não trata da articulação política necessária. Para um candidato de partido pequeno, isso é o obstáculo central.
- **Contradição com o restante do plano:** ao mesmo tempo em que promete “simplificar estruturas”, o plano cria um novo ministério (Projeto 4), uma nova Autoridade Nacional do Cooperativismo (Projeto 9), uma nova agência de zonas de exportação (Projeto 10) e um Banco do Empreendedor. Essa contradição será tratada nas fichas dos projetos correspondentes.
- O corte de 8 a 10 ministérios e de 15 mil cargos comissionados, noticiado pela imprensa, **não está no texto** (ver nota de verificação no início).

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (A contradição com a criação de novos órgãos será computada nas fichas dos órgãos criados, não aqui, para evitar dupla contagem.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado sobre custo da máquina ou sobreposições.
2. Diz como vai fazer?	0	Nenhum instrumento: não cita PEC, projeto de lei ou decreto.
3. Diz quem paga?	1	O custo recai sobre servidores; o plano reconhece ("preservando direitos") sem detalhar.
4. Dá para executar?	0	Exige PEC; a existente está parada e o plano não a menciona.
5. Faz diferença real?	2	Atinge a estrutura inteira do Estado.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Quer uma reforma administrativa, mas não diz qual, não cita a que já está no Congresso e depende de mudar a Constituição.

Avaliar os impactos da reforma tributária e propor ajustes



Onde está no plano: Tese 1, item f, [página 37](#).

O que o plano promete: “Iremos avaliar os impactos da reforma tributária sobre os diferentes setores da economia, com especial atenção às micro e pequenas empresas. Caso sejam identificadas distorções ou prejuízos relevantes, serão propostos os ajustes necessários, respeitando os princípios constitucionais e a segurança jurídica. Defenderemos a simplificação dos tributos, a redução da burocracia, a unificação de procedimentos e a diminuição dos custos de conformidade.”

Traduzindo: A reforma dos impostos sobre consumo já foi aprovada e está sendo implantada aos poucos até 2033. O plano promete acompanhar se ela está prejudicando algum setor, principalmente as pequenas empresas, e corrigir o que for preciso, sem desmontar a reforma.

O que os dados dizem:

- **A reforma está em vigor e em transição.** Foi aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, depois alterada pela LC 227/2026. Dois novos tributos (CBS federal e IBS estadual/municipal) começam a substituir cinco antigos a partir de 2026, com transição até 2033. Fonte: [Câmara dos Deputados, 16/01/2025](#).
- **A lei já prevê avaliação e ajuste.** A LC 214 obriga uma avaliação em 2031, com dados de 2026 a 2030, e determina que o Executivo envie projeto ao Congresso propondo reduzir benefícios setoriais se a alíquota estimada passar de 26,5%. Fonte: [PwC Brasil, resumo da LC 214/2025](#).
- **Alíquota projetada em torno de 28%.** Segundo o secretário extraordinário da reforma, a soma de IBS e CBS deve ficar perto de 28%, acima da “trava” de 26,5%. Fonte: Câmara dos Deputados, mesmo link acima.

Pontos a favor:

- **É a posição mais prudente possível:** não promete revogar nem refazer a reforma, o que evitaria insegurança jurídica para as empresas que já estão se adaptando. Entre os candidatos, é uma diferença relevante.
- Prioriza micro e pequenas empresas, que são o segmento com mais dúvida sobre o efeito do novo sistema (Simples Nacional continua existindo, mas com regras de crédito diferentes).
- Compromisso explícito com “respeitar princípios constitucionais e segurança jurídica”.

Pontos contra:

- **A avaliação que o plano promete já está na lei,** com data (2031) e consequência (projeto obrigatório de redução de benefícios). O plano não menciona isso nem diz o que faria de diferente.
- **“Ajustes necessários” não é ferramenta.** O plano não diz que tipo de ajuste, em que direção, nem para quais setores.
- Se o “ajuste” for um novo benefício para algum setor, ele aumenta a alíquota para todos os outros. O plano reconhece esse mecanismo na ficha 06, mas não o aplica aqui.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (avaliação quinquenal da LC 214). Teto: 7,0 (não altera a nota nem a faixa).

Notas por critério:

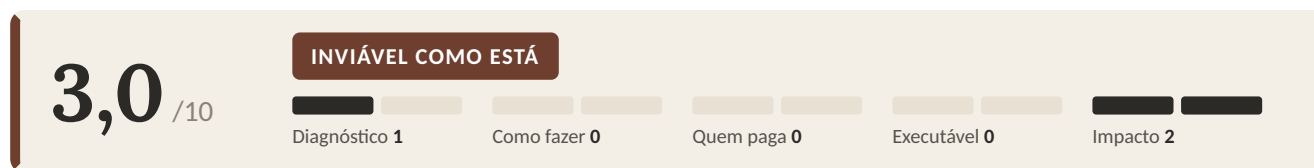
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado (alíquota, cronograma, impacto setorial).
2. Diz como vai fazer?	1	Há um instrumento vago ("propor ajustes") sem meta ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Ajustes setoriais têm custo para os demais contribuintes; não tratado.
4. Dá para executar?	1	Mudanças exigem lei complementar.
5. Faz diferença real?	2	O sistema tributário do consumo atinge toda a economia.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete acompanhar a reforma e corrigir distorções, o que é sensato e prudente, mas a lei já prevê exatamente isso, com data marcada.

Revisão do pacto federativo: "menos União, mais municípios"



Onde está no plano: Tese 1, item f, [páginas 37 e 38](#).

O que o plano promete: "Será revisto o atual formato de divisão federativa dos tributos que, atualmente, favorece a União e os Estados desfavorecendo os Municípios. Entendemos que a dor humana, como a saúde, a educação, a segurança, ocorre, em destaque, nos municípios. Apresentaremos proposta de revisão do pacto federativo no aspecto tributário; o ideal seria menos União Federal e mais municípios."

Traduzindo: Dos impostos que o país arrecada, a maior parte fica com o governo federal. O plano quer que uma fatia maior vá direto para as prefeituras, porque são elas que cuidam de posto de saúde, escola e guarda municipal. Não diz quanto a mais nem de qual imposto.

O que os dados dizem:

- **Como o bolo é dividido hoje.** Depois de todas as transferências obrigatórias, a União fica com cerca de 50% da receita disponível, os estados com 31% e os municípios com 19%, segundo a Confederação Nacional de Municípios. Fonte: [CNM](#).
- Outra medição, do observatório Multi Cidades, coloca a participação dos municípios em 22,8% da receita disponível em 2023, o maior patamar já registrado. Fonte: [Multi Cidades, 10/11/2025](#).
- **Depende de mudar a Constituição.** A repartição dos impostos entre União, estados e municípios está nos artigos 157 a 159 da Constituição. Qualquer mudança na divisão exige emenda constitucional.
- **A União está em déficit.** Como visto na ficha 01, o Governo Central fechou 2025 com déficit de R\$ 61,7 bilhões. Cada ponto percentual transferido a mais para municípios sai desse resultado.

Pontos a favor:

- O argumento tem apelo real e base factual: a maior parte dos serviços que a população usa diariamente é municipal, e a fatia municipal do bolo é a menor das três.
- É uma bandeira que atravessa partidos; prefeitos de todas as correntes defendem o mesmo.

Pontos contra:

- **Nenhum número.** Não diz quantos pontos percentuais, qual imposto, em quanto tempo, nem qual seria o critério de distribuição entre os 5.570 municípios (o Fundo de Participação dos Municípios já é criticado por favorecer cidades pequenas).
- **Conflito direto com o déficit zero.** Transferir mais para municípios reduz a receita da União. O plano promete, na mesma página, equilíbrio fiscal e, na página seguinte, carga tributária menor. As três coisas ao mesmo tempo são aritmeticamente incompatíveis, a menos que se corte gasto federal em proporção, o que o plano não indica.
- **Exige emenda constitucional** e o plano não menciona isso nem trata da negociação com governadores, que perderiam fatia.
- A reforma tributária já criou um novo desenho de divisão (o IBS, com 25% para municípios e critérios de população e educação). O plano não diz se sua proposta se soma a isso ou o substitui.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com déficit zero (p. 36) e carga menor (p. 38). Teto: 6,0.

Notas por critério:

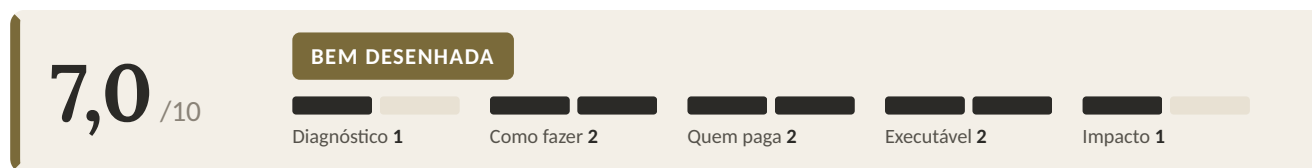
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real e bem argumentado; nenhum dado sobre a divisão atual.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção: sem percentual, sem imposto, sem prazo.
3. Diz quem paga?	0	A União perde receita; o plano não estima nem compensa.
4. Dá para executar?	0	Exige PEC; nenhuma tramitando nesse sentido é mencionada.
5. Faz diferença real?	2	Redesenha o financiamento de todos os serviços locais.

Nota final: 3,0 — Inviável como está

EM UMA FRASE:

A causa é legítima e popular, mas o plano não diz quanto, de onde, nem como convence o Congresso a mudar a Constituição, e a conta bate de frente com o déficit zero prometido duas páginas antes.

Divulgar o custo de cada regime tributário especial



Onde está no plano: Tese 1, item g, [página 38](#).

O que o plano promete: “Regimes específicos podem ser legítimos quando atendem a finalidades sociais ou econômicas relevantes, mas todos reduzem a base de incidência e influenciam a alíquota geral paga por todos. Por isso, cada tratamento diferenciado terá seu custo estimado e divulgado de forma clara, permitindo que a sociedade avalie seus benefícios e sua efetividade.”

Traduzindo: Quando o governo dá desconto de imposto para um setor (livros, remédios, cesta básica, Zona Franca, agro, igrejas, e assim por diante), todo mundo que não tem o desconto paga um pouco mais para compensar. O plano quer que o custo de cada um desses descontos seja calculado e publicado de forma que qualquer pessoa entenda quanto está pagando pelo benefício dos outros.

O que os dados dizem:

- **Os descontos somam R\$ 612,8 bilhões em 2026.** É a estimativa oficial dos “gastos tributários” federais no Orçamento de 2026, equivalente a 4,43% do PIB, alta de R\$ 68,4 bilhões sobre 2025. Fonte: [Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, nota técnica sobre o PLOA 2026](#).
- **Já existe um relatório oficial anual.** A Receita Federal publica todo ano o Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT), que acompanha o projeto de orçamento e lista os benefícios por tributo, setor, região e função. Fonte: [Receita Federal, DGT PLOA 2026](#). A Constituição (art. 165, § 6º) obriga essa estimativa desde 1988.
- **A lógica que o plano descreve está correta e é a mesma da reforma.** A LC 214/2025 prevê que, se a alíquota-padrão passar de 26,5%, o Executivo deve propor a redução dos regimes diferenciados; ou seja, a lei já trata os benefícios como a variável de ajuste da alíquota. Fonte: [Édison Siqueira, análise do art. 475 da LC 214](#).

Pontos a favor:

- **É uma das melhores propostas de todo o plano em relação custo-benefício.** Custa quase nada (a Receita já produz o cálculo), é executável por decisão do governo, e ataca um problema real: R\$ 612 bilhões por ano de renúncia que a maioria da população nem sabe que paga.
- A explicação do mecanismo (“todos reduzem a base e influenciam a alíquota paga por todos”) é tecnicamente precisa e rara em plano de governo. É pedagogia fiscal de qualidade.
- O foco em “de forma clara, permitindo que a sociedade avalie” é a diferença real: o DGT existe, mas é um documento técnico de centenas de páginas que quase ninguém lê. Traduzi-lo para o cidadão tem valor.
- Cria as condições políticas para a avaliação de 2031 prevista na reforma: só se corta benefício quando a sociedade sabe quanto ele custa.

Pontos contra:

- **O relatório já existe e o plano não o menciona.** O mérito da proposta está na divulgação “clara”, mas o plano não diz o que seria diferente do DGT atual: um painel? Um número na nota fiscal? Um relatório por benefício com avaliação de resultado? Sem isso, corre o risco de ser o mesmo documento com outro nome.
- Não diz o que acontece depois da divulgação: se haverá critério para cortar benefícios que não se justificam, ou se é só transparência.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (DGT anual da Receita). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Mecanismo explicado corretamente; sem número (R\$ 612 bi).
2. Diz como vai fazer?	2	Instrumento claro: estimar e divulgar o custo de cada regime.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível; a Receita já faz o cálculo (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Decisão administrativa; nenhuma lei nova necessária.
5. Faz diferença real?	1	Efeito direto é sobre o debate público; efeito econômico depende do que se faz depois.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (limitada pelo teto de duplicação; sem ele seria 8,0)

EM UMA FRASE:

Explica certo, custa pouco e dá para fazer no primeiro mês; só faltou dizer que a Receita já publica esse cálculo e o que mudaria na forma de mostrar.

Carga tributária menor ao fim da transição da reforma



Onde está no plano: Tese 1, item g, [página 38](#).

O que o plano promete: “Nosso compromisso não será apenas administrar a transição, mas trabalhar para que ela resulte em carga menor para o cidadão e para o setor produtivo. Combinada ao controle rigoroso das despesas públicas e ao crescimento da economia, essa transparência permitirá que o Brasil conclua a reforma com uma alíquota-referência inferior à hoje projetada.”

Traduzindo: A reforma dos impostos foi feita para não aumentar nem diminuir o total arrecadado. O plano quer que, no final da transição, o brasileiro pague menos imposto do que hoje, com uma alíquota do novo IVA abaixo dos 28% projetados.

O que os dados dizem:

- **A alíquota projetada é cerca de 28%**, e a lei tem uma “trava” de 26,5% que obriga o governo a propor cortes de benefícios se a estimativa passar disso. Fonte: [Câmara dos Deputados, 16/01/2025](#) e [PwC Brasil](#).
- **A alíquota só cai de duas formas:** cortando os regimes especiais (que somam R\$ 612 bilhões, [ficha 06](#)) ou cortando gasto público. A reforma foi desenhada para manter a arrecadação constante; reduzir a alíquota sem cortar benefício significa arrecadar menos.
- **O governo já está em déficit** ([ficha 01](#)) e a dívida sobe ([ficha 02](#)). Reduzir a carga sem cortar gasto amplia os dois problemas.

Pontos a favor:

- A meta é popular e o mecanismo indicado (transparência dos benefícios + controle de gastos) é o caminho tecnicamente correto para chegar lá.
- Ao dizer “alíquota-referência inferior à projetada”, o plano mostra que entende como a reforma funciona.

Pontos contra:

- **Não diz quais benefícios cortaria** para reduzir a alíquota, nem quais gastos. Sem isso, “carga menor” é um desejo.
- **Contradição direta com o déficit zero (p. 36) e com mais dinheiro para municípios (p. 37-38)**. Menos imposto, contas equilibradas e mais transferência para prefeituras exigiriam um corte de despesa federal que o plano não menciona em lugar nenhum. Some-se a isso os programas novos dos Projetos 4, 5 e 7.
- Confia em “crescimento da economia” para fechar a conta. Crescimento ajuda, mas o próprio plano não apresenta projeção de crescimento nem diz quanto seria necessário.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com déficit zero (p. 36), mais recursos a municípios (p. 37-38) e programas sem fonte (Projetos 4, 5, 7). Teto: 6,0.

Notas por critério:

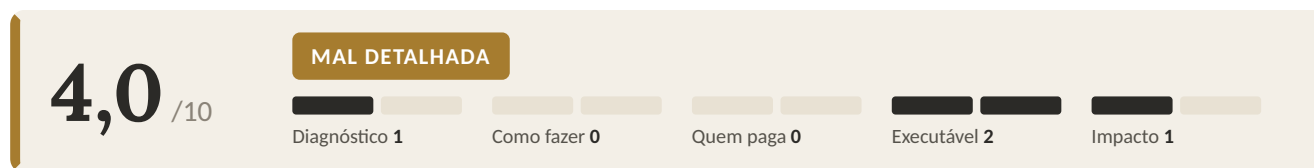
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Entende o mecanismo; nenhum dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta qualitativa ("inferior à projetada"); ferramenta vaga.
3. Diz quem paga?	0	Redução de receita sem contrapartida identificada.
4. Dá para executar?	1	Passa por lei complementar.
5. Faz diferença real?	2	Atinge todo consumidor e toda empresa.

Nota final: 5,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição interna)

EM UMA FRASE:

Promete menos imposto no fim da reforma sem dizer qual benefício ou qual gasto cortaria, ao mesmo tempo em que promete déficit zero e mais dinheiro para os municípios.

Governo totalmente digital



Onde está no plano: Tese 2, itens a e e, [páginas 38 e 39](#).

O que o plano promete: “Transformar o Brasil em referência mundial em governo digital. Serviços públicos deverão estar disponíveis em plataformas integradas, reduzindo filas, papelada, deslocamentos e tempo perdido. A automação e integração entre órgãos públicos reduzirão custos, aumentarão a produtividade e melhorarão o atendimento.”

Traduzindo: Todo serviço público (tirar documento, marcar consulta, abrir empresa, pedir aposentadoria) deve poder ser feito pela internet, num único lugar, sem fila e sem papel.

O que os dados dizem:

- **O Brasil já é referência.** No Índice de Governo Digital da OCDE de 2025, o Brasil subiu seis posições e entrou no top 10 mundial, com nota 0,79 (era 0,62 em 2023). Fonte: [Ministério da Gestão, 20/02/2026](#).
- **A plataforma existe e é grande.** O gov.br tem mais de 173 milhões de usuários e oferece cerca de 4.600 serviços digitais federais e outros 8.300 estaduais e municipais. Mesma fonte.
- **Há uma estratégia em vigor** (Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027), com metas numéricas; a meta de 540 milhões de assinaturas digitais para 2026 foi superada em julho. Fonte: [Correio Braziliense, 02/07/2026](#).
- A OCDE aponta como desafios remanescentes investimento digital e dados abertos, não a oferta de serviços. Fonte: [Convergência Digital, 24/02/2026](#).

Pontos a favor:

- Direção correta e de baixo conflito político; todo governo recente avançou nisso.
- Integração entre órgãos é de fato o próximo gargalo (o cidadão ainda informa o mesmo dado a vários sistemas).

Pontos contra:

- **O plano descreve como meta algo que já está em grande parte feito**, e não reconhece o estágio atual. “Transformar em referência mundial” é uma meta que a OCDE diz já ter sido atingida.
- **Nenhuma meta própria:** não diz que serviços faltam, que integração faria, que prazo.
- Não toca nos desafios que a OCDE aponta como pendentes (investimento, dados abertos, inclusão de quem não tem internet).

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (gov.br, EFGD 2024-2027). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (filas, papelada); ignora o estágio atual e não traz dado.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção.
3. Diz quem paga?	0	Integração de sistemas custa; nada dito.
4. Dá para executar?	2	Gestão; estrutura existe.
5. Faz diferença real?	1	Ganho incremental sobre o que já existe.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete levar o Brasil ao topo do governo digital, onde a OCDE diz que ele já chegou, sem dizer o que falta fazer.

Gestão por metas e avaliação permanente de políticas



Onde está no plano: Tese 1, item b (p. 36); Tese 2, itens b e c (p. 38 e 39).

O que o plano promete: “Cada ministério deverá estabelecer metas de eficiência, redução de desperdícios e avaliação permanente dos resultados. Gastos improdutivos serão eliminados.” “Todo programa governamental deverá ser continuamente avaliado por indicadores transparentes. Políticas eficientes serão fortalecidas; aquelas que não produzirem resultados concretos serão corrigidas ou substituídas.” “Cada ministério terá metas anuais claras, mensuráveis e públicas. Os ministros prestarão contas periodicamente à sociedade.”

Traduzindo: Cada ministério terá metas com número, publicadas, e o ministro vai prestar contas em público. Programas que não funcionam serão mudados ou encerrados.

O que os dados dizem:

- **Existe um órgão para isso.** O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), criado em 2019 e reorganizado pelo Decreto 11.558/2023, avalia políticas de gasto direto e de subsídio e faz recomendações que os ministérios devem responder. Fonte: [Ministério do Planejamento, CMAP](#).
- **A avaliação é obrigação constitucional** desde a Emenda 109/2021, que inseriu no art. 37 a exigência de avaliação de políticas públicas. Fonte: [FGV Clear](#).
- **Análise:** o que o CMAP não faz, e o plano propõe, é a prestação de contas pública e periódica de cada ministro sobre metas anuais. O Plano Plurianual tem metas, mas o acompanhamento público é fraco e raramente chega ao cidadão.

Pontos a favor:

- **A parte nova é boa:** metas anuais públicas por ministério, com prestação de contas periódica do ministro, é o traço mais consistente do plano inteiro (aparece de novo nas embaixadas, no SUS, na segurança). Executável por decreto no primeiro mês.
- Custo desprezível e alto valor de transparência. Cria pressão para que a avaliação já existente tenha consequência.
- “Corrigir ou substituir” políticas sem resultado é o passo que o CMAP recomenda mas nem sempre acontece.

Pontos contra:

- Não menciona o CMAP nem a EC 109, e por isso não diz o que faria de diferente da estrutura de avaliação que já existe.
- Não define o que é “gasto improdutivo” nem quem decide; sem critério, a expressão vira arma política.
- Não diz quais metas, para quais ministérios, nem qual consequência para quem não cumpre.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (CMAP, EC 109/2021). Teto: 7,0.

Notas por critério:

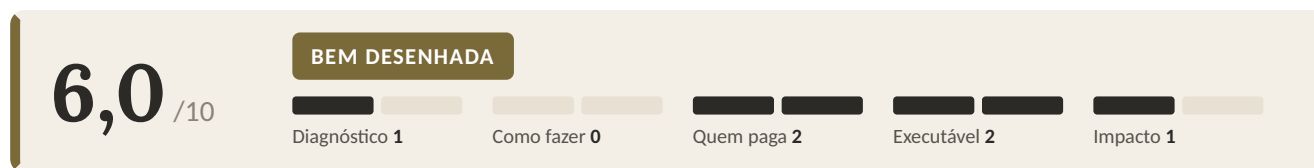
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramenta (metas anuais públicas + prestação de contas), sem conteúdo ou consequência.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível; estrutura existe (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Decreto.
5. Faz diferença real?	1	Efeito depende de a avaliação ter consequência.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Metas públicas por ministério e ministro prestando contas é barato, rápido e faz falta; o plano só não diz que já existe um conselho de avaliação e o que faria com ele.

Inteligência artificial contra fraudes e desperdícios



Onde está no plano: Tese 2, item d (p. 39); Tese 11, item b (p. 52).

O que o plano promete: “Maior aprimoramento da Inteligência Artificial para identificar fraudes, desperdícios, sobrepreços, pagamentos irregulares e ineficiências administrativas. Sistemas inteligentes poderão cruzar bilhões de dados em poucos segundos.” “Utilizaremos sistemas avançados de IA para cruzar milhões de informações, identificar sobrepreços, pagamentos indevidos, fraudes em licitações, conflitos de interesse.”

Traduzindo: Usar programas de computador que leem automaticamente contratos, licitações e pagamentos do governo para encontrar sinais de fraude ou desperdício antes que o dinheiro saia.

O que os dados dizem:

- **Já existe e funciona há anos.** A CGU opera o sistema ALICE (Analisador de Licitações, Contratos e Editais), que lê cerca de 500 licitações por dia com 37 trilhas automatizadas de auditoria. Fonte: [Cadernos Técnicos da CGU, 09/06/2026](#).
- O TCU usa versão própria (Alice 360), que em 2026 incorporou modelos de linguagem. Fonte: [Zênite, 13/05/2026](#).
- **A maior fraude recente não foi pega por IA, e sim por auditoria.** O esquema de descontos indevidos em aposentadorias do INSS, revelado em 2025 pela CGU e pela Polícia Federal, afetou mais de 4 milhões de pessoas e tem prejuízo estimado acima de R\$ 6 bilhões. Fonte: [Cálculo Jurídico, 12/05/2025](#). *Análise:* o caso mostra que o gargalo não é falta de tecnologia, mas de controle prévio nos sistemas de pagamento.

Pontos a favor:

- Direção correta e barata: ampliar o que a CGU e o TCU já fazem tem retorno alto por real gasto.
- O plano fala em “maior aprimoramento”, o que sugere reconhecer que algo existe, ainda que não nomeie.
- Estender a cobertura para pagamentos (não só licitações) atacaria o tipo de fraude do INSS.

Pontos contra:

- Não cita ALICE, CGU ou TCU, e por isso não diz o que ampliaria: mais órgãos cobertos? Estados e municípios? Pagamentos de benefícios?
- Nenhuma meta, prazo ou orçamento.
- “Cruzar bilhões de dados em segundos” é linguagem de propaganda; o problema real é a qualidade dos dados de entrada, que o próprio TCU aponta como ruim.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (ALICE/CGU, Alice 360/TCU). Teto: 7,0.

Notas por critério:

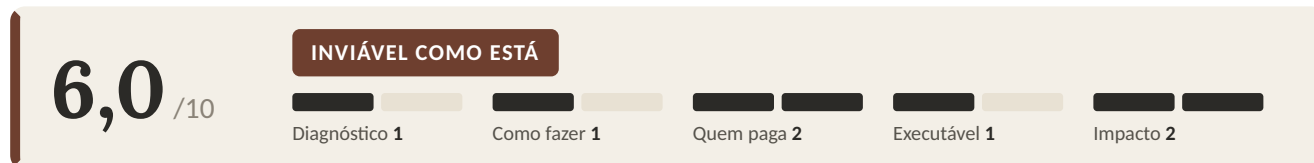
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado sobre fraudes ou ferramentas existentes.
2. Diz como vai fazer?	0	“Maior aprimoramento” é intenção.
3. Diz quem paga?	2	Custo baixo; estruturas e equipes existem (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Gestão.
5. Faz diferença real?	1	Incremental sobre sistemas em operação.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Boa ideia que a CGU já executa há anos; o plano não diz o que faria a mais, mas ampliar é barato e vale a pena.

Fundo de Desenvolvimento Regional com critérios técnicos e preservação da Zona Franca



Onde está no plano: Tese 17, item b, [páginas 60 e 61](#).

O que o plano promete: “Utilizaremos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional com critérios técnicos e objetivos, priorizando projetos que gerem empregos qualificados, adensem cadeias produtivas locais e apresentem viabilidade econômica comprovada, e não conforme influência política. Os recursos aplicados terão metas, prazo e avaliação periódica de resultados, e serão redirecionados sempre que os objetivos não forem alcançados. Preservaremos integralmente os regimes constitucionalmente assegurados à Zona Franca de Manaus e às Áreas de Livre Comércio.”

Traduzindo: A reforma tributária criou um fundo com dinheiro federal para que os estados mais pobres atraíam investimentos sem precisar dar desconto de imposto (o fim da “guerra fiscal”). O plano quer que esse dinheiro vá só para projetos que provem que dão resultado, e que seja retirado de quem não cumprir metas. E promete não mexer na Zona Franca de Manaus.

O que os dados dizem:

- **O fundo existe e tem cronograma fixo.** O FNDR foi criado pela Emenda 132/2023. A União vai aportar R\$ 8 bilhões em 2029, subindo a cada ano até R\$ 40 bilhões em 2033 e R\$ 60 bilhões em 2043, corrigidos pela inflação. Fonte: [Câmara dos Deputados](#).
- **Quem decide os projetos são os estados, não a União.** A distribuição entre estados segue critério fixo (70% pelo Fundo de Participação dos Estados, 30% por população), e cabe a cada estado aplicar em infraestrutura, fomento produtivo ou ciência e tecnologia. Fonte: [Sindsefaz, 03/12/2025](#).
- **A Zona Franca já está protegida pela Constituição.** O art. 92-B do ADCT, inserido pela EC 132, obriga a manutenção do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio. Fonte: [Exame, 25/10/2023](#), citando o texto da emenda.

Pontos a favor:

- **Governança por resultado é a crítica certa** ao desenho atual do FNDR: como a distribuição é automática por critério populacional, nada garante que o dinheiro vá para projetos que funcionam. Exigir meta, prazo e avaliação é o que economistas regionais pedem.
- Reconhece a política que já existe (é uma das poucas fichas deste bloco em que o plano nomeia o instrumento vigente).
- A promessa sobre a Zona Franca é politicamente relevante para o Amazonas, ainda que já esteja na Constituição.

Pontos contra:

- **Conflita com a regra constitucional do fundo.** A EC 132 entrega o dinheiro aos estados por cota fixa e deixa a escolha dos projetos com eles. “Redirecionar recursos sempre que os objetivos não forem alcançados” implica a União retirando dinheiro de um estado e dando a outro, o que a emenda não permite. Para fazer isso seria necessária nova emenda constitucional, e o plano não diz isso.
- Os critérios “técnicos e objetivos” não são descritos: qual indicador, quem avalia, qual prazo.
- Prometer “preservar integralmente” a Zona Franca é prometer cumprir a Constituição; não é proposta.

Falhas graves acionadas:

- **Conflito com marco legal em vigor** (EC 132/2023, distribuição por cota e competência estadual). Teto: 6,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (uso político de fundos); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Há critérios qualitativos e a ideia de redirecionamento, sem instrumento.
3. Diz quem paga?	2	Recursos já previstos na Constituição.
4. Dá para executar?	1	Parte é gestão; o redirecionamento exige mudança constitucional.
5. Faz diferença real?	2	Redesenha o principal instrumento de desenvolvimento regional das próximas décadas.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pelo conflito com a Constituição)

EM UMA FRASE:

A cobrança por resultado é a crítica certa ao fundo, mas a Constituição dá o dinheiro aos estados por cota fixa, e o plano quer redirecioná-lo sem dizer que precisaria mudar a regra.

Itens deste bloco não pontuados (declarações de princípio sem ferramenta)

Listados para registro. Nenhum recebeu ficha porque não tem meta, prazo ou instrumento identificável; cada um foi absorvido pela ficha mais próxima quando aplicável.

- **Segurança jurídica** (Tese 1, e, p. 37): “estabilidade regulatória, respeito aos contratos, fortalecimento das instituições e rapidez na solução de conflitos”. Princípio sem ferramenta.
- **Integração nacional equilibrada** (Tese 17, a, p. 61).
- **Nordeste, Amazônia e interiorização** (Tese 17, d, p. 62): “programas específicos serão implementados”, sem dizer quais.
- **Cidades médias como polos** (Tese 17, e, p. 62).
- **Tese 20, “Visão de futuro”** (p. 63): quatro parágrafos de objetivos gerais.

Resumo do Bloco A

Nº	Proposta	Nota	Faixa
06	Divulgar o custo de cada regime tributário especial	7,0	Bem desenhada
09	Gestão por metas e avaliação permanente	7,0	Bem desenhada
10	IA contra fraudes e desperdícios	6,0	Bem desenhada
01	Déficit público próximo de zero	6,0	Inviável como está (contradição)
11	FNDR com critérios técnicos	6,0	Inviável como está (conflito jurídico)

Nº	Proposta	Nota	Faixa
02	Redução gradual da dívida	5,0	Mal detalhada
04	Avaliar impactos da reforma tributária	5,0	Mal detalhada
07	Carga tributária menor ao fim da transição	5,0	Inviável como está (contradição)
03	Reforma administrativa	4,0	Mal detalhada
08	Governo totalmente digital	4,0	Mal detalhada
05	Pacto federativo pró-municípios	3,0	Inviável como está (contradição)

Leitura do bloco: o eixo fiscal do plano é convencional e alinhado ao consenso (equilíbrio, dívida menor, simplificação), mas quase sem instrumento. As três propostas mais bem avaliadas são justamente as de baixo custo e execução imediata (transparência dos benefícios, metas públicas, IA no controle). As quatro inviáveis caem por dois motivos: a contradição aritmética entre déficit zero, carga menor e mais dinheiro para municípios, e um conflito com a Constituição no uso do fundo regional. O silêncio sobre a Previdência, responsável por um déficit de R\$ 317 bilhões em 2025, é a maior ausência do bloco.

Fontes citadas nesta parte

- Agência Brasil. Déficit primário do Governo Central totaliza R\$ 61,7 bilhões em 2025. 29/01/2026. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-01/deficit-primario-do-governo-central-totaliza-r-617-bilhoes-em-2025>
- Ministério da Fazenda. Governo Central cumpre com folga a meta fiscal estabelecida para 2025. 30/01/2026. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/governo-central-cumpr-com-folga-a-meta-fiscal-estabelecida-para-2025-aponta-relatorio-do-tesouro>
- Inesc. PLOA 2026 expõe compressão do orçamento social. <https://inesc.org.br/ploa-2026-expoe-compressao-do-orcamento-social-e-crescimento-das-despesas-financeiras/>
- Poder360. Dívida bruta chega a R\$ 10,9 tri e atinge 82,5% do PIB. 31/08/2026. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/divida-bruta-chega-a-r-109-tri-e-atinge-825-do-pib/>
- Credited. Copom reduz Selic a 14% ao ano em agosto de 2026. <https://credited.com.br/noticias/2026/08/15/copom-mantem-selic-14-por-cento-agosto-2026-impacto/>
- Andes. PEC da Reforma Administrativa começa a tramitar. 27/10/2025. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pEC-da-reforma-administrativa-comeca-a-tramitar-no-congresso-nacional1>
- Condsef. Reforma administrativa pode ficar mesmo para 2027. 01/02/2026. <https://www.condsef.org.br/noticias/reforma-administrativa-pode-ficar-mesmo-2027-reconhece-pedro-paulo>
- Câmara dos Deputados. Regulamentação da reforma tributária é sancionada. 16/01/2025. <https://www.camara.leg.br/noticias/1127237-regulamentacao-da-reforma-tributaria-e-sancionada-conheca-a-nova-lei/>
- PwC Brasil. Publicação da Lei Complementar nº 214/2025. <https://www.pwc.com.br/pt/thinking-about-taxes/tax-intelligence/2025/Reforma-Tributaria-sobre-o-Consumo.pdf>
- Édison Freitas de Siqueira. IVA a 27,91%: a trava dos 26,5%. <https://edisonsiqueira.com.br/iva-a-2791-a-trava-dos-265-protege-a-arrecadacao-nao-voce/>
- CNM. Mais de três quartos da receita de 82% dos Municípios são transferências. <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-tres-quartos-da-receita-de-82-dos-municipios-brasileiros-sao-transferencias-aponta-tesouro>

- Multi Cidades. Receita disponível e arrecadação direta, 2025. <https://multicidadesonline.com.br/panorama/receita-disponivel-e-arrecadacao-direta-2025/>
- Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado. Nota técnica conjunta, PLOA 2026. https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/notatecnicaconjunta_ploa-2026_.pdf
- Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Tributários, PLOA 2026. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-ploa/dgt-previsao-ploa-2026-base-conceitual.pdf>
- Ministério da Gestão. Brasil está entre os líderes em Governo Digital segundo OCDE. 20/02/2026. <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/brasil-esta-entre-os-lideres-em-governo-digital-segundo-ocde>
- Convergência Digital. Brasil entra no top 10 global de Governo Digital. 24/02/2026. <https://convergenciadigital.com.br/governo/brasil-entra-no-top-10-global-de-governo-digital-em-ranking-da-ocde/>
- Correio Braziliense. GOV.BR supera 548 milhões de assinaturas digitais. 02/07/2026. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2026/07/7453518-gov-br-supera-548-milhoes-de-assinaturas-digitais-em-2026.html>
- Ministério do Planejamento. O CMAP. <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/conselho-de-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-cmap/o-cmap-1>
- FGV Clear. Conselho de monitoramento e avaliação do governo federal. <https://fgvclear.org/conselho-de-monitoramento-e-avaliacao-do-governo-federal-ja-orienta-melhorias-em-politicas-publicas/>
- Cadernos Técnicos da CGU. ALICE: análise automatizada de contratações públicas. 09/06/2026. https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/867
- Zênite. TCU destaca avanço do Alice 360 com IA. 13/05/2026. <https://zenite.blog.br/tcu-aponta-irregularidades-em-contratacoes-publicas-e-destaca-avanco-do-alice-360-com-ia/>
- Cálculo Jurídico. Fraude no INSS 2025. <https://calculojuridico.com.br/fraude-no-inss-descontos-ilegais/>
- Câmara dos Deputados. Fundo com recursos da União vai compensar estados pelo fim da guerra fiscal. <https://www.camara.leg.br/noticias/1027465-reforma-tributaria-fundo-com-recursos-da-uniao-vai-compensar-estados-pelo-fim-da-guerra-fiscal/>
- Sindsefaz. FNDR garantirá desenvolvimento regional. 03/12/2025. <https://www.sindsefaz.org.br/destaque/fndr-garantira-desenvolvimento-regional-e-competitividade/>
- Exame. Relator propõe fundo de desenvolvimento com R\$ 60 bi até 2043. 25/10/2023. <https://exame.com/economia/reforma-tributaria-relator-propoe-fundo-de-desenvolvimento-com-r-60-bi-ate-2043/>
- Poder360. Planos de candidatos à Presidência têm de 7 a 200 páginas (com link para a íntegra do plano). 23/08/2026. <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/planos-de-candidatos-a-presidencia-tem-de-7-a-200-paginas/>

Fim do MD-01. Próxima parte: MD-02, Bloco B1 (Ministério do Empreendedorismo, Banco do Empreendedor, clubes, Bolsa Família, fonte em estatais), fichas 12 em diante.

Empreendedorismo e Economia Distribuída

Fichas 12 a 17

O que este bloco cobre

A Tese 3, “Brasil Empreendedor” (p. 39-40), e o Projeto 4, “Secretaria Executiva (ou Novo Ministério) do Empreendedorismo e da Economia Distribuída” (p. 95-103). É o coração do plano: a tese de que a inteligência artificial vai destruir empregos em massa e que a resposta é transformar milhões de brasileiros em pequenos empreendedores, com formação, crédito barato e um ministério dedicado.

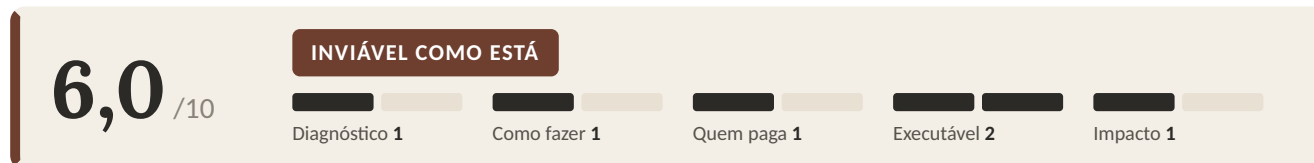
O Banco do Empreendedor e a rede de clubes aparecem também no Projeto 5 (p. 106-108), com mais detalhes. Como são a mesma ferramenta, as fichas abaixo consolidam os três trechos. O Projeto 5 propriamente dito (favelas, regularização, urbanização) fica para o MD-03.

Após a regra de unidade de análise, o bloco rende **6 fichas** (numeradas 12 a 17; a numeração final será consolidada no MD-07).

Placar do bloco: 3 bem desenhadas · 1 mal detalhada · 2 inviáveis como estão.

Achado central do bloco: o ministério que o plano propõe criar **já existe desde setembro de 2023** (Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei 14.816/2024). O plano não o menciona em nenhuma das 200 páginas. O mesmo vale, em grau menor, para o crédito escalonado (Crediamigo, do Banco do Nordeste, opera há décadas com desenho quase idêntico) e para a regra do Bolsa Família (Regra de Proteção, em vigor desde 2023).

Criar o Ministério (ou Secretaria Executiva) do Empreendedorismo e da Economia Distribuída



Onde está no plano: Projeto 4, seção 5, [páginas 97 a 99](#); título do projeto na [página 95](#).

O que o plano promete: “Um ministério para preparar o país para a nova economia. Não apenas com crédito, mas com formação, estrutura e transformação mental.” A estrutura teria cinco pilares: os 10 mil clubes, a Escola de Empreendedorismo, o Banco do Empreendedor, o Sebrae “elevado a um novo patamar” e uma fonte de recursos nos lucros das estatais. O plano fecha com: “Bem-vindos ao Ministério Revolucionário do empreendedorismo e da economia distribuída!”

Traduzindo: Criar um ministério novo só para cuidar de quem quer abrir um pequeno negócio: ensinar, emprestar dinheiro e organizar clubes de empreendedores pelo país.

O que os dados dizem:

- **O ministério já existe.** O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) foi criado pela Medida Provisória 1.187, em setembro de 2023, e confirmado pela Lei 14.816, de janeiro de 2024. É o 38º ministério do governo atual. Fonte: [Senado Notícias, 17/01/2024](#).
- **As atribuições coincidem com as do plano.** A lei dá ao MEMP competência sobre formalização de negócios, microcrédito, cultura empreendedora, empreendedorismo feminino e jovem, cooperativismo e desburocratização, e prevê cooperação formal com o Sebrae. Fonte: [Lei 14.816/2024, Planalto](#).
- **O universo é grande.** Os pequenos negócios somam cerca de 21 milhões de empreendimentos, 99% das empresas do país e 27% do PIB, segundo o Sebrae. Fonte: [Câmara dos Deputados](#).

Pontos a favor:

- O diagnóstico de fundo (automação e inteligência artificial pressionando o emprego formal) é legítimo e está no centro do debate econômico mundial. Poucos planos de governo o tratam de frente.
- A ideia de juntar formação, crédito e rede comunitária sob uma coordenação única tem lógica; políticas para pequenos negócios costumam ficar espalhadas entre vários órgãos.
- O plano oferece a alternativa “Secretaria Executiva”, o que mostra alguma cautela quanto a inflar a estrutura do Estado.

Pontos contra:

- **Propõe criar o que já foi criado.** O MEMP existe há três anos, com lei, ministro, orçamento e as mesmas atribuições. O plano não cita o ministério em nenhuma página. Um plano que quer “elevar o Sebrae a um novo patamar” precisaria saber que a lei de 2024 já formalizou essa cooperação.
- **Contradiz a reforma administrativa do próprio plano.** Na página 37, o plano promete “simplificar estruturas” e “eliminar sobreposições de funções”. Criar um ministério “revolucionário” para funções que outro ministério já tem é o oposto disso.
- **Não tem meta, prazo nem custo próprios.** O que existe de número (10 mil clubes, 10 milhões de empreendedores, R\$ 20 mil de crédito) pertence às ferramentas, não ao ministério.
- O tom (“vacinação social”, “epidemia do desemprego”, “Ministério Revolucionário”) é o de um manifesto, não de um desenho institucional.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com a reforma administrativa (p. 37: “simplificar estruturas, eliminar sobreposições”). Teto: 6,0.
- **Repete política existente sem reconhecer** (MEMP, Lei 14.816/2024). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado sobre emprego, automação ou o setor.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramenta (ministério) e metas emprestadas; sem prazo.
3. Diz quem paga?	1	Fonte citada (lucros de estatais), sem estimativa.
4. Dá para executar?	2	Trivialmente: a estrutura já existe.
5. Faz diferença real?	1	Efeito de coordenação, setorial.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição com a reforma administrativa)

EM UMA FRASE:

Propõe criar um ministério que existe desde 2023, com as mesmas funções, sem citá-lo, e na página 37 promete eliminar sobreposições de estrutura.

Rede de 10 mil clubes e escolas de empreendedorismo



Onde está no plano: Tese 3, item a, [página 39](#); Projeto 4, itens a e b, [páginas 97 e 98](#); Projeto 5, seção 3, [páginas 106 e 107](#).

O que o plano promete: “Implantaremos uma ampla rede nacional de Escolas de Empreendedorismo, formando milhões de jovens e adultos.” “Os 10.000 Clubes de Empreendedorismo: cada escola, universidade, igreja e comunidade terá um núcleo ativo”, com formação prática, mentoria de empresários locais e criação de negócios reais. Conteúdo: gestão da emoção aplicada ao empreendedorismo, gestão financeira, estratégias de crescimento, metas e execução. No Projeto 5: “Não construiremos milhares de prédios. Utilizaremos estruturas existentes: escolas públicas no período noturno e nos finais de semana, universidades, institutos federais, centros comunitários.” Meta: formar 5 milhões de brasileiros em dez anos. Custo estimado (p. 110): R\$ 5 a 10 bilhões em dez anos.

Traduzindo: Montar 10 mil grupos de formação para quem quer abrir negócio, usando escolas à noite, igrejas e centros comunitários, com aulas de finanças, vendas e controle emocional, e mentoria de empresários da região. Meta de 5 milhões de pessoas formadas em dez anos.

O que os dados dizem:

- **Escala de referência:** o Brasil tem 178,8 mil escolas de educação básica e 46 milhões de matrículas. Fonte: [Inep, Censo Escolar 2025](#). Dez mil clubes seriam um a cada 18 escolas.
- **O Sebrae já faz isso em escala parecida.** O programa Sebrae Educação Empreendedora já havia formado cerca de 4,9 milhões de estudantes até setembro de 2024, num universo de 48 milhões de alunos. Fonte: [Agência Sebrae, 27/09/2024](#). A meta do plano (5 milhões em dez anos) é próxima do que o Sebrae já contabiliza.
- **O ministério que coordenaria já tem convênio com o Sebrae por lei** (ficha 12).

Pontos a favor:

- **Usa estrutura existente em vez de construir.** A decisão de operar em escolas no contraturno, igrejas e centros comunitários é a mais barata e a mais capilar possível. É desenho maduro.
- **Tem meta, prazo e custo.** 10 mil clubes, 5 milhões de formados em dez anos, R\$ 5 a 10 bilhões. Poucas propostas do plano têm os três.
- A mentoria por empresários locais é o componente com mais evidência de resultado em programas de empreendedorismo; cursos sozinhos têm efeito fraco.
- O currículo mistura conteúdo técnico (fluxo de caixa, formação de preço, marketing digital) com “prevenção ao superendividamento”, que é o item que mais falta em formação para MEI.

Pontos contra:

- **Não menciona o Sebrae Educação Empreendedora**, que já atinge quase 5 milhões de alunos. Sem dizer o que faria de diferente, a proposta corre o risco de ser o mesmo programa com outro nome.
- A meta de 5 milhões em dez anos é modesta diante dos 46 milhões de alunos, e o plano não explica por que escolheu esse número.
- O custo de R\$ 5 a 10 bilhões é uma faixa larga (o dobro de diferença) e a fonte é a mesma lista genérica do Projeto 5 (União, estados, municípios, setor privado, multilaterais), sem partilha.

- “Gestão da emoção” como disciplina de empreendedorismo é marca autoral do candidato; não há evidência específica de que melhore a sobrevivência de negócios, embora educação financeira tenha.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (Sebrae Educação Empreendedora). Teto: 7,0.

Notas por critério:

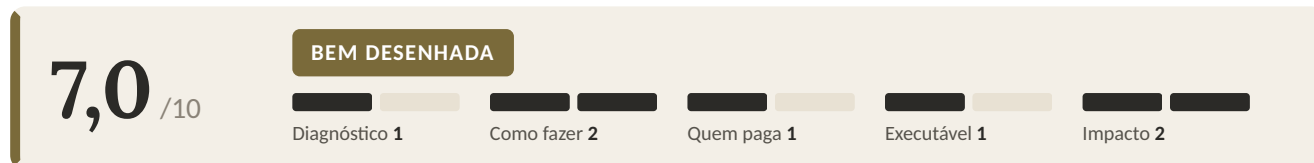
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (baixa formação de quem empreende por necessidade); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Meta, prazo, ferramenta e custo.
3. Diz quem paga?	1	Custo estimado; fonte listada sem partilha.
4. Dá para executar?	2	Programa federal em parceria com Sebrae; sem lei nova.
5. Faz diferença real?	1	Efeito setorial, sobre quem já pretende empreender.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Bem desenhada, barata e com meta clara; só não diz que o Sebrae já formou quase 5 milhões de alunos em programa parecido.

Banco do Empreendedor: crédito de até R\$ 20 mil a juros de 5% a 6% ao ano



Onde está no plano: Tese 3, item b, [página 39](#); Projeto 4, item c, [página 98](#); Projeto 5, seções 4 e 5, [páginas 107 e 108](#).

O que o plano promete: “Criaremos um banco especializado em financiar pequenos empreendedores, microempresas e startups, oferecendo crédito acessível, orientação técnica e educação financeira.” “Crédito de até R\$ 20.000,00; juros civilizados (5% a 6% ao ano); foco em início rápido.” No Projeto 5: “preferencialmente como plataforma nacional de crédito produtivo operada em parceria com instituições financeiras, cooperativas de crédito, bancos públicos, fintechs e agentes locais”, com crédito progressivo em escada (até R\$ 2 mil, depois R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 20 mil, conforme bom pagamento), um fundo inicial de R\$ 30 a 50 bilhões que funciona como capital rotativo e parcialmente como garantia, e “o governo assumirá apenas parte dos riscos”. Meta: financiar 2 milhões de empreendedores em dez anos.

Traduzindo: Um programa nacional de empréstimo para pequenos negócios, começando com valores baixos (R\$ 2 mil) e subindo até R\$ 20 mil para quem paga em dia, a juros de 5% a 6% ao ano, quando a taxa básica do país está em 14%. Não seria um banco com agências, mas uma rede que passa por bancos, cooperativas e fintechs, com um fundo de R\$ 30 a 50 bilhões do governo por trás.

O que os dados dizem:

- **A Selic está em 14% ao ano.** Fonte: [decisão do Copom de agosto de 2026](#). Empréstar a 5% ou 6% significa que alguém paga a diferença de 8 a 9 pontos por ano. *Análise:* sobre um fundo de R\$ 30 a 50 bilhões integralmente emprestado, esse subsídio custaria entre R\$ 2,4 e R\$ 4,5 bilhões por ano, sem contar a inadimplência. O plano não estima esse valor.
- **O desenho já existe, com o mesmo teto de R\$ 21 mil.** O Crediamigo, do Banco do Nordeste, é o maior programa de microcrédito da América Latina: crédito escalonado que “pode ser renovado e evoluir até R\$ 21.000,00”, agente que vai até o cliente, orientação empresarial, R\$ 13,4 bilhões aplicados em 2025. Fonte: [Banco do Nordeste](#), [Crediamigo](#). Sua taxa padrão é de 2,53% ao mês, mas clientes com bom histórico acessam recursos do FNE a partir de 0,7% ao mês (cerca de 8,7% ao ano). Fontes: [BNB](#), [redução de taxa](#) e [BNB](#), [FNE a 0,7% ao mês](#).
- **Há programas federais em vigor com fundo garantidor.** O Procred 360, do ministério existente, empresta a MEI e microempresas com juros máximos de Selic + 5% ao ano (hoje, cerca de 19%). Fonte: [gov.br/MEMP](#). Ou seja, o plano propõe uma taxa três vezes menor que a do programa federal atual.
- **A inadimplência do segmento é alta.** O Sebrae contou 23,9 milhões de pequenos negócios ativos no fim de 2025, com 7,7 milhões inadimplentes; a carteira de crédito dos MEIs cresceu 82,8% desde 2022, para R\$ 70,2 bilhões. Fonte: [Fenacon](#), [com dados do Sebrae](#).

Pontos a favor:

- **A escada de crédito é o desenho certo.** Começar com R\$ 2 mil e subir conforme o pagamento é o modelo do microcrédito que funciona no mundo (Grameen, Crediamigo). Reduz calote e constrói histórico financeiro de quem não tem.

- **Não cria banco físico.** A opção por “plataforma operada em parceria” com bancos, cooperativas e fintechs, e por o governo assumir “apenas parte dos riscos”, é a forma correta de evitar uma estatal nova e manter os bancos analisando risco.
- **Tem números:** teto, juros, escada, fundo, meta de 2 milhões de atendidos em dez anos.
- A regra de não exigir a casa como garantia (Projeto 5) protege a família.

Pontos contra:

- **O subsídio de juros não é estimado nem tem fonte.** Com a Selic a 14%, 5% a 6% ao ano é o custo de dinheiro mais barato do país, abaixo do que o Tesouro paga para se financiar. Alguém cobre os 8 a 9 pontos de diferença, e o plano não diz quem, quanto por ano, nem por quanto tempo.
- **Ignora o que existe.** Crediamigo (mesmo teto, mesma escada, mesma orientação) e Procred 360 (mesmo público, com fundo garantidor federal) não são citados. A proposta não diz o que faria de diferente além de cobrar juros muito menores.
- **Juros artificialmente baixos em escala geram dois problemas conhecidos:** demanda por crédito que não é para investir (é para consumir ou refinanciar dívida cara) e pressão para o governo absorver a inadimplência quando o fundo se esgotar. O histórico brasileiro de crédito subsidiado em escala (BNDES nos anos 2010) é um alerta que o plano não considera.
- A meta de 2 milhões em dez anos é pequena diante de 23,9 milhões de pequenos negócios; o Crediamigo sozinho tem cerca de 2 milhões de clientes.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Crediamigo/PNMPO, Procred 360). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (crédito caro para pequenos); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Valor, juros, escada, fundo, plataforma, meta.
3. Diz quem paga?	1	Fundo estimado (R\$ 30-50 bi); custo do subsídio não estimado.
4. Dá para executar?	1	Subvenção de juros e fundo garantidor exigem autorização em lei.
5. Faz diferença real?	2	Crédito é o gargalo número um dos pequenos negócios.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

A escada de crédito é o desenho certo e o Crediamigo prova que funciona; o que não fecha é prometer 5% ao ano com Selic a 14% sem dizer quem paga a diferença.

Meta de 10 milhões de novos empreendedores



Onde está no plano: Tese 3, item c, [páginas 39 e 40](#); título do Projeto 4, [página 95](#).

O que o plano promete: “Nos próximos anos, o Brasil poderá formar uma das maiores economias empreendedoras do mundo. Nosso plano prevê apoio técnico, crédito, desburocratização e incentivo à inovação para criar milhões de novos empreendedores.” No título do Projeto 4: “10 milhões de Microempresas: mais Empreendedorismo, mais oportunidades, mais Brasil.”

Traduzindo: A meta-síntese do plano: 10 milhões de novos pequenos negócios no país.

O que os dados dizem:

- **O Brasil já abre quase 5 milhões de pequenos negócios por ano.** Em 2025, foram abertas 4,9 milhões de empresas e fechadas 2,8 milhões, um saldo de 2,1 milhões. O estoque chegou a 23,9 milhões de pequenos negócios ativos, recorde. Fonte: [Fenacon, com dados do Sebrae e da Receita Federal](#).
- **A maior parte é MEI e a mortalidade é alta.** MEIs foram 78% das empresas abertas em 2026. Fonte: [Contábeis, 16/07/2026](#). Só 57,7% dos MEIs sobrevivem cinco anos, a menor taxa entre os portes. Fonte: [Sebrae/PR, pesquisa de sobrevivência](#).
- **Análise:** no ritmo atual, 10 milhões de novos CNPJs de pequeno porte surgem em cerca de dois anos (contando aberturas) ou em cerca de cinco anos (contando o saldo líquido). A meta do plano, sem prazo, está dentro do que já acontece sem nenhuma política nova.

Pontos a favor:

- Dá um número-símbolo ao plano, o que ajuda a comunicação.
- Reconhece que empreender exige “apoio técnico, crédito, desburocratização”, não só vontade.

Pontos contra:

- **É a tendência atual, apresentada como meta.** Sem prazo definido (“nos próximos anos”), a meta se cumpre sozinha por inércia.
- **Quantidade não é o problema; sobrevivência é.** O Brasil não tem escassez de aberturas; tem 42% de MEIs fechando em cinco anos e 7,7 milhões de pequenos negócios inadimplentes. Uma meta de “10 milhões de novos” sem meta de sobrevivência empurra para o mesmo padrão de formalização precária.
- A lista das “100 profissões da nova economia” (p. 99-102), que acompanha a meta, é composta majoritariamente de ocupações de baixa barreira de entrada e baixa produtividade (delivery, estética, artesanato, suporte básico). Não é um caminho para elevar a renda média; é um caminho para absorver quem perdeu emprego. O plano não distingue empreendedorismo por oportunidade de empreendedorismo por necessidade, distinção que o próprio Sebrae usa para explicar a mortalidade.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (transição do trabalho); ignora que o gargalo é sobrevivência, não abertura.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta sem prazo; ferramentas são as das outras fichas.
3. Diz quem paga?	0	Nada específico.
4. Dá para executar?	2	Não exige nada; já acontece.
5. Faz diferença real?	1	Se for a tendência atual, o efeito da proposta é pequeno.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

O Brasil já abre 4,9 milhões de pequenos negócios por ano; a meta de 10 milhões, sem prazo, se cumpre sozinha, enquanto o problema real, 42% dos MEIs fechando em cinco anos, não tem meta.

Financiar o programa com parte dos lucros das estatais



Onde está no plano: Projeto 4, item e, [página 98](#).

O que o plano promete: “Parte dos lucros das empresas em que a União possui participação será direcionada para políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. Transformar uma riqueza concentrada em uma riqueza distribuída. Usar a energia que polui para gerar impacto social que transforma.”

Traduzindo: O governo é dono de parte da Petrobras, do Banco do Brasil, do BNDES e de outras empresas, e recebe dividendos delas todo ano. O plano quer separar uma fatia desse dinheiro para financiar o Banco do Empreendedor e os clubes.

O que os dados dizem:

- **Quanto a União recebe.** Em 2025, a receita do Governo Central com dividendos e participações foi de R\$ 49,8 bilhões; Petrobras e BNDES responderam por 72,6% disso. A estimativa para 2026 é R\$ 55,5 bilhões. Fonte: [Money Times](#), com dados do Tesouro e do TCU.
- **É uma receita volátil.** No primeiro semestre de 2026, a União recebeu R\$ 10,4 bilhões em dividendos, 56% a menos que no mesmo período de 2025. Mesma fonte. As estatais lucraram R\$ 169,4 bilhões em 2025, mas pagaram à União R\$ 45,8 bilhões, e os dividendos recuaram quase 45%. Fonte: [Seu Dinheiro](#), 03/07/2026.
- **Esse dinheiro já tem destino.** Os dividendos entram como receita primária da União e são contados para o cumprimento da meta fiscal (ficha 01). Retirar parte deles para um fundo reduz o resultado primário na mesma proporção.

Pontos a favor:

- Aponta uma fonte real e existente, o que é mais do que a maioria das propostas do plano faz.
- A ideia de vincular receita de recursos naturais a políticas de longo prazo tem precedentes (fundos soberanos, royalties para educação).

Pontos contra:

- **Conflita com o déficit zero.** Os dividendos já são usados para fechar as contas. Se R\$ 10 bilhões forem desviados para o fundo, o déficit aumenta em R\$ 10 bilhões. O plano não reconhece isso.
- **Receita instável para despesa permanente.** Dividendos oscilam com o preço do petróleo e com decisões das empresas; caíram 56% em um semestre. Um programa de crédito precisa de fluxo previsível.
- **“Parte” não é número.** 5%? 30%? O plano não diz, o que impede saber se o fundo de R\$ 30 a 50 bilhões seria capitalizado em dois anos ou em vinte.
- “Usar a energia que polui” é uma frase de efeito que atribui à Petrobras um papel de financiadora sem tratar da política de dividendos da empresa, que tem acionistas privados e regras próprias.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com o déficit zero (p. 36). Teto: 6,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Identifica uma fonte real; sem dado sobre volume ou volatilidade.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramenta (vinculação de dividendos); sem percentual ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Quem paga é o resultado fiscal da União; não reconhecido.
4. Dá para executar?	1	Vinculação de receita exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 4,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição com o déficit zero)

EM UMA FRASE:

A fonte existe, mas esse dinheiro já é usado para fechar as contas que o plano promete equilibrar; tirar dali abre o buraco que o plano diz que vai fechar.

Bolsa Família: não punir quem formaliza, e premiar com incentivos e juros menores



Onde está no plano: Projeto 4, item f, [páginas 98 e 99](#).

O que o plano promete: “O Bolsa Família ama a pobreza, mas não ama os pobres, pois os perpetua na pobreza. Na nova economia o Bolsa Família será muitíssimo valorizado, não como paternalismo do governo, mas como renda geral para impulsionar o empreendedorismo e a renda familiar. Toda família beneficiada com Bolsa Família não será punida se assinar a carteira ou se abrir uma microempresa, por determinado tempo. Ao contrário, serão premiados, com incentivos e juros mais baixos.” (O texto do plano traz “não ama os podres”, erro de digitação que reproduzimos aqui apenas para registro.)

Traduzindo: Quem recebe Bolsa Família e arranja emprego com carteira ou abre um negócio não deve perder o benefício de imediato. Em vez disso, deveria ganhar vantagens, como crédito mais barato. O plano diz que hoje o programa prende as pessoas na pobreza.

O que os dados dizem:

- **A regra que o plano propõe já existe desde 2023.** A Regra de Proteção (art. 6º da Lei 14.601/2023) permite que a família que passa a ganhar mais continue recebendo 50% do benefício por um período, para não ter medo de aceitar emprego. Fonte: gov.br/MDS, [Regra de Proteção](#).
- **Os parâmetros foram ajustados em 2025.** Famílias que entraram até junho de 2025 ficam até 24 meses com renda de até meio salário mínimo por pessoa; a partir de julho de 2025, o limite passou a R\$ 706 por pessoa e o prazo, a 18 meses (12 em alguns casos), com “retorno garantido” ao programa se a família voltar à pobreza. Fonte: [Agência Gov, maio de 2025](#).
- **Escala:** em julho de 2023, 2,18 milhões de famílias já estavam na Regra de Proteção. Fonte: [MDS, 18/07/2023](#).
- **Há projeto no Senado para ampliar a regra** (PL 408/2025), mantendo o benefício mesmo com um integrante ganhando um salário mínimo. Fonte: [ID Previdenciário, 03/01/2026](#).
- A afirmação de que o programa “perpetua a pobreza” já foi contestada publicamente com base na existência da Regra de Proteção. Fonte: [Terra, agosto de 2026](#).

Pontos a favor:

- **A direção é a que economistas de todas as correntes defendem:** reduzir a “porta de saída punitiva” de programas de transferência. Quanto menos a família perde ao subir de renda, mais ela aceita emprego formal.
- **O elemento novo é bom:** transformar a saída do programa em vantagem (crédito mais barato, incentivos) em vez de apenas não punir. Conectar a Regra de Proteção ao Banco do Empreendedor daria ao beneficiário um caminho, não só uma proteção.
- Pode ser ampliado por portaria dentro dos limites da lei, sem depender do Congresso.

Pontos contra:

- **Descreve como novidade uma regra em vigor há três anos, e descreve o programa atual de forma incorreta.** Dizer que o Bolsa Família “pune” quem assina carteira ignora a Regra de Proteção, que existe justamente para isso. É o erro de diagnóstico mais visível do plano, e já foi apontado pela imprensa.

- **“Por determinado tempo” não é prazo.** O plano não diz se propõe mais que os 18 ou 24 meses atuais, nem qual limite de renda.
- “Incentivos e juros mais baixos” não têm valor, fonte nem regra.
- Manter benefício por mais tempo custa; o Bolsa Família tem cerca de R\$ 158 bilhões no Orçamento de 2026 e o plano não estima o impacto.
- A frase “ama a pobreza, mas não ama os pobres” é retórica de campanha, não diagnóstico, e vem acompanhada de um erro de digitação em ponto sensível.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Regra de Proteção, Lei 14.601/2023). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	O desincentivo é real, mas o plano descreve a regra atual de forma incorreta.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramenta (não punir + premiar); sem prazo, valor ou limite de renda.
3. Diz quem paga?	0	Extensão do benefício e juros menores custam; nada estimado.
4. Dá para executar?	2	Parâmetros da Regra de Proteção são definidos por portaria.
5. Faz diferença real?	2	Atinge cerca de 20 milhões de famílias.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada (a nota reflete a direção e a executabilidade; o diagnóstico incorreto está registrado)

EM UMA FRASE:

A direção é certa e o “prêmio” para quem sobe de renda é uma boa ideia, mas o plano descreve como novidade uma regra que existe desde 2023 e chama de punição o que a lei já evita.

Itens deste bloco não pontuados

- **“O papel do Sebrae: elevado a um novo patamar”** (Projeto 4, item d, p. 98). Sem meta, prazo ou instrumento. A Lei 14.816/2024 já formaliza a cooperação Sebrae-ministério.
- **“Usar a inteligência artificial a favor dos pequenos”** (Projeto 4, seção 4, p. 97). Declaração de princípio.
- **“Os 100 tipos de profissões”** (Projeto 4, item g, p. 99-102). É uma lista de ocupações, não uma proposta; comentada na ficha 15.
- **“A vacinação social”** (Projeto 4, seção 2, p. 95-96). Metáfora organizadora do projeto, sem conteúdo operacional.
- **Tese 3, item e, “Simplificação para abertura de empresas”** (p. 40): tratada no MD-03 junto com a licença em 48 horas do Projeto 7.
- **Tese 3, item d, “Regularização fundiária”** (p. 40): tratada no MD-03 (ficha-modelo A do MD-00).

Resumo do Bloco B1

Nº	Proposta	Nota	Faixa
13	Rede de 10 mil clubes e escolas de empreendedorismo	7,0	Bem desenhada
14	Banco do Empreendedor (R\$ 20 mil a 5-6% a.a., escada, fundo R\$ 30-50 bi)	7,0	Bem desenhada
17	Bolsa Família sem punição por formalização, com prêmio	6,0	Bem desenhada
12	Criar o Ministério do Empreendedorismo	6,0	Inviável como está (contradição)
15	Meta de 10 milhões de novos empreendedores	5,0	Mal detalhada
16	Financiar com parte dos lucros das estatais	4,0	Inviável como está (contradição)

Leitura do bloco: as ferramentas são melhores do que a embalagem. Clubes usando estrutura existente e crédito em escada são desenhos maduros, com meta e custo. O que derruba o bloco é o que o plano ignora: o ministério que quer criar existe desde 2023, o microcrédito escalonado existe há décadas no Banco do Nordeste, a regra do Bolsa Família existe desde 2023, e a fonte de dinheiro escolhida (dividendos de estatais) é a mesma que já fecha as contas que o plano promete equilibrar. O subsídio de juros, que pode passar de R\$ 4 bilhões por ano, não é estimado em lugar nenhum. E a meta-símbolo de 10 milhões é, na prática, o que o país já faz por inércia, enquanto o problema real, a mortalidade dos MEIs, não recebe meta.

Fontes citadas nesta parte

- Senado Notícias. Lei ratifica criação do Ministério do Empreendedorismo. 17/01/2024. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/17/lei-ratifica-criacao-do-ministerio-do-empreendedorismo>
- Planalto. Lei nº 14.816, de 16 de janeiro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14816.htm
- Câmara dos Deputados. Comissão mista aprova criação do Ministério do Empreendedorismo. <https://www.camara.leg.br/noticias/1025908-comissao-mista-aprova-criacao-do-ministerio-do-empreendedorismo-da-microempresa-e-da-empresa-de-pequeno-porte/>
- Inep. Censo Escolar da Educação Básica 2025, apresentação de resultados. https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2025/apresentacao_coletiva.pdf
- Agência Sebrae. Diretor do Sebrae defende a educação empreendedora em todas as escolas. 27/09/2024. <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/diretor-do-sebrae-defende-a-educacao-empreendedora-em-todas-as-escolas-do-pais/>
- Credited. Copom reduz Selic a 14% ao ano em agosto de 2026. <https://credited.com.br/noticias/2026/08/15/copom-mantem-selic-14-por-cento-agosto-2026-impacto/>
- Banco do Nordeste. Sobre o Crediamigo. <https://www.bnb.gov.br/crediamigo/sobre>
- Banco do Nordeste. Redução de taxa de juros em todos os produtos de crédito comercial. https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset_publisher/QGdgGhvxRtMv/content/banco-do-nordeste-anuncia-redu%C3%A7%C3%A3o-de-taxa-de-juros-em-todos-os-produtos-de-cr%C3%A9dito-comercial/44540
- Banco do Nordeste. BNB oferece microcrédito a juros de 0,7% ao mês. https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset_publisher/QGdgGhvxRtMv/content/bnb-oferece-microcr%C3%A9dito-a-juros-de-0-7-ao-m%C3%AAs-para-clientes-com-bom-hist%C3%B3rico-credit%C3%ADcio/44540

- gov.br/MEMP. Novo Procred 360. <https://www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/novo-desenrola-brasil/novo-procred-360>
- Fenacon. Número de pequenos negócios é recorde, mas inadimplência atinge 7,7 milhões. <https://fenacon.org.br/noticias/numero-de-pequenos-negocios-e-recorde-mas-inadimplencia-atinge-77-milhoes/>
- Contábeis. MEIs: 78% das novas empresas no Brasil em 2026. 16/07/2026. <https://www.contabeis.com.br/noticias/78127/meis-78-das-novas-empresas-no-brasil-em-2026/>
- Sebrae/PR. Pesquisa Taxa de Sobrevivência das Empresas Brasileiras. <https://sebraepr.com.br/impulsiona/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-brasileiras/>
- Money Times. Petrobras vai colocar cerca de R\$ 5 bilhões nos cofres da União. Agosto de 2026. <https://www.moneytimes.com.br/petrobras-petr4-vai-colocar-cerca-de-r-5-bilhoes-nos-cofres-da-uniao-com-dividendos-do-2t26-veja-quando-jcav/>
- Seu Dinheiro. Estatais lucram R\$ 169,4 bi em 2025, mas dividendos à União encolhem. 03/07/2026. <https://www.seudinheiro.com/2026/empresas/lucro-das-estatais-sobe-em-2025-para-r-1694-bi-petrobras-tem-o-melhor-desempenho-e-correios-o-pior-lvgb/>
- gov.br/MDS. Regra de Proteção do Bolsa Família. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/regra-de-protecao>
- Agência Gov. Portaria do MDS atualiza Regra de Proteção do Bolsa Família. Maio de 2025. <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202505/portaria-do-mds-atualiza-regra-de-protecao-do-bolsa-familia>
- MDS. Regra de Proteção mantém no programa 2,18 milhões de famílias. 18/07/2023. <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/regra-de-protecao-bolsa-familia-mantem-no-programa-2-18-milhoes-de-familias-que-aumentaram-a-renda-para-ate-meio-salario-minimo-por-integrante>
- ID Previdenciário. Governo analisa pagar Bolsa Família para quem recebe 1 salário mínimo. 03/01/2026. <https://idprevidenciario.com.br/governo-analisa-pagar-bolsa-familia-para-quem-recebe-1-salario-minimo-em-2026/>
- Terra. Eleições 2026: plano de Augusto Cury prevê semipresidencialismo, gestão da emoção e telemedicina. <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/eleicoes-2026-plano-de-augusto-cury-preve-semipresidencialismo-gestao-da-emocao-e-telemedicina,275f8d4dd7b40fb5b714d19aeb7b0f1c9tfiftut.html>

Fim do MD-02. Próxima parte: MD-03, Bloco B2 (Comunidades Empreendedoras: urbanização e proteção; BEE nas estradas; duplicação de rodovias; formalização em 48h; primeiro emprego; crédito para mulheres), fichas 18 em diante.

Comunidades, Estradas, Formalização, Mulheres e Juventude

Fichas 18 a 27

Nota sobre o campo “Comentário do autor”

A partir desta parte, algumas fichas trazem um campo adicional, ao final, chamado **Comentário do autor**. É a leitura pessoal de quem assina esta série, escrita em primeira pessoa. Ela **não altera a nota**: a nota vem exclusivamente dos cinco critérios e dos tetos, aplicados da mesma forma a todos os candidatos. O comentário é opinião, e está marcado como tal, para que o leitor saiba separar o que foi medido do que foi pensado.

Cada comentário foi confrontado com dados antes de ser publicado. Quando a opinião do autor precisou de ajuste diante da evidência, o ajuste está registrado no próprio comentário. Quando a opinião é uma posição legítima mas contestável, o contraponto aparece junto.

O que este bloco cobre

O restante do Projeto 5, “Comunidades Empreendedoras” (p. 105-112); o Projeto 7, “BEE: Brasil Empreendedor nas Estradas” (p. 120-125); a Tese 3, item e (p. 40); os itens econômicos da Tese 12, “Proteção às Mulheres” (p. 53-56); e o item econômico da Tese 13, “Juventude” (p. 56-57).

Após a regra de unidade de análise, o bloco rende **10 fichas** (18 a 27). A ficha 18 é a regularização fundiária, já produzida integralmente como ficha-modelo no MD-00; aqui aparece apenas a referência.

Placar do bloco: 6 bem desenhadas · 2 mal detalhadas · 2 inviáveis como estão.

Regularização fundiária de 5 milhões de moradias

Onde está no plano: Projeto 5, p. 105-112; Tese 3, item d, p. 40.

Ficha produzida integralmente no **MD-00, Ficha-modelo A**. Resumo: usa a lei da REURB, que já existe; tem meta (5 milhões em dez anos), custo (R\$ 10 a 20 bilhões) e salvaguardas (a casa não é exigida como garantia de crédito). Falta partilha do custo entre os entes e o ritmo de 500 mil títulos por ano é o dobro ou mais do que o país já fez.

Nota final: 9,0 — Bem desenhada. A proposta mais bem construída do plano.

Comunidade 4.0: urbanização e infraestrutura das favelas



Onde está no plano: Projeto 5, seção 6, p. 108 e 109; custo na seção 10, p. 110 e 111.

O que o plano promete: “Não basta entregar escritura onde falta esgoto, abrir empresas onde enchentes destroem estabelecimentos ou ensinar inteligência artificial se a comunidade não possui conectividade adequada.” Os projetos poderão envolver saneamento, água, drenagem, pavimentação, iluminação, contenção de encostas, prevenção de enchentes, conectividade digital, melhoria habitacional, recuperação ambiental, mobilidade e espaços comunitários. “Cada território receberá um diagnóstico próprio.” Custo estimado: R\$ 100 a 200 bilhões em dez anos, a ser dividido entre União, estados, municípios, fundos existentes, bancos públicos, setor privado e organismos multilaterais.

Traduzindo: Levar esgoto, água, asfalto, luz, internet e obras contra enchente para as favelas, com projeto específico para cada uma. É o item mais caro do plano inteiro: até R\$ 200 bilhões em dez anos.

O que os dados dizem:

- **A escala:** 16,4 milhões de pessoas em 12.348 favelas e comunidades urbanas (Censo 2022). Fonte: [IBGE](#).
- **O tamanho do custo diante do orçamento:** R\$ 10 a 20 bilhões por ano equivalem a algo entre 4% e 8% de tudo o que a União tem de gasto livre (as despesas discricionárias somam cerca de R\$ 256 bilhões em 2026, já incluindo emendas parlamentares). Fonte: [NSC Total, com dados do Orçamento 2026](#).
- **O que o plano não menciona: quem controla o território.** Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI/UFF e Instituto Fogo Cruzado) registrou em 2024 quase 4 milhões de pessoas vivendo sob controle ou influência de facções e milícias, 3,4 milhões delas (cerca de 30% da população metropolitana) sob controle direto. Na capital, 42,4% dos habitantes. Fonte: [Correio Braziliense, 04/12/2025](#). O mesmo levantamento descreve as milícias como “intermediárias obrigatórias para acesso a serviços, transporte e regularização fundiária”. Fonte: [Diário do Rio, 04/12/2025](#). O relatório original nota que serviços como luz, TV a cabo e internet são historicamente objeto de “interceptações e intermediações ilegais” nesses territórios. Fonte: [GENI/UFF, relatório do Mapa](#).
- A palavra “segurança” aparece no Projeto 5 apenas no sentido de “segurança jurídica” e “segurança da posse”. Facções, milícias e crime organizado não são mencionados em nenhuma das oito páginas do projeto.

Pontos a favor:

- **É o único grande programa do plano com custo estimado.** R\$ 100 a 200 bilhões é uma faixa larga, mas é um número, e o plano é honesto ao dizer que “a estimativa definitiva somente poderá ser produzida após o levantamento nacional”.
- Diagnóstico por território (“uma pequena comunidade consolidada não pode receber o mesmo tratamento de um enorme complexo urbano”) é a abordagem correta; programas padronizados de urbanização historicamente falham.
- A lista de intervenções está completa e coerente com a literatura de urbanização de favelas (Favela-Bairro, PAC Urbanização, Medellín).
- Reconhece que regularização sem infraestrutura é papel sem valor.

Pontos contra:

- **Ignora o problema que trava tudo o mais.** Em boa parte das comunidades de maior densidade, o Estado não entra sem negociar ou confrontar quem controla o território. Uma obra de saneamento, uma rede de internet ou um cadastro imobiliário num território controlado por milícia significa disputar diretamente uma fonte de renda do grupo armado. O plano tem um projeto de segurança pública (Projeto 3), mas o Projeto 5 não faz nenhuma conexão com ele.
- **Conflita com o déficit zero.** R\$ 10 a 20 bilhões por ano de despesa nova, num orçamento com 92% de gasto obrigatório e resultado primário em torno de zero, exigem corte equivalente em outro lugar, e o plano não diz onde.
- A fonte é uma lista de sete origens sem partilha. “Organismos multilaterais” e “setor privado” não financiam esgoto em favela sem garantia da União.
- A meta é “cada território receberá um diagnóstico”; não há meta de quantas comunidades urbanizadas, em que ordem, ou quantas famílias atendidas.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com o déficit zero (p. 36) e a carga tributária menor (p. 38). Teto: 6,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Dados do Censo corretos; descreve bem a interdependência com regularização.
2. Diz como vai fazer?	1	Lista de intervenções e prazo, sem meta de cobertura.
3. Diz quem paga?	1	Custo estimado; sete fontes listadas sem partilha.
4. Dá para executar?	2	Programa federal; há precedentes (PAC).
5. Faz diferença real?	2	16 milhões de pessoas.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição com o déficit zero; a nota bruta pelos critérios seria 8,0)

EM UMA FRASE:

É o único programa grande do plano com preço, e o preço não cabe num orçamento que promete déficit zero e menos imposto; e não diz uma palavra sobre quem controla o território onde a obra entraria.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Há duas perguntas que o plano não responde, e para mim são as que decidem se isso sai do papel.

A primeira é: **como o Estado entra?** Nas comunidades de maior periculosidade, especialmente nas grandes regiões metropolitanas, quem manda no território não é a prefeitura. É milícia, é facção, é quadrilha infiltrada. E esses grupos não apenas impedem a entrada; eles *vendem* os serviços que o plano promete entregar: internet, TV a cabo, gás, transporte. Urbanizar uma comunidade dessas significa tirar receita de quem está armado. O plano trata isso como um problema de engenharia e orçamento. Não é. É, antes, um problema de soberania do Estado sobre o próprio território, e o Projeto 5 não faz uma menção sequer a isso.

A segunda é: **de onde vêm os R\$ 100 a 200 bilhões**, num plano que na página 36 promete déficit zero e na página 38 promete menos imposto?

Verificação: a primeira pergunta está sustentada pelos dados. O Mapa dos Grupos Armados confirma que, só no Grande Rio, 3,4 milhões de pessoas vivem sob controle direto de grupos armados, e que as milícias operam como intermediárias de serviços e até da regularização fundiária. A ressalva honesta é que esse retrato é do Rio; em outras metrópoles a dinâmica existe, mas com intensidade menor e menos mapeada, e há milhares de comunidades pequenas e consolidadas onde o Estado entra normalmente. O plano poderia começar por essas, e não diz. A segunda pergunta é a mesma contradição que aparece no bloco fiscal e está registrada como falha grave.

Proteção contra especulação e fraudes após a regularização

6,0 /10

BEM DESENHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 1

Executável 2

Impacto 1

Onde está no plano: Projeto 5, seção 8, p. 110.

O que o plano promete: “Quando o Estado regulariza, urbaniza e melhora determinada região, o imóvel pode valorizar rapidamente. Uma família vulnerável pode ser pressionada a vender sua casa por um valor aparentemente elevado e, poucos anos depois, voltar a viver em outra ocupação informal. O programa terá educação patrimonial e financeira, assistência jurídica contra fraudes e mecanismos legais adequados. Nosso objetivo não é impedir que alguém venda aquilo que legitimamente lhe pertence.”

Traduzindo: Depois que a família recebe a escritura e o bairro melhora, aparece gente querendo comprar a casa barato. O plano quer preparar a família para não cair nisso, com orientação e advogado gratuito, sem proibir a venda.

O que os dados dizem:

- O risco é real e documentado na literatura sobre titulação (o chamado “efeito Hernando de Soto”: título vira liquidez, e liquidez sob pressão vira perda do imóvel). O próprio plano cita a experiência peruana (COFOPRI), onde esse debate é antigo.
- A Defensoria Pública já presta assistência jurídica gratuita; o plano não diz se usaria essa estrutura ou criaria outra.

Pontos a favor:

- Antecipar o efeito colateral da própria política é raro em plano de governo, e aqui está feito com precisão.
- A opção por não proibir a venda (e sim informar) respeita o direito de propriedade que o programa acabou de conceder. É a escolha juridicamente correta; cláusulas de inalienabilidade costumam ser derrubadas.
- Custo baixo em relação ao programa a que serve.

Pontos contra:

- Não diz quem presta a assistência (Defensoria? convênio com OAB? equipe própria?), nem por quanto tempo após a titulação.
- “Mecanismos legais adequados” não é especificado. Há instrumentos possíveis (direito de preferência do poder público, prazo de carência para venda) que o plano não escolhe.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

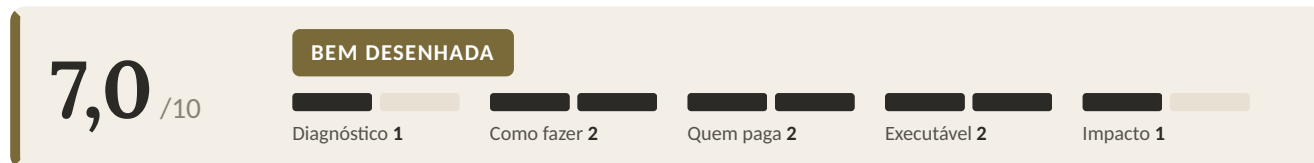
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Risco real e bem explicado; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramentas (educação, assistência), sem quem, quanto ou prazo.
3. Diz quem paga?	1	Dentro do custo do programa; sem valor próprio.
4. Dá para executar?	2	Gestão; estruturas existem.
5. Faz diferença real?	1	Protege o resultado da ficha 18.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Prevê o problema que a própria regularização cria e responde sem proibir a venda; faltou dizer quem faz e por quanto tempo.

Conselho Comunitário de Transformação e painel público de cada comunidade



Onde está no plano: Projeto 5, seções 7 e 9, p. 109 e 110.

O que o plano promete: “Nenhum projeto será simplesmente imposto de Brasília. Será criado em cada território participante um Conselho Comunitário de Transformação, com participação dos moradores.” Antes de intervenções: diagnóstico técnico, apresentação pública, transparência dos custos e canais de contestação. “Remoções deverão ser excepcionais.” Cada comunidade terá painel público com valor destinado, obras contratadas, empresas responsáveis, cronograma, percentual executado e resultados. “A população será fiscal do programa.”

Traduzindo: Os moradores participam das decisões sobre a obra da própria comunidade, e todo o dinheiro gasto fica visível num painel na internet: quanto, com quem, até quando.

O que os dados dizem:

- Participação comunitária e trabalho social já são exigência dos programas habitacionais federais desde os anos 2000 (o “Trabalho Técnico Social” é obrigatório no Minha Casa Minha Vida e era no PAC Urbanização). O plano não menciona.
- O painel público por comunidade, com os itens listados, não existe nesse formato nos programas atuais.

Pontos a favor:

- **O painel é uma proposta concreta e verificável:** seis campos definidos, por comunidade. É o tipo de transparência que reduz superfaturamento e dá ao morador um instrumento de cobrança.
- Remoção como exceção, com “devido processo e soluções habitacionais adequadas”, é o padrão que a literatura e o Judiciário exigem.
- Custo desprezível.

Pontos contra:

- Conselhos comunitários em territórios controlados por grupos armados são frequentemente capturados por eles. O plano não trata do risco (ver ficha 19).
- Não diz qual poder o conselho tem: consultivo ou deliberativo. Sem isso, pode virar formalidade.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (trabalho social obrigatório nos programas habitacionais federais). Teto: 7,0.

Notas por critério:

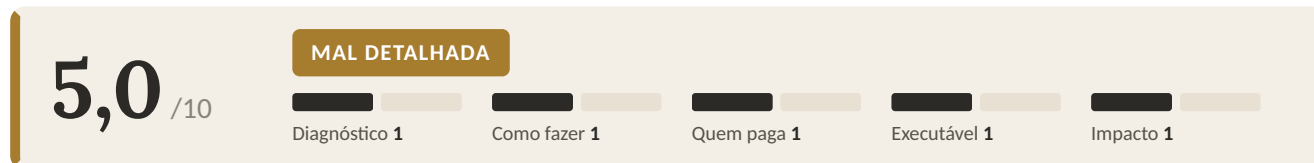
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (imposição de cima); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Conselho por território, etapas definidas, painel com seis campos.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Gestão.
5. Faz diferença real?	1	Governança do programa.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Painel público com dinheiro, empresa e prazo de cada comunidade é boa transparência; conselho comunitário já é exigência dos programas federais e o plano não diz o que muda.

Polos de empreendedorismo a cada 10-15 km nas rodovias (BEE)



Onde está no plano: Projeto 7, seções 2 a 5, p. 120 a 122.

O que o plano promete: Polos comerciais padronizados ao longo das principais rodovias, “a cada 10 a 15 km”, com estrutura mínima (estacionamento, banheiros, energia, água, internet, segurança), operados por PPP: o governo define áreas, simplifica licenciamento, concede incentivos fiscais e fiscaliza; a iniciativa privada constrói, opera e mantém; os empreendedores produzem e vendem. Prioridade para agricultura familiar, artesanato, alimentação regional, produtos de mulheres e jovens. O plano fala em “mais de um milhão de barracas estruturadas” e em transformar as estradas em “corredores de prosperidade”.

Traduzindo: Construir paradas comerciais organizadas nas estradas, a cada 10 ou 15 quilômetros, onde pequenos produtores da região vendem comida, artesanato e produtos locais para quem passa. O governo dá o terreno e a licença; empresas privadas constroem e cuidam.

O que os dados dizem:

- **O modelo existe e funciona no Japão.** As *michi-no-eki* (“estações de estrada”) são cerca de 1.220 paradas públicas com estacionamento, banheiro 24h, mercado de produtores locais e informação turística, presentes em todas as 47 províncias, criadas a partir de 1993. Fonte: [Governo do Japão, Highlighting Japan, agosto de 2023](#). São geridas por municípios, não por PPPs.
- **A escala é o problema.** O Brasil tem cerca de 1,5 milhão de km de rodovias, dos quais só 13,6% são pavimentados; a malha federal tem cerca de 65 mil km. Fonte: [BNDES Hub de Projetos](#). *Análise:* um polo a cada 12,5 km só na malha federal pavimentada dariam cerca de 5 mil polos; em toda a malha pavimentada do país, cerca de 17 mil. O Japão levou 30 anos para chegar a 1.220. “Um milhão de barracas” corresponderia a 60 barracas por polo se fossem 17 mil polos, ou 200 por polo se fossem 5 mil.
- **Tráfego:** fora dos grandes eixos (BR-116, BR-101, BR-381, BR-163, eixos paulistas), o volume de veículos da malha brasileira é baixo, o que limita a demanda para um comércio a cada 12 km.
- Acessos frequentes em rodovia de pista simples são fator de risco de acidente; o plano coloca a proposta no mesmo capítulo em que fala de “estradas seguras que preservam a vida”.

Pontos a favor:

- **É a proposta mais original do plano**, e tem um precedente real e bem-sucedido (Japão).
- A divisão de papéis (governo licencia e cede área, privado constrói e opera, produtor vende) é o desenho certo para não criar despesa pública permanente.
- Conecta três coisas que existem separadas: agricultura familiar sem canal de venda, turismo rodoviário e áreas de descanso precárias.
- Já há rodovias concedidas com obrigação contratual de áreas de serviço; incluir espaço para produtores locais nesses contratos seria barato e imediato.

Pontos contra:

- “A cada 10-15 km” e “um milhão de barracas” são números sem estudo. Não há estimativa de quantos polos, em quais rodovias, com que tráfego mínimo, nem qual seria a receita que sustenta uma PPP num trecho de baixo movimento.
- Sem demanda, PPP não fecha: o parceiro privado só constrói onde há fluxo. Nos trechos onde há fluxo, já existem postos, restaurantes e paradas privadas. Nos trechos onde não há, não haverá PPP.
- “Incentivos fiscais” não são estimados.
- Não trata do conflito com a faixa de domínio das rodovias federais (a área ao lado da pista tem regras de uso do DNIT) nem com as concessionárias, que têm exclusividade de exploração comercial em muitos contratos.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (A meta de “um milhão de barracas” não é uma taxa de crescimento comparável a série histórica, então o teto de meta implausível não se aplica formalmente; o problema de escala está registrado nos pontos contra.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (canal de venda para pequenos produtores); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta (“um milhão”) e ferramenta (PPP), sem prazo, estudo ou priorização.
3. Diz quem paga?	1	PPP citada como fonte; incentivos fiscais não estimados.
4. Dá para executar?	1	PPP é executável; incentivos fiscais exigem lei; conflito com concessões vigentes.
5. Faz diferença real?	1	Setorial (pequenos produtores, turismo rodoviário).

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

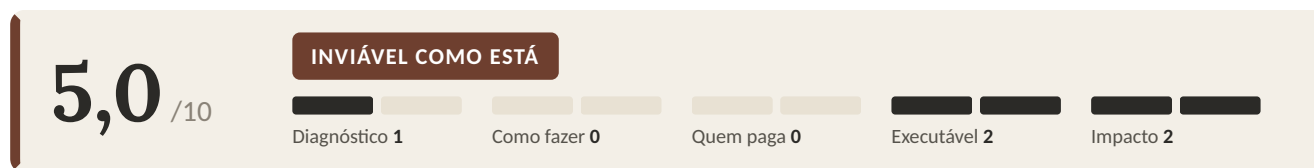
A ideia é boa e o Japão prova que funciona, mas “a cada 12 km” e “um milhão de barracas” são números de discurso, não de projeto; como piloto em rodovias concedidas, valeria; como programa nacional, não tem demanda que sustente.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Esta é, para mim, a proposta mais criativa do plano, e vale dizer isso. O Japão fez algo parecido e deu certo. Mas o que funciona num país do tamanho de um estado brasileiro não pode ser transplantado por decreto para um território continental. Cobrir “a cada 15 km” uma malha que atravessa desertos de tráfego, e prometer isso para regiões onde a estrada nem existe, como boa parte da Amazônia, onde as cidades ficam a dias de barco umas das outras, é generalizar. E toda generalização desse tipo erra. A ideia merece ser dimensionada, precificada e testada onde há fluxo, não anunciada para o Brasil inteiro.

Verificação: a comparação de tamanho precisa de ajuste. O Japão tem cerca de 378 mil km², o que o coloca próximo de Mato Grosso do Sul ou Goiás, e não do Espírito Santo ou do Rio Grande do Sul; o Brasil é cerca de 22 vezes maior. O argumento central se mantém e até se fortalece: o Japão levou 30 anos para chegar a 1.220 paradas num território 22 vezes menor. Sobre a Amazônia: o plano fala em “principais rodovias”, não em todas as estradas, então a promessa não alcança formalmente os trechos sem estrada; mas o argumento de que a proposta é pensada a partir da realidade do Sudeste, e não do país, é correto e está sustentado pelos dados de tráfego e de malha pavimentada.

Duplicação das principais rodovias



Onde está no plano: Projeto 7, seção 1, p. 120.

O que o plano promete: “O Brasil construiu ao longo de décadas uma enorme malha rodoviária que conecta pessoas e mercadorias. Contudo, essas mesmas estradas, por omissão do estado, ceifam vidas preciosas, causando dor nas famílias brasileiras. Propomos duplicação das principais rodovias.” Esse é o texto integral do item.

Traduzindo: Fazer pista dupla nas estradas mais importantes do país para reduzir acidentes. Uma frase, sem dizer quais, quantos quilômetros, quanto custa ou quem paga.

O que os dados dizem:

- **Quase nada é duplicado.** Da malha federal administrada pelo DNIT, 94% é de pista simples e apenas 2% (746 km) estava em duplicação. Fonte: [CNI, com base em estudo sobre rodovias federais](#). Na malha brasileira total, 0,7% é duplicada. Fonte: [BNDES Hub de Projetos](#).
- **O orçamento não cobre nem a manutenção.** A CNI estimou necessidade de R\$ 12 bilhões por ano só para manter, adequar e construir nas rodovias públicas federais, contra cerca de R\$ 7 bilhões executados. Mesma fonte. Em 2025, o governo federal autorizou R\$ 12,35 bilhões para infraestrutura rodoviária no país inteiro. Fonte: [Pesquisa CNT de Rodovias 2025](#).
- **O plano tem a ferramenta em outra página, mas não conecta.** Na Tese 9, item a (p. 48-49), o plano diz: “O Estado brasileiro não possui recursos suficientes para realizar sozinho todos os investimentos. Por isso, ampliaremos as concessões e as parcerias público-privadas.” Essa é a única forma realista de duplicar em escala, e ela implica pedágio. O Projeto 7 não faz essa ligação.

Pontos a favor:

- O problema é real e grave: acidentes em rodovia de pista simples são uma das principais causas de morte violenta no país, e duplicação reduz colisões frontais.
- O plano, em outro capítulo, reconhece que o Estado não tem dinheiro para isso e aponta concessões.

Pontos contra:

- **É uma frase.** Não diz quais rodovias, quantos quilômetros, em quanto tempo, quanto custa nem quem paga.
- **Custo de dezenas ou centenas de bilhões sem fonte.** Duplicar os principais eixos federais é obra de muitas dezenas de bilhões de reais, num orçamento que investe R\$ 12 bilhões por ano em toda a malha e não consegue mantê-la.
- Se a resposta é concessão (como a Tese 9 sugere), o plano deveria dizer isso aqui e assumir o pedágio que vem junto. Não diz.

Falhas graves acionadas:

- **Custo significativo sem qualquer origem de recurso.** Teto: 5,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (mortes); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	0	Uma frase; nada de meta, prazo ou ferramenta.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei; DNIT e concessões executam.
5. Faz diferença real?	2	Logística e segurança viária do país inteiro.

Nota final: 5,0 — Inviável como está (faixa definida pela ausência de fonte)

EM UMA FRASE:

Uma frase de nove palavras prometendo obra de dezenas de bilhões, sem quilômetro, sem prazo e sem dinheiro; a ferramenta que resolveria, concessão com pedágio, está em outro capítulo do plano e não é mencionada aqui.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Prometer duplicar as principais rodovias sem dizer de onde vem o dinheiro é brincar com um sonho antigo do brasileiro. Não existe recurso público para isso; o governo não consegue nem manter o que já tem. A única forma de fazer em escala é concessão, com pedágio. Isso não é necessariamente ruim: o país já paga imposto que não vira estrada, e enfrenta custo logístico alto por causa disso. Mas é uma escolha que precisa ser dita em voz alta, porque o eleitor vai entrar no dilema de pagar pedágio em troca de estrada melhor. Colocar a frase sem a escolha é esconder o preço.

Verificação: sustentado pelos dados. 94% da malha federal é pista simples, o orçamento executado fica em torno de R\$ 7 bilhões por ano contra R\$ 12 bilhões necessários só para conservação, e 45% do investimento rodoviário já vem de concessionárias privadas. O único ajuste é que o plano *tem* a resposta (concessões, Tese 9a), só não a usa aqui. A crítica correta, portanto, não é “o plano não sabe como” e sim “o plano sabe, mas não assume o pedágio no capítulo em que promete a obra”.

Mutirão nacional de formalização: licença em 48 horas e cadastro único



Onde está no plano: Projeto 7, seção 6, p. 122 e 123; Tese 3, item e, p. 40.

O que o plano promete: “Será criado um mutirão nacional de formalização com: licença em até 48 horas; cadastro digital único; fiscalização orientadora; inclusão automática no Simples Nacional; tributação reduzida.” Na Tese 3: “Abrir uma empresa deverá ser rápido, simples e digital. Reduziremos exigências desnecessárias, integraremos sistemas públicos e diminuiremos o tempo necessário para formalização.”

Traduzindo: Quem quiser abrir um negócio deve conseguir a licença em dois dias, com um cadastro só, e entrar direto no regime de imposto simplificado.

O que os dados dizem:

- **Abrir empresa no Brasil já leva menos de 48 horas.** O tempo médio nacional caiu de 29 horas em 2023 para 21 horas em 2025. Fonte: [CartaCapital](#), com dados do [Mapa de Empresas](#). No Paraná, 7 horas e 52 minutos em julho de 2025. Fonte: [Governo do Paraná](#).
- **Para o MEI, é imediato e sem licença.** O registro do MEI é digital, gratuito, com CNPJ, Junta e INSS saindo na hora, e o certificado “dispensa alvará e licença de funcionamento e autoriza o início imediato da atividade”. Fonte: CartaCapital, mesmo link. A inclusão no Simples já é automática para o MEI.
- **Atividades de baixo risco já são dispensadas de licença** pela Lei da Liberdade Econômica (13.874/2019); elas representam 60% das atividades. Fonte: [Ministério do Empreendedorismo](#), [boletim do Mapa de Empresas](#).
- **Onde ainda demora:** licenças específicas (vigilância sanitária, bombeiros, ambiental), que não entram na média de 21 horas e variam por município; e o registro convencional em São Paulo, que levava 34 a 53 horas em 2025 por gargalo na Junta Comercial. Fontes: [Forbes Brasil](#), 23/07/2026 e Governo do Paraná, acima.

Pontos a favor:

- Direção correta e sem custo relevante.
- “Fiscalização orientadora” (orientar antes de multar) é uma boa prática já prevista na Lei do Simples e pouco aplicada.
- O gargalo real, licenças sanitária e de bombeiros para atividades de médio risco, existe; um mutirão coordenado com estados e municípios pode ajudar.

Pontos contra:

- **A meta de 48 horas é mais lenta do que a média atual de 21 horas**, e o MEI já abre na hora. O plano descreve como conquista algo que já é rotina.
- Não diz que a Lei da Liberdade Econômica já dispensa licença para 60% das atividades, nem o que faria com os 40% restantes, que são os que de fato demoram.
- “Tributação reduzida” não tem valor nem fonte.
- O gargalo é municipal e estadual (Juntas, vigilância, bombeiros); o plano não diz qual instrumento federal alcançaria isso.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (Redesim, Lei da Liberdade Econômica, MEI digital). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	0	Descreve como lento um processo que já leva 21 horas; ignora o estágio atual.
2. Diz como vai fazer?	2	Prazo (48h), ferramentas (cadastro único, inclusão automática, fiscalização orientadora).
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível; sistemas existem (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Gestão e coordenação federativa.
5. Faz diferença real?	1	Incremental.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Promete abrir empresa em 48 horas num país onde já se abre em 21, e onde o MEI abre na hora; o que ainda demora, licença sanitária e de bombeiros nas prefeituras, o plano não toca.

Transparência salarial e correção da diferença de 21% entre homens e mulheres



Onde está no plano: Tese 12, item d, [p. 54](#).

O que o plano promete: “É inaceitável que mulheres ainda recebam em média cerca de 21% a menos que homens exercendo as mesmas funções e com a mesma qualificação. Essas distorções estruturais serão enfrentadas com políticas de transparência salarial, fiscalização rigorosa e mecanismos de correção de desigualdades no mercado de trabalho.”

Traduzindo: Mulheres ganham cerca de um quinto a menos que homens no mesmo cargo. O plano quer obrigar empresas a mostrar os salários por gênero, fiscalizar e corrigir.

O que os dados dizem:

- **O dado está correto e vem de uma lei que o plano não cita.** O 3º Relatório Nacional de Transparência Salarial, produzido pelo Ministério do Trabalho sob a Lei 14.611/2023, apurou que mulheres recebiam 20,9% a menos que homens nos 53.014 estabelecimentos com 100 ou mais empregados. Fonte: [Ministério do Trabalho e Emprego, 01/08/2025](#).
- **A transparência salarial já é lei desde 2023.** A Lei 14.611 obriga empresas com 100 ou mais empregados a publicar, duas vezes por ano, relatório de transparência salarial por gênero, raça e idade, com multa de até dez vezes a diferença em caso de discriminação comprovada. Fonte: [Projuris, resumo da lei](#). A quinta edição do relatório saiu em março de 2026. Fonte: [MTE, 20/03/2026](#).

Pontos a favor:

- O dado é preciso e a preocupação é legítima.
- Fiscalização e correção são a etapa seguinte natural da lei existente.

Pontos contra:

- **Propõe como novidade a lei em vigor há três anos.** O número de 21% que o plano usa é produzido justamente pelo instrumento que o plano promete criar.
- Não diz o que faria a mais: estender a empresas menores? Aumentar a multa? Publicar por empresa? Sem isso, não há proposta além da continuidade.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Lei 14.611/2023). Teto: 7,0.

Notas por critério:

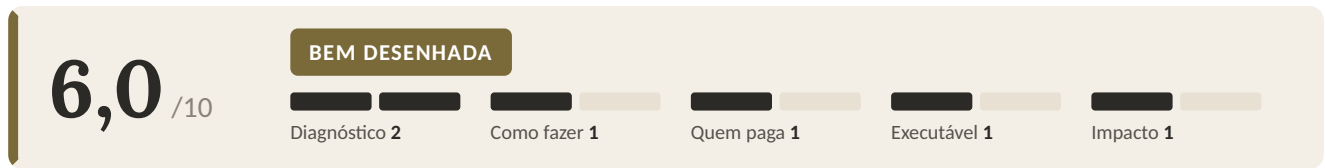
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Dado correto (20,9%).
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramentas genéricas (transparência, fiscalização); sem meta ou incremento.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível; MTE já produz o relatório (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Lei existe; fiscalização é gestão.
5. Faz diferença real?	1	Setorial (empresas com 100+ empregados).

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

O número de 21% está certo e vem do relatório da lei de 2023 que o plano promete criar.

Igualdade na concessão de crédito para mulheres



Onde está no plano: Tese 12, item h, p. 55 e 56.

O que o plano promete: Cita levantamento do Banco Central (com Febraban, FGV, Sebrae e Skema) e reproduz sua conclusão: “considerando o montante total de crédito utilizado em 2024, para uma mesma raça, as mulheres contratam créditos mais caros do que os homens”. Propõe educação financeira específica para mulheres, “dar visibilidade ao custo imposto pelo sistema financeiro às mulheres” e “propor mudanças nos critérios e nas matrizes de risco utilizados na concessão de crédito ao público feminino, de modo que a análise considere outros fatores”, em especial o histórico de adimplência, já que mulheres têm menos patrimônio para dar em garantia.

Traduzindo: Mulheres pagam juros maiores que homens, mesmo pagando melhor. O plano quer que os bancos levem em conta o histórico de pagamento, e não só o patrimônio, na hora de definir a taxa.

O que os dados dizem:

- **O dado é real e recente.** O Relatório de Cidadania Financeira 2025 do Banco Central, com dados de 2024, mostra que mulheres pagam mais que homens da mesma raça em todas as faixas: entre inscritos no Cadastro Único, mulheres negras pagam em média 140% ao ano, mulheres brancas 128%, homens negros 110% e homens brancos 97%. Fonte: [Agência Patrícia Galvão, 15/04/2026](#), com base no relatório do BC.
- **A causa, segundo o próprio BC, não está na precificação e sim no tipo de crédito.** “O levantamento indica que a diferença não está em critérios diretos de cobrança, mas no tipo de crédito contratado. Modalidades com juros mais altos, como o rotativo do cartão, são mais utilizadas por mulheres, enquanto homens recorrem mais a financiamentos com taxas menores.” Fonte: [A Notícia do Ceará, 19/04/2026](#), sobre o relatório. Mulheres também recorrem mais a bancos digitais e financeiras; homens, a bancos tradicionais e cooperativas.
- **O governo tem alavanca parcial.** Bancos públicos respondiam por 42,8% do crédito do país em 2023. Fonte: [Gazeta do Povo, 03/04/2024](#). Caixa e Banco do Brasil são, isoladamente, os dois maiores concedentes de crédito do sistema (19,7% e 16,5%). Fonte: [Poder360, 29/04/2025](#).
- O histórico de pagamento já entra nos modelos de risco pelo Cadastro Positivo, obrigatório desde 2019 (Lei Complementar 166/2019). Programas federais já diferenciam mulheres: o Procred 360 permite a empresas lideradas por mulheres tomar até 50% do faturamento, contra 30% para as demais. Fonte: gov.br/MEMP.

Pontos a favor:

- É uma das poucas propostas do plano que cita a fonte oficial e reproduz o dado corretamente, inclusive com citação literal do relatório do BC.
- Identifica com precisão o gargalo estrutural: mulheres têm menos patrimônio para oferecer como garantia, e garantia pesa na taxa.
- É um tema com pouca visibilidade, e o plano acerta ao dizer isso.

Pontos contra:

- **O remédio não bate com a causa que o próprio BC encontrou.** Se a diferença vem do tipo de crédito (rotativo, financeiras), mudar “matrizes de risco” não resolve; o que resolve é migrar mulheres para modalidades mais baratas (crédito produtivo, consignado, cooperativas), o que é um problema de oferta e de educação financeira, não de fórmula.

- “Propor mudanças nas matrizes de risco” não diz por qual instrumento: resolução do Conselho Monetário Nacional? Orientação aos bancos públicos? Lei? Sem isso, não é executável.
- O histórico de adimplência já é considerado (Cadastro Positivo); o plano não diz o que mudaria.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Cadastro Positivo; condições diferenciadas no Procred 360). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Fonte oficial citada e dado correto.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramenta (“mudar matrizes”), sem instrumento, meta ou prazo.
3. Diz quem paga?	1	Reconhece o gargalo das garantias; não trata do custo para bancos ou demais tomadores.
4. Dá para executar?	1	Bancos públicos por gestão; bancos privados exigem regulação ou lei.
5. Faz diferença real?	1	Setorial (crédito ao público feminino).

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

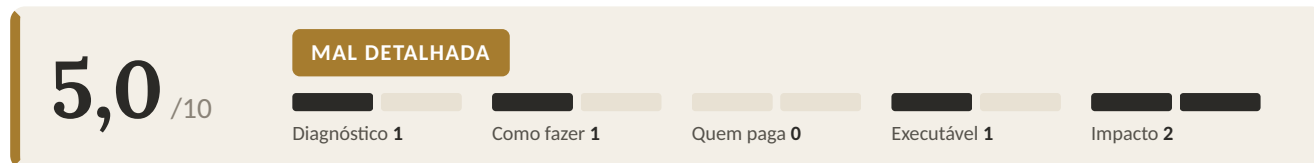
Diagnóstico correto e com fonte, coisa rara neste plano; mas o próprio Banco Central diz que a diferença vem do tipo de crédito que as mulheres usam, não da fórmula do banco, e é a fórmula que o plano quer mudar.

COMENTÁRIO DO AUTOR

A tese é justa e o problema precisa ser enfrentado: mulheres pagam mais juros sendo melhores pagadoras. Minha ressalva é sobre a mão do governo nisso. Juros são definidos pelos bancos, a partir da taxa básica e dos seus modelos de risco. Esses modelos, até onde sei, não têm variável de gênero; se a diferença aparece, ela vem de outras variáveis. O governo poderia influenciar os modelos dos bancos públicos, mas não pode obrigar banco privado a mudar a fórmula. Isso depende muito mais da iniciativa privada do que de Brasília.

Verificação: a intuição sobre os modelos está confirmada pelo Banco Central: a diferença não está em critérios diretos de cobrança, e sim no tipo de crédito que cada grupo contrata. Isso enfraquece a proposta do plano de “mudar matrizes de risco” e fortalece a leitura do autor. Onde a opinião precisou de ajuste: o governo não tem “gestão zero”. Bancos públicos concedem 42,8% de todo o crédito do país; Caixa e Banco do Brasil são os dois maiores concedentes; e o Conselho Monetário Nacional regula o sistema inteiro. A alavanca existe e é grande. O que não existe é a alavanca que o plano descreve, mudar a fórmula, porque a fórmula não é o problema. A crítica mais precisa, portanto, é: o governo pode muito, mas o plano escolheu o instrumento errado.

Primeiro emprego: incentivo fiscal a empresas que contratem jovens



Onde está no plano: Tese 13, item b, p. 56 e 57.

O que o plano promete: “Criaremos um grande programa nacional de inserção produtiva da juventude, com incentivos fiscais para empresas que contratarem jovens em seu primeiro emprego, estágios ampliados e programas de aprendizagem tecnológica. O objetivo é reduzir o desemprego juvenil e acelerar a entrada qualificada no mercado de trabalho.”

Traduzindo: Dar desconto de imposto para a empresa que contratar um jovem sem experiência, além de mais vagas de estágio e aprendizagem em tecnologia.

O que os dados dizem:

- **O desemprego jovem está no menor nível da série, mas segue o dobro da média.** A taxa entre 18 e 24 anos foi de 11,4% no 4º trimestre de 2025 (menor da série iniciada em 2012) e 11,7% no 1º trimestre de 2026, contra 5,1% e 6,1% da população geral. Fontes: [Poder360](#), com dados do IBGE e [boletim FJP/PNAD 1T26](#).
- **A inteligência artificial está reduzindo a contratação de jovens nas ocupações mais expostas.** Estudo da Universidade Stanford com dados de folha de pagamento dos EUA (atualizado em agosto de 2026) mostra que o emprego de trabalhadores de 22 a 25 anos nas ocupações mais expostas à IA está cerca de 19% abaixo do que estaria se tivesse acompanhado os colegas da mesma idade em ocupações menos expostas; o efeito vem “principalmente da redução de contratações de jovens, e não de demissões”, e se concentra onde a IA substitui tarefas em vez de complementá-las. Trabalhadores experientes não mostram queda comparável. Fonte: [Stanford Digital Economy Lab](#), agosto de 2026.
- **Já existe política com o mesmo desenho.** A Lei do Aprendiz (10.097/2000) obriga empresas médias e grandes a contratar de 5% a 15% do quadro como aprendizes, com encargos reduzidos. O plano não a menciona. O “Contrato Verde e Amarelo” (2019-2020), com desoneração para primeiro emprego, foi criado por medida provisória e caducou sem votação.

Pontos a favor:

- Problema real: a taxa jovem é o dobro da geral e a informalidade entre jovens passa de 45%.
- A combinação incentivo + estágio + aprendizagem tecnológica é o pacote padrão da literatura sobre transição escola-trabalho.
- A dimensão “aprendizagem tecnológica” dialoga com o que está acontecendo no mercado.

Pontos contra:

- **Nenhum número:** não diz o tamanho do incentivo, para quantas contratações, por quanto tempo, nem quanto custa em renúncia fiscal.
- Não menciona a Lei do Aprendiz nem o que faria de diferente do Contrato Verde e Amarelo, que teve o mesmo desenho e não vingou.
- Incentivo fiscal a contratação tem histórico de “peso morto”: a empresa recebe o desconto por contratações que faria de qualquer forma. O plano não desenha salvaguarda contra isso.
- A renúncia soma-se à contradição fiscal geral do plano.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (Lei do Aprendiz). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado no item (o “8 milhões de nem-nem” está no item seguinte).
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramentas nomeadas (incentivo, estágio, aprendizagem), sem valor, meta ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Renúncia fiscal não estimada.
4. Dá para executar?	1	Incentivo fiscal exige lei.
5. Faz diferença real?	2	Jovens de 18 a 24 anos são um contingente de dezenas de milhões.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

O problema é real e vai piorar com a IA, mas o plano só nomeia as ferramentas, não diz quanto, para quem, nem quanto custa, e ignora a Lei do Aprendiz que já faz parte disso.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Aqui eu quero ser mais generoso do que a nota. O plano não diz como, e isso é uma falha. Mas o tema é necessário, e é necessário por uma razão que ainda não está no debate público brasileiro: a inteligência artificial está eliminando o primeiro degrau da carreira. O escritório de advocacia não precisa mais de tantos advogados juniores; a área financeira não precisa de tantos analistas de contas a pagar; a empresa de software não precisa de tantos programadores iniciantes. A IA potencializa o sênior. Só que sem júnior hoje não existe sênior daqui a dez anos. Alguma coisa precisa ser feita para não abrir um buraco geracional na formação profissional do país. O plano não sabe o quê, mas ao menos aponta para o lugar certo.

Verificação: a tese tem sustentação empírica forte e recente. O estudo de Stanford, atualizado em agosto de 2026, mostra queda de 19% no emprego de jovens de 22 a 25 anos nas ocupações mais expostas à IA nos Estados Unidos, concentrada em redução de contratações, exatamente o mecanismo que o autor descreve. Duas ressalvas para manter a honestidade: o estudo é americano, e no Brasil o desemprego jovem está no menor nível da série histórica, ou seja, o efeito ainda não aparece nos dados nacionais; e o mesmo estudo não encontra “deslocamento generalizado” de empregos na economia como um todo, só nesse grupo. A tese do “buraco geracional” é uma projeção plausível, não um fato consumado, e é assim que deve ser lida.

Itens deste bloco não pontuados

- Tese 12, item c, “Autonomia econômica feminina” (p. 53-54): “Ampliaremos programas de empreendedorismo feminino, acesso ao crédito, qualificação profissional.” Declaração de princípio; as ferramentas concretas estão nas fichas 14 (Banco do Empreendedor) e 26 (crédito).
- Tese 13, item c, “Empreendedorismo jovem e inovação” (p. 57): cita o dado dos “8 milhões de nem-nem” e promete crédito, incubadoras e parques tecnológicos, sem meta ou instrumento próprio. Absorvido pelas fichas 13 e 14.
- Projeto 7, seção 7, “Impacto econômico e social” (p. 123): projeções de resultado sem número.

Resumo do Bloco B2

Nº	Proposta	Nota	Faixa
18	Regularização fundiária de 5 milhões de moradias (MD-00)	9,0	Bem desenhada
21	Conselho comunitário e painel público por comunidade	7,0	Bem desenhada
24	Mutirão de formalização, licença em 48h	7,0	Bem desenhada
25	Transparência salarial e correção da diferença de 21%	7,0	Bem desenhada
20	Proteção contra especulação após a regularização	6,0	Bem desenhada
26	Igualdade na concessão de crédito para mulheres	6,0	Bem desenhada
19	Comunidade 4.0: urbanização das favelas (R\$ 100-200 bi)	6,0	Inviável como está (contradição)
22	Polos de empreendedorismo nas rodovias (BEE)	5,0	Mal detalhada
27	Primeiro emprego com incentivo fiscal	5,0	Mal detalhada
23	Duplicação das principais rodovias	5,0	Inviável como está (sem fonte)

Leitura do bloco: o Projeto 5 continua sendo o melhor material do plano: regularização, proteção da família e transparência por comunidade formam um conjunto coerente, com custo e salvaguardas. Ele cai em um ponto só, o mesmo de sempre: R\$ 100 a 200 bilhões que não cabem no déficit zero. E tem um silêncio que os dados tornam difícil de aceitar, o controle armado do território onde a obra entraria. O Projeto 7 é o oposto: uma ideia criativa (BEE) sem dimensionamento, ao lado de uma promessa de duplicar rodovias em nove palavras e sem dinheiro. Nas teses de mulheres e juventude, o padrão do plano se repete: dados corretos e preocupações legítimas, seguidos de propostas que já são lei (transparência salarial, Lei do Aprendiz, Cadastro Positivo) sem que o plano diga o que acrescentaria.

Fontes citadas nesta parte

- IBGE Educa. Censo 2022: 16.390.815 pessoas moravam em favelas e comunidades urbanas. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22539-censo-2022-16-390-815-pessoas-moravam-em-favelas-e-comunidades-urbanas.html>
- NSC Total. Bomba-relógio de R\$ 80 bilhões no Orçamento 2026. 25/03/2026. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/orcamento-2026-risco-fiscal-bolsa-familia>
- Correio Braziliense. O que revela o novo mapa das facções e milícias do Rio de Janeiro. 04/12/2025. <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/12/7306275-o-que-revela-o-novo-mapa-das-faccoes-e-milicias-do-rio-de-janeiro.html>
- Diário do Rio. Mapa dos Grupos Armados expõe avanço do CV e retração da milícia. 04/12/2025. <https://diariodorio.com/mapa-dos-grupos-armados-expoe-avanco-do-cv-e-retracao-da-milicia-na-regiao-metropolitana-do-rio/>
- GENI/UFF e Instituto Fogo Cruzado. Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro (relatório). https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2024/06/Relatorio_Mapa_Grupos_Armados_Geni_WEB.pdf
- Governo do Japão. Highlighting Japan: Japan's Roadside Station, Michi-no-Eki. Agosto de 2023. <https://www.gov-online.go.jp/eng/publicity/book/hlj/20230801.html>
- BNDES Hub de Projetos. Rodovias. <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Rodovias>

- CNI / Agência de Notícias da Indústria. Rodovias federais demandam R\$ 12 bilhões ao ano, mas recebem só metade. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/rodovias-federais-demandam-r-12-bilhoes-ao-ano-mas-recebem-so-metade-dos-recursos/>
- CNT. Pesquisa CNT de Rodovias 2025, síntese dos resultados. <https://repositorio.itl.org.br/jspui/bitstream/123456789/847/1/Pesquisa%20CNT%20de%20Rodovias%202025%20-%20S%C3%ADntese%20dos%20resultados%20-%20nacional,%20por%20regi%C3%A3o%20e%20por%20estados.pdf>
- CartaCapital. Mapa da Burocracia no Brasil: veja onde mais se demora para abrir uma empresa. Agosto de 2026. <https://www.cartacapital.com.br/do-micro-ao-macro/burocracia-abertura-empresas-estados-brasil/>
- Governo do Paraná. Abrir uma empresa no Paraná é 23 horas mais rápido do que a média nacional. 20/08/2025. <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Abrir-uma-empresa-no-Parana-e-23-horas-mais-rapido-do-que-media-nacional>
- Forbes Brasil. Mapa da Burocracia mostra que abrir uma empresa no Brasil pode demorar entre 7 e 34 horas. 23/07/2026. <https://forbes.com.br/forbes-money/2026/07/tempo-abertura-empresas-brasil/>
- Ministério do Empreendedorismo. Boletim do Mapa de Empresas, 2º quadrimestre de 2025. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-2o-quadrimestre-2025.pdf>
- Ministério do Trabalho e Emprego. Empresas com 100 ou mais empregados já podem enviar informações para novo Relatório de Transparência. 01/08/2025. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/agosto/empresas-com-100-ou-mais-empregados-ja-podem-enviar-informacoes-para-novo-relatorio-de-transparencia>
- Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de Transparência Salarial já está disponível. 20/03/2026. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/relatorio-de-transparencia-salarial-ja-esta-disponivel-para-download-no-emprego-brasil>
- Projuris. Lei de Igualdade Salarial: principais pontos da Lei 14.611/23. <https://www.projuris.com.br/blog/lei-de-igualdade-salarial/>
- Agência Patrícia Galvão. Mulheres negras de baixa renda pagam as maiores taxas de juros, segundo BC. 15/04/2026. <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/mulheres-negras-de-baixa-renda-pagam-as-maiores-taxas-de-juros-no-brasil-segundo-bc/>
- A Notícia do Ceará. Mulheres lideram acesso ao crédito, mas pagam juros mais altos. 19/04/2026. <https://anoticiadoceara.com.br/mulheres-lideram-acesso-ao-credito-mas-pagam-juros-mais-altos/>
- Gazeta do Povo. Bancos públicos aumentam participação no mercado de crédito. 03/04/2024. <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/bancos-publicos-aumento-participacao-credito-2023/>
- Poder360. Bancões detêm 57,9% das operações de crédito no país. 29/04/2025. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/bancoes-detem-579-das-operacoes-de-credito-no-pais/>
- gov.br/MEMP. Novo Procred 360. <https://www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/novo-desenrola-brasil/novo-procred-360>
- Poder360. Desemprego entre os jovens cai para 11,4% em 2025. 20/02/2026. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/desemprego-entre-os-jovens-cai-em-2025/>
- Fundação João Pinheiro. Mercado de Trabalho, PNAD Contínua, 1º trimestre de 2026. <https://observatoriotrabalho.mg.gov.br/html%20boletins/4.Texto%20PnadC-T%202026-1T.pdf?t=1781179741>
- Stanford Digital Economy Lab. Canaries in the Coal Mine? Six Facts about the Recent Employment Effects of AI (atualização de agosto de 2026). <https://digitaleconomy.stanford.edu/news/canariesaug26/>

Fim do MD-03. Próxima parte: MD-04, Bloco C1 (agro, semiárido, agroindústria e cooperativismo: Teses 8 e 9, Projetos 6, 8 e 9), fichas 28 em diante.

Agro, Semiárido, Agroindústria e Cooperativismo

Fichas 28 a 40

O que este bloco cobre

A Tese 8, “Agricultura 4.0” (p. 47-49); o Projeto 6, “Brasil Oásis: revolução no Semiárido” (p. 114-118); o Projeto 8, “Agroindústria Brasil” (p. 126-129); e o Projeto 9, “BCOO: Brasil Cooperativismo” (p. 131-138).

É o bloco em que o plano tem o melhor diagnóstico e as piores metas. O diagnóstico cita fontes oficiais (ANA, Censo Agropecuário, comparação com o Peru) e acerta na direção estratégica: agregar valor em vez de exportar grão, tratar Israel como modelo de gestão de água e não de volume. As metas, porém, são quase todas números redondos sem estudo: dobrar, multiplicar por dez, 10 mil, 100.

Após a regra de unidade de análise, o bloco rende **13 fichas** (28 a 40). A ficha 36 (100 usinas de etanol de milho) foi produzida integralmente no MD-00 como ficha-modelo B; aqui aparece apenas a referência.

Placar do bloco: 5 bem desenhadas · 4 mal detalhadas · 4 inviáveis como estão.

Nota de qualidade editorial: os itens b (“Inovação Integral”) e c (“Agricultura de precisão”) da Tese 8 (p. 48) contêm o mesmo parágrafo, palavra por palavra. O Projeto 6 traz a frase “ela confirma sua intuição” (p. 114) e, por duas vezes, “eu criaria” (p. 117), formas que sugerem texto de consulta reproduzido sem revisão. Nenhum desses pontos altera as notas, mas ficam registrados.

Dobrar a produção agropecuária e de alimentos em 8 a 10 anos



Onde está no plano: Tese 8, item a (p. 47) e item g (p. 49); Projeto 6, eixo 3 e “Metas de Estado” (p. 115 e 117).

O que o plano promete: “Dobrar a produção agropecuária nos próximos anos. Investiremos em tecnologia, pesquisa, irrigação, logística e inovação para ampliar significativamente a produção agrícola.” No item g: “Objetivo é dobrar a produção de alimentos nos próximos 10 anos, para que possamos alimentar mais de 2 bilhões de seres humanos e, assim, poderemos estar de igual para igual no tabuleiro das nações, em destaque com os Estados Unidos e China.” No Projeto 6: “metas de dobrar a produção agropecuária em 8 a 10 anos”, “com expansão baseada em produtividade, irrigação, tecnologia e agroindustrialização”.

Traduzindo: O plano quer que o Brasil produza, em oito a dez anos, o dobro de alimentos que produz hoje.

O que os dados dizem:

- **O Brasil acabou de colher a maior safra da história:** 350,2 milhões de toneladas de grãos em 2024/25, alta de 16,3% sobre o ciclo anterior, com recordes de soja, milho e algodão. Fonte: [Conab, 11/09/2025](#). A estimativa para 2025/26 é de 353,4 milhões, praticamente estável. Fonte: [Brasilagro, com dados da Conab](#).
- **Quanto o país cresceu nas melhores décadas.** A série histórica da Conab mostra que a produção de grãos passou de cerca de 208 milhões de toneladas em 2014/15 para 350 milhões em 2024/25, um aumento de 69% em dez anos, ou cerca de 5,4% ao ano. O melhor intervalo de dez anos da série (de 2006/07 a 2016/17) registrou aumento próximo de 80%, cerca de 6% ao ano. Fonte: [Conab, Série Histórica dos Grãos](#). *Análise:* dobrar em oito anos exige 9% ao ano; em dez anos, 7,2% ao ano. Nenhuma década da série chegou a isso, nem a melhor.
- A meta do plano fala em “produção de alimentos” e “produção agropecuária”, que incluem carnes, leite, frutas e hortaliças, cujo crescimento histórico é menor que o dos grãos. Isso torna a meta ainda mais distante.

Pontos a favor:

- A direção (produtividade, irrigação, tecnologia, agroindústria) é a correta: o Brasil cresce há décadas mais por rendimento por hectare do que por expansão de área.
- Reconhece que a “previsibilidade regulatória” é condição, e apresenta uma ferramenta para isso (ficha 29).
- É uma meta mobilizadora, e o agro brasileiro tem histórico de superar expectativas.

Pontos contra:

- **É aritmeticamente inédita.** Dobrar em oito a dez anos exige crescer entre 7% e 9% ao ano, todos os anos, quando o melhor período de dez anos da história ficou perto de 6% e o mais recente em 5,4%, e isso só para grãos, o segmento que mais cresce.
- **Não diz como.** As ferramentas listadas (“tecnologia, pesquisa, irrigação, logística”) são as mesmas de todos os planos de governo desde os anos 1990. Não há estimativa de quanto viria de área, quanto de produtividade, quanto de irrigação.
- **Não diz quanto custa nem quem paga.** Irrigação, armazenagem e logística em escala são investimentos de dezenas de bilhões.
- A retórica (“de igual para igual com Estados Unidos e China”, “supermercado do mundo”) é de discurso, não de projeto.

Falhas graves acionadas:

- Meta que exige ritmo acima do melhor período de 10 anos das últimas quatro décadas (7-9% ao ano contra ~6% no melhor intervalo). Teto: 6,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Oportunidade real; sem dado sobre produção atual ou ritmo histórico.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta e prazo; ferramentas genéricas.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei.
5. Faz diferença real?	2	O agro é cerca de um quarto do PIB.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela meta acima de qualquer ritmo histórico)

EM UMA FRASE:

O Brasil acabou de colher a maior safra da história crescendo 5% ao ano; dobrar em oito anos exige 9% ao ano, todos os anos, algo que nenhuma década da série da Conab chegou perto de fazer.

COMENTÁRIO DO AUTOR

O agro brasileiro não precisa de promessa: ele já cresce a taxas que o resto da economia não alcança e já responde por boa parte do PIB. Todos os governos recentes apostaram nele e ele entregou. “Dobrar” não é uma meta, é um slogan, porque não diz o que faria de diferente do que já vem sendo feito para chegar a um ritmo que nunca existiu. Quando um plano promete algo que ninguém nunca fez e não descreve o como, o problema não é ambição; é falta de projeto.

Verificação: sustentado integralmente. A série da Conab mostra que a melhor década da história ficou perto de 6% ao ano, e dobrar em oito a dez anos exige entre 7% e 9%. O único ajuste: a fatia do agro no PIB é da ordem de um quarto quando se conta toda a cadeia (insumos, indústria, serviços), e de cerca de 7% quando se conta só a produção dentro da porteira. Ambas são “boa parte”, mas convém não superestimar.

Prazos máximos legais para licenciamento ambiental, sanitário e outorga de água



Onde está no plano: Tese 8, item a, segundo parágrafo, p. 47 e 48.

O que o plano promete: “Estabeleceremos prazos máximos legais para o licenciamento ambiental, sanitário e de outorga de água, com procedimento digital integrado entre União, Estados e Municípios e classificação por nível de risco, concentrando a análise técnica detalhada nos empreendimentos de maior impacto e simplificando os de impacto reduzido. Agilidade não significa ausência de critério: os parâmetros técnicos permanecerão rigorosos, a fiscalização será fortalecida e a responsabilização por danos ambientais será integral.”

Traduzindo: O governo deve ter um prazo máximo por lei para responder se autoriza ou não um empreendimento (obra, irrigação, criação animal), com processo digital único, exigindo estudo detalhado só dos projetos de maior risco. Quem causar dano continua respondendo integralmente.

O que os dados dizem:

- **Uma lei com esse desenho foi aprovada em 2025.** A Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190, de 8 de agosto de 2025) unificou procedimentos, criou modalidades por porte e potencial poluidor (LP, LI, LO, LAC, LAE e outras), definiu prazos e padronizou regras entre União, estados e municípios. Fonte: [Lex Legal, 12/12/2025](#). A lei teve 63 vetos, a maioria derrubada pelo Congresso; a Licença por Adesão e Compromisso (autodeclaratória) vale para empreendimentos de baixo e médio impacto. Fonte: [P2M Ambiental, 14/12/2025](#).
- A outorga de água e o licenciamento sanitário seguem regimes próprios (ANA e agências estaduais; Anvisa e vigilâncias), não cobertos pela lei de 2025.

Pontos a favor:

- **É a proposta mais equilibrada do bloco:** prazo máximo com classificação por risco e responsabilização integral é o desenho que a literatura de regulação recomenda, e o plano evita o discurso de “acabar com o licenciamento”.
- A extensão para outorga de água e licença sanitária é o que falta na lei de 2025, e é um acréscimo real.
- Custo administrativo baixo; ganho de segurança jurídica alto.

Pontos contra:

- **A lei de licenciamento ambiental com prazos e classificação por risco já existe** desde agosto de 2025, e o plano não a menciona nem diz se manteria, ajustaria ou revogaria os vetos derrubados.
- Não diz quais prazos (30 dias? 180?), nem o que acontece se o órgão não responder no prazo (aprovação tácita? responsabilidade do gestor?).
- A integração digital “entre União, estados e municípios” depende de sistemas estaduais que o governo federal não controla.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Lei 15.190/2025). Teto: 7,0.

Notas por critério:

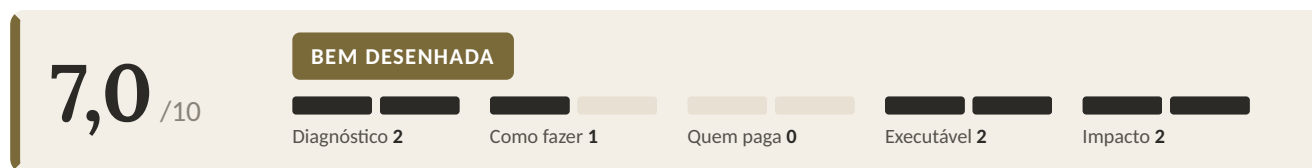
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado; ignora a lei recém-aprovada.
2. Diz como vai fazer?	2	Prazo legal, classificação por risco, procedimento digital integrado.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível (regra v1.1).
4. Dá para executar?	1	Exige lei para outorga e sanitário.
5. Faz diferença real?	2	Atinge todo investimento produtivo.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Desenho correto e equilibrado, mas a lei de licenciamento com prazos e classificação por risco foi aprovada em agosto de 2025 e o plano não a cita; o que sobra de novo é estender a lógica à água e à vigilância sanitária.

Fortalecimento do pequeno produtor e "Raízes do Brasil"



Onde está no plano: Tese 8, item d (p. 48); Projeto 6, eixo 2 e “Metas de Estado” (p. 115 e 117).

O que o plano promete: “Ampliaremos o acesso ao crédito, assistência técnica, seguro rural, mecanização e mercados consumidores. Também fortaleceremos programas de sucessão familiar no campo.” No Projeto 6: “Raízes do Brasil: programa nacional para turbinar os 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar com crédito civilizado, assistência técnica, irrigação, cultivo protegido, cooperativismo e acesso a mercado.” Meta: “turbinar os 3,9 milhões de estabelecimentos com crédito, assistência técnica, irrigação simplificada, energia solar, cooperativismo e acesso a mercados.”

Traduzindo: Dar ao pequeno agricultor crédito mais barato, orientação técnica, irrigação simples, energia solar e caminho para vender a produção, além de ajudar os filhos a continuarem no campo.

O que os dados dizem:

- **O dado está correto.** O Censo Agropecuário 2017 do IBGE registrou cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, 77% do total, ocupando 23% da área, exatamente os números que o plano cita.
- **A política existe e é grande.** O Pronaf (crédito para agricultura familiar, com juros de 0,5% a 6% ao ano no Banco do Brasil) é o maior programa do tipo no mundo. Fonte: [Agência Gov, novembro de 2024](#). O plano não cita Pronaf, Ater (assistência técnica) nem Luz para Todos.

Pontos a favor:

- Diagnóstico com número correto e fonte reconhecível.
- Lista completa e coerente de instrumentos: crédito, assistência técnica, irrigação simplificada, cultivo protegido, energia solar, cooperativismo, mercado. É o pacote que a literatura de desenvolvimento rural recomenda.
- Sucessão familiar é um problema real e pouco tratado: o campo envelhece e os jovens saem.

Pontos contra:

- **Nenhum número de meta ou custo.** “Turbinar 3,9 milhões de estabelecimentos” não diz quantos serão atendidos, com quanto, em quanto tempo.
- Não menciona o Pronaf, que já é a ferramenta de “crédito civilizado” para esse público, nem diz o que faria de diferente.
- “Crédito civilizado” tem o mesmo problema da ficha 34: quem paga o subsídio.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Pronaf, Ater, Luz para Todos). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Dado do Censo correto.
2. Diz como vai fazer?	1	Ferramentas listadas; sem meta, prazo ou valor.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Programas existem.
5. Faz diferença real?	2	3,9 milhões de estabelecimentos, maioria dos empregos rurais.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Diagnóstico correto e pacote completo de instrumentos; só não diz que o Pronaf já faz isso há 30 anos nem o que acrescentaria.

Ampliar significativamente a cobertura do seguro rural (PSR)



Onde está no plano: Tese 8, item h (p. 49); Projeto 6, quinta revolução (p. 117).

O que o plano promete: “Ampliaremos significativamente a cobertura do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), garantindo que o produtor tenha um antídoto contra eventos climáticos extremos. O seguro deixará de ser um luxo para tornar-se uma ferramenta indispensável de fomento ao crédito rural, gestão de risco e prevenção contra o endividamento sistêmico no campo.”

Traduzindo: O governo paga parte do seguro contra seca, geada e enchente para o produtor. O plano quer que muito mais produtores tenham esse seguro, para que uma safra perdida não vire dívida impagável.

O que os dados dizem:

- **O programa encolheu pela metade.** A área segurada com apoio do PSR caiu de 13,7 milhões de hectares em 2021 para cerca de 3,2 milhões em 2025, o equivalente a 3,3% da área cultivada, contra meta oficial de 11,79%. O orçamento executado caiu de R\$ 1,15 bilhão (2021) para R\$ 565 milhões (2025), com R\$ 428 milhões cortados só em 2025. Fontes: [CQCS, 27/07/2026](#) e [Canal Rural, 10/06/2026](#).
- **Em 2026 a situação piorou.** Dos R\$ 1,01 bilhão aprovados no Orçamento, R\$ 461,7 milhões foram bloqueados e mais R\$ 82 milhões cancelados, deixando cerca de R\$ 474 milhões, menos que em 2025; o ministério ainda devia R\$ 141 milhões às seguradoras por apólices de 2025. Fonte: [Fenacor, 25/06/2026](#).
- A FGV Agro resume o efeito: “o produtor não sabe se haverá subvenção; a seguradora incorpora risco institucional ao preço; o banco perde um mitigador de risco relevante”. Fonte: [Notícias Agrícolas, 24/06/2026](#).

Pontos a favor:

- **É a proposta certa, no momento certo, e o plano a nomeia corretamente.** O PSR é o instrumento, está desmontado por cortes sucessivos, e a inadimplência do agro (ficha 34) é em parte consequência disso. Recompôr o seguro é mais barato que renegociar dívida depois.
- O plano entende a função do seguro como base do crédito (“fomento ao crédito rural”), o que é tecnicamente correto: seguro reduz o risco do banco e, portanto, o juro.
- Reconhece o programa existente pelo nome, o que evita o teto de duplicação.

Pontos contra:

- **“Significativamente” não é número.** Voltar aos 13,7 milhões de hectares de 2021? Chegar aos 11,79% de meta oficial? O plano não diz.
- **Não diz quanto custa nem de onde vem.** Voltar ao patamar de 2021 custaria cerca de R\$ 600 milhões a mais por ano; ir além, mais. O plano não estima, e o problema do PSR nos últimos anos foi exatamente o contingenciamento por falta de espaço fiscal, o mesmo espaço que o plano promete apertar com déficit zero.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado sobre a queda da cobertura.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumento nomeado (PSR); sem meta ou valor.
3. Diz quem paga?	0	Subvenção sem estimativa.
4. Dá para executar?	2	Orçamento; programa existe.
5. Faz diferença real?	2	Reduz risco de crédito de todo o agro.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Proposta certa e nomeada corretamente, num programa que perdeu metade do orçamento e três quartos da área desde 2021; só falta dizer quanto e de onde.

Expandir a irrigação: de 10 para até 55 milhões de hectares, com foco no Semiárido



Onde está no plano: Projeto 6, p. 114 a 117.

O que o plano promete: “A ANA informa que o país tem aproximadamente 10 milhões de hectares equipados para irrigação e potencial de chegar a 55 milhões de hectares, desde que a expansão ocorra com segurança hídrica, energia, armazenagem e governança.” A primeira revolução “começa pela água”: barragens inteligentes, pequenos reservatórios, cisternas produtivas, poços criteriosos, adutoras, dessalinização “onde couber”, reuso e irrigação de precisão, com Israel como modelo de gestão da água. Meta: “transformar o Semiárido em maior plataforma tropical de agricultura irrigada e cultivo protegido do hemisfério sul.”

Traduzindo: Levar irrigação a muito mais área, especialmente no Nordeste seco, usando tecnologia israelense de economia de água, para produzir frutas e hortaliças o ano inteiro.

O que os dados dizem:

- **Os números da ANA estão corretos, e vêm com uma ressalva que o plano suaviza.** O Atlas Irrigação da ANA registra 8,2 milhões de hectares equipados (o Portal da Irrigação do governo fala em cerca de 10 milhões) e um potencial teórico de cerca de 55 milhões. Mas a própria ANA diz: “por conta de limitações na oferta de água, incluindo a presença de outros usos já instalados, não é possível irrigar mais áreas com segurança hídrica e produtiva”. Fonte: [ANA, 18/11/2022](#).
- **A projeção realista da ANA é muito menor.** Até 2040, a agência estima incorporação de 4,2 milhões de hectares (+76% sobre a área irrigada com água de mananciais), ou cerca de 200 mil hectares por ano, que é o ritmo histórico de 2012 a 2019. Mesma fonte, e [Aranda/Hydro](#).
- **O limite é a bacia, não a técnica.** “O principal limite é a disponibilidade de água em cada bacia”, e a expansão depende de reservatórios, energia, licenciamento e gestão hídrica. Fonte: [O Estado de Rondônia, agosto de 2026](#). O Semiárido é, por definição, a região com menor disponibilidade de água do país.
- O setor privado responde por 96,2% da área irrigada; projetos públicos, por 3,8%. Fonte: ANA, acima.

Pontos a favor:

- **Cita a fonte oficial e o número certo**, inclusive a condição (“desde que a expansão ocorra com segurança hídrica”). É uma das passagens mais bem informadas do plano.
- A leitura de Israel como modelo de “produtividade por gota” e reuso, e não de volume, é sofisticada e correta; o plano até lembra que Israel importa alimentos.
- A lista de instrumentos (reservação, cisternas, reuso, dessalinização “onde couber”, precisão) é a correta para o Semiárido.
- Reconhece que o Vale do São Francisco não pode ser a única âncora.

Pontos contra:

- **Não há meta, prazo nem custo.** O plano cita o potencial de 55 milhões como horizonte, mas não diz quantos hectares quer irrigar, em quanto tempo, com que investimento público. “Maior plataforma irrigada do hemisfério sul” não é meta mensurável.

- O potencial de 55 milhões é teórico e a própria ANA diz que não é alcançável com segurança hídrica. O plano cita o número e omite a frase seguinte da fonte.
- No Semiárido, “gestão da água” não substitui água. Reuso e precisão aumentam a eficiência de uma oferta que já é disputada por abastecimento humano, que tem prioridade legal. Dessalinização em escala agrícola tem custo de energia que o plano não considera.
- Não diz de onde vem o investimento; menciona “capital internacional” e “fundos soberanos” sem valor ou instrumento.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (Sem meta numérica, o teto de meta implausível não pode ser calculado; a ausência de meta está registrada no critério 2.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Fonte oficial e números corretos, com condição citada.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos listados; sem meta, prazo ou valor.
3. Diz quem paga?	0	Nada estimado.
4. Dá para executar?	1	Depende de outorga e disponibilidade hídrica por bacia.
5. Faz diferença real?	2	31 milhões de habitantes no Semiárido; produtividade 2 a 3 vezes maior em área irrigada.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Diagnóstico bem informado e instrumentos certos, mas sem meta, sem custo e omitindo a advertência da própria ANA: o potencial de 55 milhões de hectares não é alcançável com segurança hídrica, e o Semiárido é onde menos há água para disputar.

COMENTÁRIO DO AUTOR

A irrigação é a espinha dorsal de tudo o que o plano promete para o Semiárido: sem ela não há fruta, não há hortaliça, não há cinturão verde. E é justamente a promessa mais aberta. Não diz quantos hectares, não diz em quanto tempo, não diz de onde vem o dinheiro, e cita um potencial de 55 milhões de hectares que o próprio órgão do governo diz que não dá para atingir. Numa região onde a água já falta para beber, prometer “a maior plataforma irrigada do hemisfério sul” sem dizer de onde vem a água é prometer o resultado e pular a causa.

Verificação: sustentado. A ANA projeta 4,2 milhões de hectares adicionais até 2040, cerca de 200 mil por ano, e afirma que o potencial teórico não é irrigável com segurança hídrica. O único ajuste de tom: a proposta não é inviável no sentido do método, porque não fixa meta; é indefinida. Como o plano não diz quantos hectares, não há como dizer que é inatingível; há como dizer que não é uma meta.

Multiplicar por 10 a exportação de frutas em oito anos



Onde está no plano: Projeto 6, terceira revolução e “Metas de Estado”, p. 116 e 117.

O que o plano promete: “O Brasil precisa multiplicar por dez a sua exportação de frutas ao longo dos próximos oito anos.” Cita que o Brasil exportou US\$ 1,287 bilhão em frutas em 2024, contra mais de US\$ 7,6 bilhões do Peru em frutas e hortaliças. Prioriza seis cadeias no Semiárido (manga, uva, melão, limão e cítricos, hortaliças de alto valor, cacau irrigado), mais café de altitude e cultivo protegido. Instrumentos: packing houses, centrais de frio, abertura sanitária via embaixadas, capital internacional.

Traduzindo: Hoje o Brasil vende ao exterior cerca de US\$ 1,4 bilhão em frutas por ano; o Peru, um país muito menor, vende cinco vezes mais. O plano quer que o Brasil venda dez vezes mais do que vende hoje em oito anos.

O que os dados dizem:

- **Os números do plano estão certos.** As exportações brasileiras de frutas foram de US\$ 1,2 bilhão em 2024 e US\$ 1,45 bilhão em 2025, recorde pelo terceiro ano seguido, com alta de 12% em valor. Fontes: [Abrafrutas, 31/01/2025](#) e [CNN Brasil, 16/01/2026](#).
- **O ritmo necessário.** Multiplicar por dez em oito anos exige crescer 33% ao ano, todos os anos. O Brasil cresceu 12% em 2025, o melhor ano recente. *Análise:* o Peru, referência do plano, levou cerca de vinte anos para sair de menos de US\$ 1 bilhão e chegar aos US\$ 7,6 bilhões, com reformas de lei agrária, irrigação de grandes projetos (Olmos, Chavimochic) e abertura sanitária mercado a mercado.
- **O gargalo não é produzir.** Segundo a Abrafrutas, o país tem 2,6 milhões de hectares de fruticultura e “basta ter mercado para exportar que conseguiremos produzir”; o que falta é “abertura de mercados e simplificação de normas”. Fonte: Abrafrutas, acima. O acordo Mercosul-União Europeia zera tarifas para uva e reduz gradualmente para melão, melancia e limão em 7 a 10 anos. Fonte: CNN Brasil, acima.
- Fruticultura tem ciclo biológico: um pomar de manga ou uva leva de 3 a 5 anos para entrar em plena produção. Em oito anos, só há tempo para um ciclo de plantio novo.

Pontos a favor:

- **Diagnóstico exemplar:** dados corretos, comparação internacional pertinente e a leitura certa do gargalo (mercado e sanidade, não produção).
- Escolha de cadeias específicas para o Semiárido (manga, uva, melão, limão) é a correta; são as que o Vale do São Francisco e o Rio Grande do Norte já exportam.
- Conecta a meta com as embaixadas (abertura sanitária), que é onde o problema está.

Pontos contra:

- **A meta é dez vezes o melhor ano da história, oito anos seguidos.** Crescer 33% ao ano em fruticultura, com pomares que levam anos para produzir e mercados que se abrem um a um por negociação sanitária, não tem precedente em nenhum país, nem no Peru.
- Não estima custo (packing houses, câmaras frias, irrigação) nem quem paga.
- “Capital internacional” e “fundos soberanos” aparecem como fonte sem valor ou compromisso.

Falhas graves acionadas:

- Meta que exige ritmo acima do melhor período de 10 anos (33% ao ano contra 12% no melhor ano recente). Teto: 6,0.

Notas por critério:

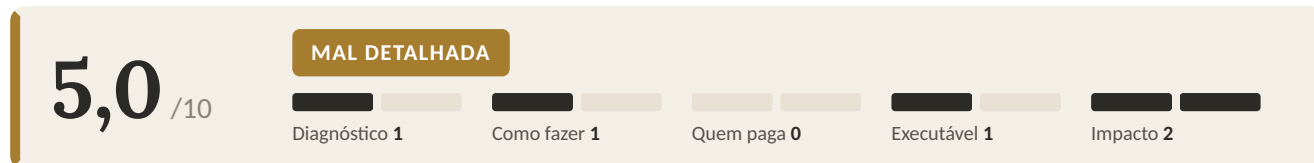
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Dados corretos, comparação pertinente, gargalo identificado.
2. Diz como vai fazer?	2	Meta, prazo, cadeias e instrumentos nomeados.
3. Diz quem paga?	0	Nada estimado.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela meta; a nota bruta pelos critérios seria 7,0)

EM UMA FRASE:

O melhor diagnóstico do plano, com a meta mais irreal: dez vezes em oito anos exige 33% ao ano, e o Peru, o exemplo citado, levou vinte anos para chegar aonde chegou.

Crédito rural de longo prazo, fundo garantidor, linhas em dólar e "spread civilizado"



Onde está no plano: Projeto 6, quinta revolução, p. 117; Projeto 9, seção 5 (p. 136).

O que o plano promete: “O campo brasileiro não pode prosperar com juros incompatíveis com o ciclo biológico da produção. Com a Selic hoje em 14,75% ao ano, não faz sentido exigir que o agricultor suporte crédito caro e ainda carregue o risco climático sozinho. O país precisará de crédito rural de longo prazo, fundo garantidor, seguro rural em escala, linhas indexadas a dólar para cadeias exportadoras e um spread muito mais civilizado para a agricultura familiar e empresarial.”

Traduzindo: Empréstimo para o produtor com juros bem mais baixos, prazo mais longo, garantia do governo e, para quem exporta, dívida em dólar (que acompanha a receita).

O que os dados dizem:

- **O crédito rural subsidiado já existe, e é o maior do país.** O Plano Safra 2025/26 anunciou R\$ 516,2 bilhões para a agricultura empresarial, mais o Pronaf; cerca de R\$ 189 bilhões são recursos “controlados”, com juros fixos entre 0,5% e 12,5% ao ano, sustentados por equalização paga pelo Tesouro. Fontes: [Ministério da Agricultura](#) e [Portal do Cooperativismo Financeiro](#), 28/06/2026.
- **Quanto custa o subsídio.** A equalização de juros do Plano Safra 2025/26 custa R\$ 13,5 bilhões ao Tesouro; a do 2026/27, com juros menores, subiu para R\$ 18,2 bilhões ao longo de dez anos. Em fevereiro de 2025, o governo suspendeu novas contratações por falta de orçamento para pagar a equalização. Fonte: [Novacana](#), 27/07/2026.
- **O banco que faz isso está pagando a conta.** O Banco do Brasil, principal agente do Plano Safra, teve queda de 45% no lucro em 2025 (para cerca de R\$ 20 bilhões), puxada pela inadimplência do agro, que chegou a 6,09% da carteira rural, com custo de risco de R\$ 61,9 bilhões. No primeiro trimestre de 2026, o lucro caiu mais 54% e a inadimplência rural subiu a 6,22%. Fontes: [Compre Rural](#), 12/02/2026 e [Agência Brasil](#), 14/05/2026. A presidente do banco afirmou que “nunca houve inadimplência do agro nessa proporção”. Fonte: [Gazeta do Paraná](#), 22/08/2025.
- Linhas indexadas a dólar já existem (CPR em moeda estrangeira, Lei 13.986/2020).
- A Selic citada pelo plano (14,75%) está desatualizada; está em 14% desde agosto de 2026.

Pontos a favor:

- O diagnóstico do descasamento entre juro e ciclo biológico é correto e bem formulado.
- A combinação seguro + fundo garantidor + crédito é a sequência certa: seguro reduz o risco, garantia reduz o spread, e o juro cai sem subsídio direto.
- Linhas em dólar para exportadores reduzem risco cambial de quem vende fora.

Pontos contra:

- **Descreve como novidade o que já é a maior política de crédito do país.** Plano Safra, Pronaf, equalização de juros, CPR em dólar e fundo garantidor (FGO, Fundo Garantidor Safra) existem e não são citados.
- **Não diz quanto custa “spread civilizado” nem quem paga.** Cada ponto de juro a menos nos R\$ 189 bilhões controlados custa cerca de R\$ 1,9 bilhão por ano de equalização, num orçamento que já suspendeu contratações por falta de dinheiro.

- **Ignora o que está acontecendo com o banco que empresta.** Prometer mais crédito barato no ano em que o Banco do Brasil perde metade do lucro por calote rural é prometer mais do que quebrou. O plano não menciona inadimplência, recuperação judicial nem gestão de risco.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Plano Safra, Pronaf, CPR-dólar, fundos garantidores). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; dado da Selic desatualizado; ignora a política vigente e a crise de inadimplência.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos listados; sem valor, meta ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Subsídio sem estimativa.
4. Dá para executar?	1	Equalização e fundo exigem lei orçamentária.
5. Faz diferença real?	2	Crédito é o motor da safra.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete juro barato para o campo como se fosse novidade, no ano em que o banco que já faz isso perdeu metade do lucro por calote rural; o problema não é a taxa, é como sustentar.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Aqui eu quero trazer um ângulo que o plano não vê. Dinheiro barato precisa de uma fonte que aguentar. Hoje o crédito rural subsidiado já existe, e quem o carrega é principalmente o Banco do Brasil, que tem funding e mandato para isso. E o que aconteceu com o Banco do Brasil? Era um banco do tamanho do Itaú em lucro; em 2025 viu o lucro cair quase pela metade, por inadimplência puxada pelo agro. Ou seja: o problema do crédito rural brasileiro não é ter taxa atrativa, porque isso o mercado já tem. O problema é sustentar. O que falta é uma camada mais inteligente de crédito, com seguro, garantia e gestão de risco, para que a taxa baixa não vire calote e o calote não vire prejuízo do banco público. Juro mais baixo para o agro não é inovação nenhuma; é a atividade principal do Banco do Brasil há décadas.

Verificação: sustentado pelos dados, e o ângulo é o que faltava na análise. A queda de 45% no lucro do BB em 2025 e de 54% no primeiro trimestre de 2026 está documentada, e a causa declarada pelo próprio banco é a inadimplência rural, sem precedente. O ajuste é de precisão: em lucro, o Itaú sempre foi maior que o BB (o BB chegou perto em 2023-2024, com cerca de R\$ 37 bilhões contra R\$ 41 bilhões do Itaú); a queda para R\$ 20 bilhões é o dado que importa e está correto. E vale registrar que o próprio plano tem, na ficha 31, a resposta para o problema que o autor aponta: o seguro rural. Ele só não a conecta ao crédito.

10 mil agroindústrias e clusters de proteína em oito anos



Onde está no plano: Projeto 6, eixo 4, sexta revolução e “Metas de Estado” (p. 115 e 117); Projeto 8, seção 1 (p. 126).

O que o plano promete: “Brasil Proteína 10.000: um programa para atrair ou instalar 10 mil agroindústrias em oito anos, com prioridade para frango, suinocultura, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, piscicultura e bacias leiteiras. Cada cluster precisará nascer com energia, água, sanidade, inspeção, genética, ração, frigorificação, logística e mercado comprador.” No Projeto 8: “criar condições para a implantação, modernização e expansão de 10 mil agroindústrias”, de cooperativas e pequenas agroindústrias familiares a grandes complexos.

Traduzindo: Em vez de exportar o grão e o boi em pé, processar aqui: frigorífico, laticínio, fábrica de ração, processadora de fruta. Meta de 10 mil unidades novas ou modernizadas em oito anos, perto de onde a matéria-prima é produzida.

O que os dados dizem:

- A direção é a mesma da política industrial em vigor (Nova Indústria Brasil tem missão de “cadeias agroindustriais sustentáveis”) e do próprio setor, que já lidera o PIB industrial brasileiro. Não há série histórica nacional consolidada de “agroindústrias instaladas por ano” que permita testar a meta de 1.250 por ano.
- A lista de pré-condições do plano (energia, água, sanidade, inspeção, genética, ração, frio, logística, mercado) é a checklist correta; a maioria dos fracassos de agroindústria no interior vem de faltar um desses itens.

Pontos a favor:

- Direção estratégica correta e consensual: “do celeiro ao supermercado do mundo”.
- Reconhece que cluster sem inspeção sanitária e mercado comprador não funciona.
- Inclui agroindústria familiar e cooperativa, não só grandes complexos.

Pontos contra:

- **“Criar condições” não é instrumento.** Não há crédito, incentivo, zona ou programa nomeado; não se sabe se o governo constrói, financia, isenta ou apenas licencia.
- **O número 10 mil não tem origem.** Não é derivado de demanda, de matéria-prima disponível nem de capacidade de inspeção (o Serviço de Inspeção Federal é um gargalo conhecido).
- Nenhum custo ou fonte.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (Sem série histórica para o indicador, o teto de meta não é aplicável.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (exportação de matéria-prima); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta e prazo; instrumento ausente.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Indução privada.
5. Faz diferença real?	2	Interiorização da indústria.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Direção certa, checklist correta, número sem origem e sem ferramenta.

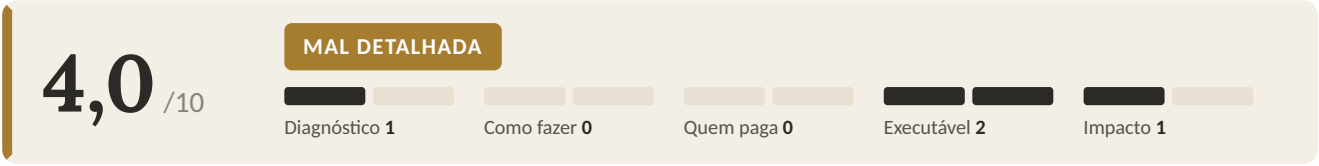
100 usinas de etanol de milho processando 100 milhões de toneladas por ano

Onde está no plano: Projeto 8, seção 2, p. 126 e 127.

Ficha produzida integralmente no **MD-00, Ficha-modelo B**. Resumo: a cadeia milho-etanol-DDGS-proteína é real e cresce 30% ao ano com investimento privado, mas 100 milhões de toneladas é 70% a 80% de toda a safra de milho do país, cinco vezes o que o setor consome hoje, sem prazo, sem instrumento e sem reconhecer o que já existe.

Nota final: 5,0 — Inviável como está (meta acima de qualquer ritmo histórico; duplicação).

Centros regionais de proteína animal integrados (milho, DDGS, ração, abate), com foco em Nordeste e MATOPIBA



Onde está no plano: Projeto 8, seções 3, 4, 5 e 6, p. 127 e 128.

O que o plano promete: “Criar condições para o desenvolvimento de centros regionais de produção de proteína animal, aproveitando as vocações de cada região. Atenção especial ao Nordeste e ao MATOPIBA, ampliando a integração entre produção de grãos, energia, alimentação animal, criação e processamento de aves, suínos e bovinos.” O DDGS (resíduo do etanol de milho, rico em proteína) alimentaria a pecuária ao redor das usinas. “Não deixaremos de exportar milho e soja. Queremos transformar uma parcela cada vez maior dessa produção em carne, alimentos processados, biocombustíveis.”

Traduzindo: Onde há milho e usina de etanol, montar em volta a criação de frango, porco e boi alimentados pelo resíduo da usina, e o frigorífico ao lado. Especialmente no Nordeste e na fronteira agrícola do MATOPIBA.

O que os dados dizem:

- O modelo já opera em Mato Grosso. A produção de DDGS passou de 2,7 milhões de toneladas em 2023/24 para 4,1 milhões em 2024/25, segundo o Imea citado pelo Banco do Nordeste, e a integração usina-confinamento é uma realidade no estado. Fonte: BNB/Etene, Caderno Setorial Etanol de Milho.
- A expansão do milho de segunda safra para o MATOPIBA e a abundância de energia renovável no Nordeste dão base à ideia de levar o modelo para lá.

Pontos a favor:

- Descreve corretamente uma cadeia que já funciona e propõe replicá-la em regiões com matéria-prima e sem processamento.
- Prioridade regional coerente com o resto do plano.

Pontos contra:

- “Criar condições” de novo. Nenhum instrumento, custo, meta ou prazo.
- Não reconhece que o modelo já existe e cresce sem política específica; não diz por que não chegou ao Nordeste (o gargalo é logística e sanidade, não conhecimento).
- É em grande parte uma repetição das fichas 35 e 36 em outras palavras.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

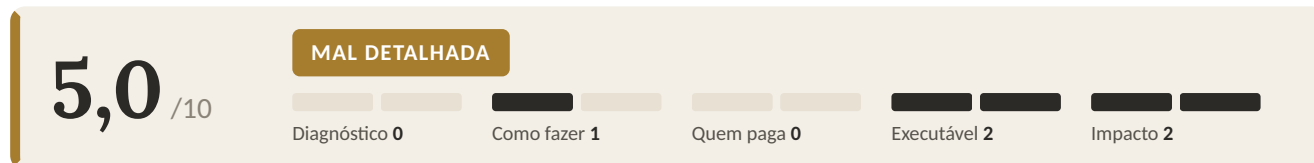
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Cadeia correta; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Indução privada.
5. Faz diferença real?	1	Regional.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Descreve bem uma cadeia que já existe em Mato Grosso e quer levá-la ao Nordeste, sem dizer como.

Dobrar cooperados (26 para 50-54 milhões) e cooperativas (5 mil para 10 mil) em dez anos



Onde está no plano: Tese 8, item e (p. 48 e 49); Projeto 9, seções 3 e 5 (p. 133 e 136).

O que o plano promete: “Dobrar o número de cooperados nos próximos 10 anos, passando de 26 milhões para mais de 50 milhões.” No Projeto 9: “ampliar o número de cooperativas para mais de dez mil; alcançar 54 milhões de cooperados”. Políticas de apoio: “linhas especiais de crédito, juros reduzidos, simplificação tributária, incentivos fiscais, assistência técnica, formação em gestão, plataformas digitais, programa nacional de educação cooperativista nas escolas.”

Traduzindo: Fazer com que o dobro de brasileiros seja sócio de alguma cooperativa (de crédito, agrícola, de saúde, de trabalho) em dez anos, e que existam o dobro de cooperativas.

O que os dados dizem:

- **Os cooperados já crescem mais rápido do que a meta pede.** O Anuário do Cooperativismo 2026 (Sistema OCB) registra 29 milhões de cooperados em 2025, alta de 12,5% em um ano; em 2024 eram 25,8 milhões, com crescimento de 66% em cinco anos. Fontes: [Sistema OCB/GO](#), [AnuárioCoop 2026](#) e [AnuárioCoop 2025](#). Análise: dobrar em dez anos exige 7,2% ao ano; o ritmo atual é 12,5%. Mantido, a meta de 54 milhões seria atingida em cerca de seis anos, sem política nova.
- **O número de cooperativas não cresce; consolida.** São 4.400 cooperativas em 2025 (o plano fala em 5 mil), com alta de apenas 0,4% no ano. Fonte: [MundoCoop](#), 31/07/2026. O crescimento de cooperados vem de cooperativas maiores (oito em cada dez cooperados estão no crédito), não de mais cooperativas. Fonte: [MundoCoop](#), [AnuárioCoop 2026](#).
- Cooperativas de crédito já são a única opção bancária presencial em 1.072 municípios e respondem por 8% do crédito do país. Mesma fonte.

Pontos a favor:

- Apostar em um setor que é, de fato, uma história de sucesso brasileira (Sicredi, Sicoob, Unimed, Coamo, Frísia), com R\$ 848 bilhões movimentados e R\$ 1,6 trilhão em ativos.
- Cooperativa de crédito é o instrumento mais eficiente para levar crédito a município sem banco; apoiá-la é barato.
- Educação cooperativista nas escolas é proposta concreta e de baixo custo.

Pontos contra:

- **A meta de cooperados se cumpre sozinha, antes do prazo.** Apresentar como ambição algo que a tendência entrega em seis anos é o mesmo padrão da meta de 10 milhões de empreendedores (ficha 15).
- **A meta de cooperativas vai contra a tendência.** O setor está se consolidando (cooperativas maiores, em menor número); dobrar a quantidade contraria o movimento que faz o setor crescer. O plano usa o número errado (5 mil) como ponto de partida.
- “Incentivos fiscais” e “juros reduzidos” sem valor, fonte ou público.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (Não há série histórica sourced do número de cooperativas para aplicar o teto de meta; a incompatibilidade com a tendência está registrada.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	0	Número de cooperativas incorreto (5 mil vs 4.400); ignora que cooperados já crescem 12,5% ao ano.
2. Diz como vai fazer?	1	Metas e prazo; ferramentas genéricas.
3. Diz quem paga?	0	Incentivos sem valor.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei.
5. Faz diferença real?	2	29 milhões de pessoas e 8% do crédito.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

O número de cooperados já cresce 12,5% ao ano e dobra sozinho em seis anos; o de cooperativas está caindo por consolidação, e o plano parte do número errado para prometer dobrar os dois.

Ecosistemas cooperativos em 12 setores e plataforma digital nacional



Onde está no plano: Projeto 9, seções 4 e 6, p. 133 a 137.

O que o plano promete: Redes de cooperação em doze setores (agroindústria, energia, saúde, crédito, tecnologia e IA, transporte, habitação, educação, consumo e medicamentos, turismo, cultura, economia circular), com exemplos por setor. Uma “plataforma digital nacional para integrar cooperativas, cooperados, fornecedores, consumidores, instituições financeiras e mercados internacionais”, com cadastro unificado, capacitação, crédito, comércio eletrônico, gestão financeira, inteligência de mercado, logística e compras públicas.

Traduzindo: Organizar cooperativas por setor, inclusive em áreas novas como inteligência artificial e compra coletiva de remédios, e criar um sistema online único onde todas se cadastrem, vendam, comprem e acessem crédito.

O que os dados dizem:

- O Sistema OCB já organiza o cooperativismo em sete ramos (agropecuário, crédito, consumo, infraestrutura, saúde, trabalho e transporte) e mantém cadastro nacional. Fonte: AnuárioCoop, acima.
- Cooperativas de saúde (Unimed) atendem 37,2% dos beneficiários de planos médicos; cooperativas de energia atendem 3,5 milhões de pessoas. Fonte: [MundoCoop](#), 31/07/2026. Vários dos “ecossistemas” do plano já existem em escala.

Pontos a favor:

- A plataforma digital com acesso a compras públicas e crédito é concreta e útil, especialmente para cooperativas pequenas.
- Estender o modelo a setores novos (energia distribuída, economia circular) segue tendência internacional.

Pontos contra:

- A lista de doze setores é uma enumeração, não um programa: sem meta, prazo, custo ou instrumento por setor.
- Cooperativas de compra de medicamentos esbarram em regulação sanitária (Anvisa) e em cadeia de distribuição concentrada; o plano não trata.
- Cadastro nacional já existe (OCB); o plano não diz o que a plataforma federal faria de diferente.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (fragmentação); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Plataforma com funções listadas; setores sem instrumento.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Gestão.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

A plataforma é boa ideia; os doze ecossistemas são uma lista, e vários deles já existem em escala.

Criar a Autoridade Nacional do Cooperativismo (ANCOOP)



Onde está no plano: Projeto 9, seção 7, p. 137 e 138.

O que o plano promete: “Para coordenar essa transformação, propomos a criação da Autoridade Nacional do Cooperativismo, ANCOOP”, com funções de “estimular a expansão das cooperativas; integrar políticas públicas; simplificar a regulamentação; monitorar resultados; promover transparência; apoiar a modernização e a digitalização; conectar cooperativas brasileiras aos mercados internacionais. A Autoridade não deverá ser mais uma estrutura burocrática e sim um núcleo estratégico.”

Traduzindo: Um órgão federal novo para cuidar de todas as cooperativas do país: acompanhar, regular, digitalizar e promover.

O que os dados dizem:

- **As cooperativas de crédito já têm regulador, lei própria e supervisão do Banco Central.** A Lei Complementar 130/2009 rege o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; o Banco Central autoriza, supervisiona e pode liquidar cooperativas de crédito, como faz com bancos. A Lei 5.764/1971 rege todas as demais cooperativas.
- **O setor já tem sistema próprio de representação e formação.** O Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) representa o setor e mantém o registro nacional; o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, criado em 1998) é entidade do Sistema S, financiada por contribuição das próprias cooperativas, para formação e monitoramento. O Anuário citado nas fichas anteriores é produzido por esse sistema.
- **O ministério existente já tem competência sobre cooperativismo.** A Lei 14.816/2024 inclui “cooperativismo” entre as atribuições do Ministério do Empreendedorismo (ficha 12). Fonte: [Planalto](#), [Lei 14.816/2024](#). O Ministério da Agricultura também tem secretaria própria para cooperativismo agropecuário.
- Há precedentes internacionais de órgão governamental do cooperativismo (Cooperative Development Authority nas Filipinas; Ministério da Cooperação na Índia, criado em 2021), geralmente em países onde o setor é frágil e precisa de registro e tutela estatal. Não é o caso do Brasil.

Pontos a favor:

- Coordenação entre políticas dispersas (crédito no BC, agro no Mapa, demais no MEMP) é um problema real.
- O plano diz explicitamente que não quer “mais uma estrutura burocrática”, o que mostra consciência do risco.

Pontos contra:

- **Contradiz a reforma administrativa do próprio plano** (p. 37: “simplificar estruturas, eliminar sobreposições”). É a segunda estrutura nova do plano em funções que já têm dono (a primeira é o ministério, ficha 12).
- **Sobrepõe-se a três regimes que já funcionam:** Banco Central para crédito, OCB/SESCOOP como autorregulação financiada pelo setor, e dois ministérios com competência legal. Não diz o que a ANCOOP tiraria de quem.
- **Tensão com a natureza do cooperativismo.** Cooperativa é empresa privada de propriedade dos sócios, com autogestão e autorregulação como princípios. Uma “autoridade” governamental para “monitorar resultados” e “simplificar a regulamentação” de todos os ramos aproxima o setor da tutela estatal, contra o modelo que o fez crescer.
- Sem custo, sem cronograma, sem definição se é agência, autarquia ou secretaria.

Falhas graves acionadas:

- **Contradição interna** com a reforma administrativa (p. 37). Teto: 6,0.
- **Repete política existente sem reconhecer** (BC/LC 130, OCB/Sescoop, competências do MEMP e do Mapa). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Dispersão real; ignora os regimes existentes.
2. Diz como vai fazer?	1	Funções listadas; sem natureza jurídica, custo ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	1	Exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Governança setorial.

Nota final: 4,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição com a reforma administrativa)

EM UMA FRASE:

Cria um órgão federal para um setor que já tem Banco Central, lei própria, autorregulação financiada por ele mesmo e dois ministérios com competência, num plano que promete eliminar sobreposições.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Não vejo com bons olhos. Primeiro, pela contradição óbvia: menos governo, menos ministério, menos gasto, e uma autoridade nova. Segundo, e mais importante, pelo conceito. Cooperativa é privada, pertence aos sócios. Cooperativa de crédito já responde ao Banco Central, com lei própria e cuidado diferente do que se dá a um banco, e o setor inteiro já tem um sistema de autorregulação, a OCB, financiado pelas próprias cooperativas. Quando o governo cria uma “autoridade” para monitorar e regular cooperativas de todos os setores, qual passa a ser a diferença entre uma cooperativa e qualquer outra instituição tutelada pelo Estado? O que existe hoje é autorregulação funcionando; o que o plano propõe é regulação pública competindo com ela. Não sei se isso tem base em outros países, mas enxergo mais risco do que ganho.

Verificação: sustentado no essencial. A contradição com a reforma administrativa é falha grave registrada no método; a sobreposição com BC, OCB/Sescoop e dois ministérios está documentada. Sobre outros países: existem precedentes (Filipinas, Índia), mas em contextos de setor frágil e dependente de registro estatal, o oposto do brasileiro, que movimenta R\$ 848 bilhões e cresce 12% ao ano sem tutela. Um ajuste de precisão: o plano diz que a ANCOOP “simplificaria a regulamentação” e “estimularia”, não que fiscalizaria; mas “monitorar resultados” de entidades privadas é função de supervisão, e é aí que a crítica do autor se aplica. A tensão entre autorregulação e regulação estatal é real, e o plano não a enfrenta.

Itens deste bloco não pontuados

- **Tese 8, itens b e c, “Inovação Integral” e “Agricultura de precisão”** (p. 48): “incentivaremos a modernização tecnológica das propriedades rurais de todos os portes”. Sem instrumento. Os dois itens têm o mesmo parágrafo, palavra por palavra.
- **Tese 8, item f, “Turismo rural e agroturismo”** (p. 49): declaração de princípio.

- **Tese 8, item g, “Abertura de mercados internacionais”** (p. 49): “expandiremos acordos, promoveremos a imagem, fortaleceremos a diplomacia econômica”. Absorvido pelo Bloco D (embaixadas, MD-06).
- **Projeto 6, quarta revolução, “Reforma agrária como segurança alimentar”** (p. 116): “assentamentos e pequenas propriedades podem se transformar em cinturões de frutas, legumes, ovos, leite”. Sem meta ou instrumento; a ideia é absorvida pela ficha 30.
- **Projeto 6, segunda revolução, “Coinvestimento com fundos soberanos do Golfo, Israel e China”** (p. 116): “convidar Israel a liderar um eixo”, “convidar a China”, “estruturar programa de investimento”. Sem valor, instrumento ou contrapartida.
- **Projeto 6, sétima revolução, “Embaixadas com agroteligência exportadora”** (p. 117): tratada no Bloco D.
- **Projeto 8, seção 7, “Agro 4.0 e tecnologia”** (p. 128): repetição da Tese 8b.
- **Projeto 9, seção 8, “A dimensão humana do cooperativismo”** (p. 138): texto de princípios.

Resumo do Bloco C1

Nº	Proposta	Nota	Faixa
29	Prazos legais para licenciamento e outorga, por risco	7,0	Bem desenhada
30	Fortalecimento do pequeno produtor / Raízes do Brasil	7,0	Bem desenhada
31	Ampliar o seguro rural (PSR)	6,0	Bem desenhada
32	Expandir a irrigação, com foco no Semiárido	6,0	Bem desenhada
35	10 mil agroindústrias em oito anos	6,0	Bem desenhada
28	Dobrar a produção de alimentos em 8-10 anos	6,0	Inviável como está (meta)
33	Multiplicar por 10 a exportação de frutas em 8 anos	6,0	Inviável como está (meta)
34	Crédito rural: longo prazo, garantia, dólar, spread menor	5,0	Mal detalhada
38	Dobrar cooperados e cooperativas em dez anos	5,0	Mal detalhada
39	Ecossistemas cooperativos e plataforma digital	5,0	Mal detalhada
36	100 usinas de etanol de milho (MD-00)	5,0	Inviável como está (meta, duplicação)
37	Centros regionais de proteína animal	4,0	Mal detalhada
40	Criar a ANCOOP	4,0	Inviável como está (contradição)

Leitura do bloco: o plano conhece o agro. Cita ANA, Censo, Abrafrutas e Conab com números certos, entende que o gargalo das frutas é mercado e não produção, e lê Israel do jeito certo. O que ele não faz é transformar diagnóstico em projeto: as metas são números redondos que nenhuma série histórica sustenta (dobrar alimentos, dez vezes frutas, 100 usinas), e os instrumentos são “criar condições”, “turbinar”, “estimular”. As três propostas mais bem avaliadas (licenciamento, pequeno produtor, seguro rural) são as que nomeiam ferramentas existentes; as piores são as que criam estrutura nova (ANCOOP) ou prometem ritmo inédito. E há um silêncio que os dados de 2025-2026 tornam grave: o plano promete crédito rural mais barato sem uma palavra sobre a crise de inadimplência que derrubou pela metade o lucro do banco que já faz isso.

Fontes citadas nesta parte

- Conab. Produção de grãos atinge novo recorde com 350,2 milhões de toneladas. 11/09/2025. <https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-atinge-novo-recorde-com-350-2-milhoes-de-toneladas-colhidas-na-safra-2024-25>
- Conab. Série Histórica dos Grãos. <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>
- Brasilagro. Conab mantém perspectiva de safra recorde de grãos 2025/26. <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/conab-revisa-soja-para-cima-e-mantem-perspectiva-de-safra-recorde-de-graos.html>
- Lex Legal. A derrubada dos vetos à Lei Geral do Licenciamento Ambiental. 12/12/2025. <https://lexlegal.com.br/a-derrubada-dos-vetos-a-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-lei-15-190-2025-avancos-retrocessos-e-impactos-regulatorios/>
- P2M Ambiental. Lei Geral do Licenciamento Ambiental 15.190/2025: o que mudou? 14/12/2025. <https://p2mambiental.com.br/lei-geral-licenciamento-ambiental-15190-2025/>
- Agência Gov. A importância dos bancos públicos para o desenvolvimento e a inclusão. Novembro de 2024. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/importancia-bancos-publicos-desenvolvimento-inclusao>
- CQCS. Seguro rural subvencionado encolhe e alcança apenas 3,3% da área cultivada. 27/07/2026. <https://cqcs.com.br/noticia/seguro-rural-subvencionado-encolhe-e-alcanca-apenas-33-da-area-cultivada/>
- Canal Rural. Corte no seguro rural amplia incerteza no campo. 10/06/2026. <https://www.canalrural.com.br/opiniao-noticias/corte-no-seguro-rural-amplia-incerteza-no-campo/>
- Fenacor. Governo corta mais R\$ 56,3 milhões do seguro rural. 25/06/2026. <https://fenacor.org.br/noticias/governo-corta-mais-r-563-milhoes-do-seguro-ru>
- Notícias Agrícolas. Seguro Rural sofre novo corte no orçamento de 2026. 24/06/2026. <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-agricola/423424-seguro-rural-sofre-novo-corte-de-r-56-2-milhoes-no-orcamento-de-2026.html>
- ANA. Atlas Irrigação atualiza área irrigada total no Brasil em 8,2 milhões de hectares. 18/11/2022. <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/atlas-irrigacao-atualiza-area-irrigada-total-no-brasil-em-8-2-milhoes-de-hectares>
- Aranda/Hydro. Atlas Irrigação atualiza área irrigada. <https://www.arandanet.com.br/revista/hydro/noticia/1742-Atlas-Irrigacao-atualiza-area-irrigada-total-no-Brasil-em-8,2-milhoes-de-hectares.html>
- O Estado de Rondônia. Brasil pode multiplicar área irrigada, mas água e energia limitam avanço. Agosto de 2026. <https://oestadoderondonia.com.br/brasil-pode-multiplicar-area-irrigada-mas-agua-e-energia-limitam-avanco/>
- Abrafrutas. Brasil pode exportar muito mais frutas do que apenas US\$ 1,2 bi. 31/01/2025. <https://abrafrutas.org/2025/01/brasil-pode-exportar-muito-mais-frutas-do-que-apenas-us-12-bi/>
- CNN Brasil. Exportação brasileira de frutas bate recorde pelo terceiro ano consecutivo. 16/01/2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/exportacao-brasileira-de-frutas-bate-recorde-pelo-terceiro-ano-consecutivo-em-2025/>
- Ministério da Agricultura. Governo lança Plano Safra 2025/2026 com R\$ 516,2 bilhões. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2025/governo-federal-lanca-plano-safra-2025-2026-com-r-516-2-bilhoes-para-impulsionar-o-agro-brasileiro>
- Portal do Cooperativismo Financeiro. Plano Safra 2026/27: o que já está definido. 28/06/2026. <https://cooperativismodecredito.coop.br/2026/06/plano-safra-2026-27-o-que-ja-esta-definido-e-o-que-sera-divulgado-terca-feira/>
- Novacana. Subvenção da safra custará R\$ 1,7 bilhão em 2026. 27/07/2026. <https://www.novacana.com/noticias/subvencao-safra-custara-r-1-7-bilhao-2026-necessidade-recurso-extra-270726>

- Compre Rural. Lucro do Banco do Brasil cai 45% em 2025 pressionado pela inadimplência no agro. 12/02/2026. <https://www.comprerural.com/lucro-do-banco-do-brasil-cai-45-em-2025-pressionado-pela-inadimplencia-no-agro/>
- Agência Brasil. Lucro do Banco do Brasil cai 54% com avanço da crise no agro. 14/05/2026. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/lucro-do-banco-do-brasil-cai-54-com-avanco-da-crise-no-agro>
- Gazeta do Paraná. Banco do Brasil registra queda de 60% no lucro e endurece cobrança. 22/08/2025. <https://gazetadoparana.com.br/artigo/banco-do-brasil-registra-queda-de-60-no-lucro-e-endurece-cobranca-contra-produtores-rurais>
- Banco do Nordeste / Etene. Etanol de Milho (Caderno Setorial). <https://www.bnb.gov.br/revista/cse/article/download/3312/2301/11907>
- Sistema OCB/GO. AnuárioCoop 2026: cooperativismo chega a 29 milhões de cooperados. <https://www.goiascooperativo.coop.br/anuariocoop-2026-cooperativismo-chega-a-29-milhoes-de-cooperados/>
- Sistema OCB/GO. AnuárioCoop 2025: 25,8 milhões de brasileiros escolhem cooperar. <https://www.goiascooperativo.coop.br/anuariocoop-2025-258-milhoes-de-brasileiros-escolhem-cooperar/>
- MundoCoop. AnuárioCoop 2026: cooperativismo movimenta R\$ 848 bi e alcança 29 milhões de cooperados. 31/07/2026. <https://mundocoop.com.br/destaque/anuariocoop-2026-cooperativismo-movimenta-r848-bi-e-alcanca-29-milhoes-de-cooperados/>
- MundoCoop. Cooperativismo brasileiro atinge 29 milhões de associados em 2025. <https://mundocoop.com.br/conteudodemarca/cooperativismo-brasileiro-atinge-29-milhoes-de-associados-em-2025/>
- Planalto. Lei nº 14.816, de 16 de janeiro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14816.htm

Fim do MD-04. Próxima parte: MD-05, Bloco C2 (indústria, semicondutores, energia, minerais estratégicos, infraestrutura e economia verde: Teses 4, 9, 10; Projetos 15 e 16), fichas 41 em diante.

Indústria, Infraestrutura, Energia e Minerais Estratégicos

Fichas 41 a 51

O que este bloco cobre

Os itens a-e da Tese 4, “Nova Revolução Industrial” (p. 40-42); a Tese 9, “Infraestrutura para o Desenvolvimento” (p. 49-51); a Tese 10, “Economia Verde e Transição Energética” (p. 51-52); o Projeto 15, “PENER-BR” (p. 175-176); e o Projeto 16, “PETRA-BR” (p. 178-180). Os itens f-h da Tese 4 (corredores, ZPEs, crédito ao exportador) ficam para o Bloco D.

É o bloco mais raso do plano. Os dois projetos temáticos (15 e 16) têm formato de apresentação de slides: listas de tópicos, sem parágrafo explicativo, sem custo, sem instrumento. As teses são parágrafos de intenção. O padrão que se repete é: o plano descreve corretamente uma política que já existe e promete criá-la.

Após a regra de unidade de análise, o bloco rende **11 fichas** (41 a 51). Sete itens ficaram de fora por serem declaração de princípio; estão listados ao fim.

Placar do bloco: 3 bem desenhadas · 7 mal detalhadas · 1 inviável como está.

Programa nacional para 10 mil novas indústrias



Onde está no plano: Tese 4, item a, p. 40.

O que o plano promete: “O Brasil precisa voltar a ser uma potência industrial. Nas últimas décadas, a participação da indústria de transformação na economia diminuiu significativamente. Implantaremos um grande programa nacional para estimular a instalação de 10 mil novas indústrias ao longo dos próximos anos, distribuídas por todas as regiões do país, valorizando as vocações econômicas locais.” O título acrescenta: “em destaque agroindústrias pequenas, médias e grandes”.

Traduzindo: O plano quer que o Brasil volte a ter mais fábricas, com uma meta de 10 mil novas unidades, sem prazo definido, e com destaque para as que processam produtos do campo.

O que os dados dizem:

- **O diagnóstico está certo.** A participação da indústria de transformação no PIB caiu de 35,9% em 1985 para 13,7% em 2025, segundo a CNI. Fonte: [Poder360](#), [artigo da CNI](#), 19/06/2026. Descontada a inflação setorial, o IEDI calcula 10,8% em 2024. Fonte: [IEDI](#), 28/03/2025.
- **Há uma política industrial em vigor, com dinheiro.** A Nova Indústria Brasil (2024) tem seis missões, metas até 2033 e R\$ 300 bilhões em financiamento via BNDES, Finep e Embrapii até 2026, ampliados para R\$ 370 bilhões no Plano Mais Produção. Fontes: [Agência Gov](#), 22/01/2024 e [CNI](#), 27/02/2026. O plano não a menciona.
- A meta de “10 mil agroindústrias” (ficha 35) e a de “10 mil novas indústrias (em destaque agroindústrias)” parecem ser a mesma meta escrita duas vezes. O plano não esclarece.

Pontos a favor:

- Diagnóstico correto e consensual: a desindustrialização precoce é um dos problemas estruturais mais citados por economistas de todas as correntes.
- Distribuição regional e vocações locais são critérios corretos.

Pontos contra:

- **Nenhum instrumento.** “Estimular a instalação” não diz se por crédito, incentivo, compras públicas ou zonas industriais.
- **Nenhum prazo, custo ou fonte.** “Próximos anos” não é prazo.
- **Não cita a política industrial em vigor** nem diz se a manteria, ampliaria ou substituiria. Para um plano que promete cortar sobreposições, propor um “programa nacional” novo sobre outro que existe é o oposto.
- O número 10 mil aparece no plano para indústrias, agroindústrias, clubes de empreendedorismo e cooperativas; não tem origem em nenhum dos casos.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Nova Indústria Brasil). Teto: 7,0.

Notas por critério:

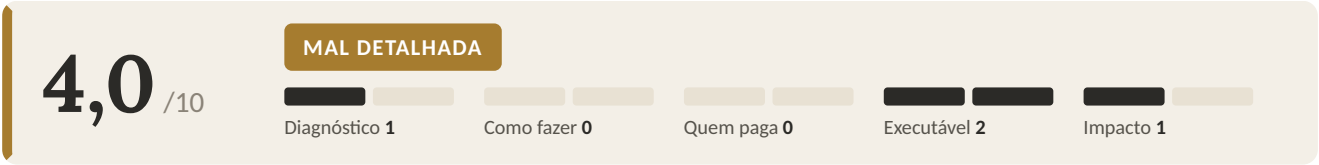
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Diagnóstico correto; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta sem prazo; instrumento ausente.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Indução; não exige lei.
5. Faz diferença real?	2	Estrutural.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Diagnóstico certo sobre a desindustrialização, meta redonda sem prazo nem ferramenta, e silêncio sobre a política industrial de R\$ 300 bilhões que está em curso.

Política nacional de semicondutores e microeletrônica



Onde está no plano: Tese 4, item c, p. 41.

O que o plano promete: “Os semicondutores são considerados o petróleo do século XXI. Defenderemos uma política nacional para atrair investimentos na produção de chips, componentes eletrônicos e sistemas embarcados, reduzindo a dependência externa e fortalecendo nossa soberania tecnológica.”

Traduzindo: Fazer o Brasil produzir chips de computador, em vez de importar tudo.

O que os dados dizem:

- **A política existe.** O governo federal opera o PADIS (regime tributário para semicondutores, desde 2007), o programa Brasil Semicondutores e a nova Lei de Informática, com R\$ 21 bilhões em incentivos até 2026. Fonte: [MDIC, 30/12/2025](#).
- A produção de chips de ponta exige fábricas de dezenas de bilhões de dólares e cadeia de fornecedores que nem Estados Unidos e Europa conseguiram reconstruir rapidamente, mesmo com subsídios de centenas de bilhões (CHIPS Act americano, Chips Act europeu). O nicho realista para o Brasil, que a política atual persegue, é encapsulamento, teste e projeto de chips, não a fabricação avançada.

Pontos a favor:

- Tema estratégico real; a dependência de importação de chips é uma vulnerabilidade documentada desde a pandemia.

Pontos contra:

- “Defenderemos uma política nacional” não é uma política. Não diz que segmento (projeto? encapsulamento? fabricação?), com que instrumento, quanto custa.
- Não cita PADIS, Brasil Semicondutores nem a Lei de Informática, nem diz o que faria de diferente.
- “Petróleo do século XXI” é frase de discurso.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (PADIS, Brasil Semicondutores, Lei de Informática). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Regimes existem.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete uma política nacional de chips que existe há quase vinte anos, sem dizer que parte da cadeia perseguiria nem com que dinheiro.

Indústria farmacêutica, biotecnologia e insumos de saúde

4,0 /10

MAL DETALHADA



Onde está no plano: Tese 4, item d, p. 41.

O que o plano promete: “A pandemia demonstrou que nenhum país pode depender integralmente de medicamentos e insumos produzidos no exterior. Ampliaremos a capacidade nacional de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de medicamentos, vacinas, equipamentos médicos e produtos biotecnológicos.”

Traduzindo: Produzir mais remédios, vacinas e equipamentos hospitalares no Brasil, para não depender de importação numa nova emergência.

O que os dados dizem:

- É uma das seis missões da política industrial em vigor. A Nova Indústria Brasil tem como meta “suprir 70% das necessidades nacionais de produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos” até 2033, no eixo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Fonte: [Ministério da Fazenda, Nova Indústria Brasil](#).
- O país tem base pública (Fiocruz, Butantan, laboratórios oficiais) e instrumento de compra vinculada a transferência de tecnologia (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) desde 2008.

Pontos a favor:

- Diagnóstico correto e lição real da pandemia.
- Área em que o Estado brasileiro tem capacidade instalada e compra centralizada (SUS), o que dá alavanca.

Pontos contra:

- “Ampliaremos” sem meta, prazo, instrumento ou valor.
- Não cita a missão da NIB, as PDPs nem os laboratórios públicos.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (NIB/CEIS, PDPs). Teto: 7,0.

Notas por critério:

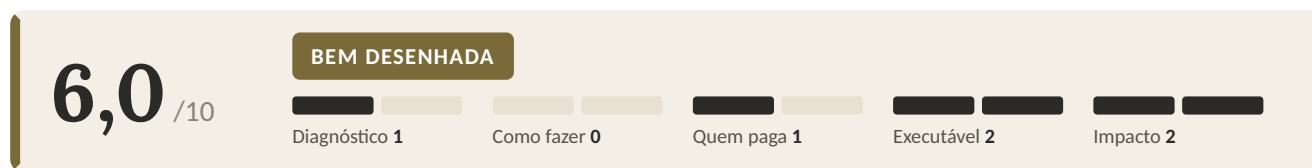
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	0	Só intenção.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Estruturas existem.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Lição correta da pandemia, transformada numa frase sem meta, quando a política em vigor já tem meta de 70% até 2033.

Ampliação de concessões e parcerias público-privadas



Onde está no plano: Tese 9, item a, p. 49 e 50.

O que o plano promete: “O Estado brasileiro não possui recursos suficientes para realizar sozinho todos os investimentos de que o país necessita. Por isso, ampliaremos as concessões e as parcerias público-privadas, sempre com regras claras, segurança jurídica e rigorosa fiscalização. O objetivo será acelerar obras, melhorar a qualidade dos serviços públicos, atrair investimentos e reduzir o custo da infraestrutura para a sociedade.”

Traduzindo: Deixar empresas privadas construir e operar estradas, portos, aeroportos e saneamento, em troca de cobrar tarifa ou receber pagamento do governo por prazo longo.

O que os dados dizem:

- O setor privado já responde por 45% do investimento rodoviário federal, com concentração nos primeiros cinco anos de cada contrato. Fonte: [CNI](#).
- O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI, Lei 13.334/2016) é a estrutura federal que organiza leilões de concessão desde 2016 e atravessou três governos de orientações diferentes; os últimos anos registraram leilões recordes de rodovias e saneamento.
- No saneamento, o Marco Legal de 2020 abriu o setor a concessões e os projetos em curso somam mais de R\$ 420 bilhões. Fonte: [CNN Brasil](#), 15/07/2026.

Pontos a favor:

- É a única ferramenta realista para o volume de infraestrutura que o plano promete (duplicação de rodovias, saneamento, logística), e o plano reconhece isso com honestidade: “o Estado não possui recursos suficientes”.
- Condições listadas (regras claras, segurança jurídica, fiscalização) são as corretas; concessão mal desenhada vira renegociação eterna.
- Tem consenso amplo e continuidade histórica.

Pontos contra:

- Não diz o que “ampliar” significa: quantos leilões, que setores, que volume de investimento contratado.
- Não assume o custo para o usuário. Concessão de rodovia é pedágio; de saneamento, tarifa. O plano promete “reduzir o custo da infraestrutura para a sociedade” sem dizer que a sociedade paga pela tarifa em vez de pelo imposto. Essa é a escolha política central e o plano a omite (ver ficha 23, duplicação de rodovias).
- Não cita o PPI nem diz se manteria a estrutura.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (PPI). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Diagnóstico correto; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	0	“Ampliaremos” sem meta ou setor.
3. Diz quem paga?	1	Reconhece que o privado investe; não trata da tarifa ao usuário.
4. Dá para executar?	2	Estrutura e lei existem.
5. Faz diferença real?	2	Toda a infraestrutura.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

A ferramenta certa, reconhecida com honestidade (“o Estado não tem dinheiro”), mas sem número e sem assumir que concessão significa tarifa para quem usa.

Incentivos fiscais e parcerias para armazenagem de grãos

5,0 /10

MAL DETALHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 0

Executável 1

Impacto 2

Onde está no plano: Tese 9, item b, segundo parágrafo, p. 50.

O que o plano promete: “Enfrentaremos o gargalo da armazenagem, que hoje pressiona os preços de venda e gera perdas no escoamento das safras. Estimularemos, por meio de incentivos fiscais e parcerias, a construção e ampliação de armazéns, permitindo que o produtor e as agroindústrias possam armazenar suas safras e negociá-las no momento mais adequado.”

Traduzindo: O Brasil colhe mais do que consegue guardar. O plano quer dar desconto de imposto para quem construir silos e armazéns, para que o produtor não seja obrigado a vender na colheita, quando o preço é mais baixo.

O que os dados dizem:

- **O déficit é enorme e cresce.** A capacidade estática de armazenagem era de 212,1 milhões de toneladas em 2024, contra safra de 350 milhões: o país guarda 61,7% do que colhe, com déficit de 134 milhões de toneladas segundo a CNA. Fontes: [Agrofy, com dados da Conab](#) e [Mundo Logística](#). A FAO recomenda capacidade 20% acima da produção; pelo padrão FAO, o déficit passa de 170 milhões. Fonte: [Forbes Agro, 06/02/2025](#).
- **Só 16,8% da capacidade está nas fazendas**, contra 66% nos Estados Unidos. Fontes: Agrofy, acima, e [Abimaq](#).
- **Já existe programa federal.** O Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), dentro do Plano Safra, financia armazéns com juros controlados, mas a Abimaq o considera insuficiente “em razão do baixo volume de recursos”. Fonte: Abimaq, acima.

Pontos a favor:

- **Ataca um gargalo real, grande e pouco discutido**, com efeito direto sobre a renda do produtor e sobre o preço dos alimentos.
- Nomeia instrumentos (incentivo fiscal e parceria), o que é mais do que a maioria dos itens deste bloco faz.
- Armazenagem na fazenda é a solução de melhor custo-benefício da literatura, e o plano fala em “o produtor” armazenar.

Pontos contra:

- Sem meta (quantas toneladas de capacidade), prazo ou valor do incentivo.
- Não cita o PCA nem diz o que faria de diferente do crédito que já existe e é considerado insuficiente.
- Renúncia fiscal sem estimativa, num plano que promete déficit zero.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (PCA/Plano Safra). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Gargalo real e bem descrito; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos nomeados; sem meta ou valor.
3. Diz quem paga?	0	Renúncia não estimada.
4. Dá para executar?	1	Incentivo fiscal exige lei.
5. Faz diferença real?	2	Preço de alimentos, renda rural e logística.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Um dos gargalos mais reais do agro, guardamos 62% do que colhemos, tratado com instrumento certo mas sem número, e sem citar o programa que já tenta fazer isso.

Universalização da infraestrutura digital

5,0 /10

MAL DETALHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 0

Executável 2

Impacto 1

Onde está no plano: Tese 9, item c, p. 50.

O que o plano promete: “A conectividade será tratada como infraestrutura essencial. Levaremos internet de alta velocidade às escolas, hospitais, comunidades rurais e regiões remotas, reduzindo a exclusão digital.”

Traduzindo: Internet rápida em toda escola, posto de saúde e zona rural do país.

O que os dados dizem:

- O acesso à internet nos domicílios brasileiros é quase universal nas áreas urbanas; o problema concentra-se em qualidade, custo e cobertura rural e remota. *Análise: o plano não traz dado, e a definição de “alta velocidade” não é dada.*
- Há programas federais em curso com esse mesmo público (conectividade de escolas públicas com metas por ano, obrigações de cobertura no leilão do 5G, Norte Conectado para a Amazônia). O plano não os menciona.

Pontos a favor:

- Tratar conectividade como infraestrutura essencial é a leitura correta e alinha o Brasil à prática internacional.
- Público-alvo bem escolhido (escolas, hospitais, rural).

Pontos contra:

- Sem meta (que velocidade, quantas escolas, até quando), instrumento ou custo.
- Não cita os programas existentes nem diz o que acrescentaria.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (programas federais de conectividade escolar e rural). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Público-alvo definido; sem meta ou ferramenta.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Gestão e programas existentes.
5. Faz diferença real?	1	Regional.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Internet para escola e zona rural é meta correta e já é política em curso; o plano não diz velocidade, prazo ou dinheiro.

Cumprir o Marco Legal do Saneamento como prioridade nacional



Onde está no plano: Tese 9, item d, p. 50.

O que o plano promete: “Milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso à água tratada e ao tratamento adequado de esgoto. Fazer cumprir o Marco Legal do Saneamento Básico como prioridade nacional, por representar uma das políticas públicas de maior impacto sobre a saúde, a qualidade de vida, a preservação ambiental e a redução dos gastos públicos com doenças evitáveis.”

Traduzindo: Existe uma lei de 2020 que obriga o país a ter 99% da população com água tratada e 90% com esgoto coletado e tratado até 2033. O plano promete fazer essa lei ser cumprida.

O que os dados dizem:

- **A distância até a meta é grande.** Em 2024, 33 milhões de brasileiros (15,9%) não tinham água potável e 90 milhões (43,3%) não tinham coleta de esgoto; só 51,8% do esgoto gerado era tratado; 39,5% da água tratada se perdia antes de chegar às casas. Fonte: [Instituto Trata Brasil, 23/02/2026](#), com dados do Sinisa.
- **O ritmo de investimento é metade do necessário.** Foram investidos R\$ 29,1 bilhões em 2024; para cumprir a meta de 2033 faltam cerca de R\$ 430 bilhões, ou R\$ 48 bilhões por ano, “valor nunca alcançado”. Fontes: [Trata Brasil, 16/07/2026](#) e [CNN Brasil, 15/07/2026](#).
- Os investimentos cresceram 51% desde o Marco, e projetos em curso somam mais de R\$ 420 bilhões, majoritariamente via concessão. Fonte: CNN Brasil, acima.

Pontos a favor:

- **Nomeia a lei existente e assume a meta dela**, em vez de inventar outra. É a postura correta para um setor onde a instabilidade de regra afasta investimento.
- O diagnóstico do retorno em saúde (“redução dos gastos públicos com doenças evitáveis”) é correto e sustentado por vasta literatura.
- Saneamento é o setor em que concessão funciona melhor e o plano defende concessão (ficha 44).

Pontos contra:

- **“Fazer cumprir” não diz como fechar a conta de R\$ 48 bilhões por ano** num setor que investe R\$ 29 bilhões. Não há menção a fonte, a aceleração de leilões, a garantias para regiões pobres (Norte e Nordeste investem um terço do Sudeste per capita).
- Sem meta intermediária própria (o plano não diz o que entregaria em 2030, por exemplo).

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (O plano reconhece explicitamente a política existente.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real e bem argumentado; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumento (o Marco) e meta (a da lei); sem plano próprio.
3. Diz quem paga?	0	Lacuna de R\$ 430 bilhões não tratada.
4. Dá para executar?	2	Lei em vigor.
5. Faz diferença real?	2	90 milhões sem esgoto.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Assume a lei que existe e a meta de 2033, o que é correto; não diz como sair de R\$ 29 bilhões para os R\$ 48 bilhões por ano que a meta exige.

Expansão massiva da matriz limpa: 90% até 2040



Onde está no plano: Tese 10, item a (p. 51); Projeto 15, seções 1, 4 e 5 (p. 175 e 176).

O que o plano promete: “O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta. Ampliaremos investimentos em solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas.” No Projeto 15: “Expansão massiva de matriz limpa: solar distribuída e em larga escala; eólica offshore (novo pré-sal energético); energia marítima (tecnologia emergente); integração com armazenamento. **Meta: 90% da matriz energética limpa até 2040.**” Também: “o maior banco de dados energético do hemisfério sul”, com IA para mapear potencial em tempo real, e “industrialização da energia: fábricas de equipamentos solares e eólicos”.

Traduzindo: Fazer com que 90% de toda a energia que o Brasil usa (não só a eletricidade, mas também combustível de carro, caminhão, avião e fábrica) venha de fontes limpas até 2040.

O que os dados dizem:

- **Há duas contas diferentes, e o plano usa a mais difícil.** A matriz *elétrica* (só eletricidade) já é 88,2% renovável. A matriz *energética* (toda a energia consumida, incluindo petróleo, diesel, gás e carvão) é 50% renovável. Fonte: [Ministério de Minas e Energia, 29/05/2025](#), com base no Balanço Energético Nacional 2025. O plano escreve “matriz energética”.
- **O ritmo necessário não tem precedente.** Levar a matriz energética de 50% para 90% em 14 anos significa substituir por fontes limpas quase todo o petróleo e gás usados em transporte e indústria. *Análise:* a renovabilidade da matriz energética brasileira oscilou entre 40% e 50% nas últimas quatro décadas, com ganho de poucos pontos por década; a meta exige ganhar 40 pontos em 14 anos. O setor de transportes, o maior consumidor de combustível fóssil, tinha 25,7% de fontes renováveis em 2024. Fonte: MME, acima.
- **Se o plano quis dizer matriz elétrica, a meta já está praticamente cumprida** (88,2%) e sobe naturalmente com a expansão solar e eólica, que juntas cresceram para 23,7% da geração.
- Eólica offshore tem marco legal desde janeiro de 2025 (Lei 15.097); atlas solar e eólico já são produzidos pela EPE e pelo Cepel.

Pontos a favor:

- A direção é a correta e o Brasil de fato tem vantagem comparativa única.
- A lista de fontes (solar, eólica offshore, armazenamento) é a da fronteira tecnológica.
- “Industrialização da energia” (fabricar aqui os equipamentos) é um objetivo relevante, hoje dominado pela China.

Pontos contra:

- **A meta é aritmeticamente inédita ou trivialmente cumprida**, dependendo do que o plano quis dizer, e o plano não esclarece. Como está escrito (“matriz energética”), é impossível no prazo.
- Sem custo, sem instrumento, sem fonte. O Projeto 15 é uma lista de tópicos.
- Não menciona o marco legal da eólica offshore (2025), nem os atlas de potencial já existentes, nem o Plano Decenal de Energia da EPE, que é o instrumento oficial de planejamento.
- “Energia marítima (ondas e marés)” não tem escala comercial em nenhum lugar do mundo; colocá-la ao lado de solar e eólica é confundir pesquisa com política.

Falhas graves acionadas:

- **Meta que exige ritmo acima do melhor período de 10 anos** (40 pontos percentuais em 14 anos, contra ganhos de poucos pontos por década). Teto: 6,0.
- **Repete política existente sem reconhecer** (atlas EPE/Cepel, marco da eólica offshore, PDE). Teto: 7,0.

Notas por critério:

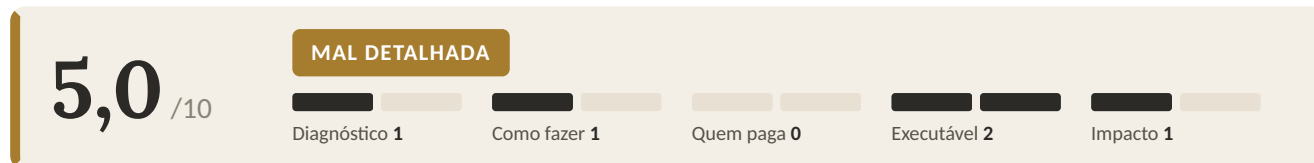
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Afirmação correta (“uma das mais limpas”); sem dado; confunde as duas matrizes.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta e prazo; instrumentos ausentes.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei.
5. Faz diferença real?	2	Estrutural.

Nota final: 6,0 — Inviável como está (faixa definida pela meta; a nota bruta pelos critérios seria 6,0)

EM UMA FRASE:

A matriz elétrica já é 88% limpa e a energética é 50%; o plano promete 90% da energética em 14 anos, o que exige substituir quase todo o petróleo e gás do país sem dizer como, ou quis dizer a elétrica, que já está lá.

Hidrogênio verde: corredor nacional, hubs no Nordeste e top 3 mundial em exportação até 2035



Onde está no plano: Tese 10, item b (p. 51); Projeto 15, seções 2 e 3 (p. 175).

O que o plano promete: “Incentivaremos sua produção em larga escala, criando polos industriais, atraindo investimentos internacionais e posicionando o Brasil como um dos maiores exportadores mundiais.” No Projeto 15: “Criação do Corredor Nacional do Hidrogênio Verde; hubs industriais no Nordeste (portos estratégicos); exportação para Europa, Ásia e Oriente Médio; parcerias com gigantes globais. **Meta: ser TOP 3 global em exportação de hidrogênio até 2035.**” Estratégia: “segurança jurídica, incentivos fiscais inteligentes, PPPs estruturadas”.

Traduzindo: Produzir em grande escala, usando eletricidade limpa, um combustível que ainda quase não tem mercado mundial, e estar entre os três maiores exportadores dele em nove anos.

O que os dados dizem:

- **O marco legal existe desde 2024, com R\$ 18,3 bilhões em incentivos.** A Lei 14.948/2024 criou o marco do hidrogênio de baixo carbono e o regime Rehidro; a Lei 14.990/2024 criou o PHBC, com R\$ 18,3 bilhões em créditos fiscais. Fontes: [Câmara dos Deputados, agosto de 2024](#) e [Eixos, 18/06/2026](#).
- **O gargalo real é a regulamentação, que levou dois anos.** Os decretos que definem como acessar os incentivos só saíram em agosto de 2026, e o mercado os considera incompletos; empresas adiaram decisões de investimento à espera das regras. Fontes: [Eixos, agosto de 2026](#) e [Eixos, 01/05/2026](#).
- **Os hubs no Nordeste já existem como projeto.** Pecém (CE), com projeto de 500 toneladas/dia da Green Energy Park; Piauí, com investimento europeu para amônia verde; o Ceará projeta R\$ 74 bilhões e 27 mil empregos se os projetos saírem. Fonte: [Diário do Nordeste, 24/03/2026](#). 90% dos projetos miram a Europa.
- **O mercado de exportação ainda não existe em escala.** Não há comércio internacional relevante de hidrogênio verde; a demanda depende de mandatos europeus e asiáticos ainda em formação. Não há série histórica que permita testar a meta de “top 3”.

Pontos a favor:

- Aposta em uma vantagem comparativa real: energia renovável barata e abundante no Nordeste, com porto.
- Corredor + hubs + parcerias é o desenho correto; é o que os projetos em curso já fazem.
- A demanda potencial (fertilizantes verdes, combustível de aviação, navegação) é real e o Brasil importa 85% dos fertilizantes.

Pontos contra:

- **Promete criar o que existe (lei, incentivos, hubs) e não promete o que falta (regulamentação rápida, mecanismo de demanda interna).** Um plano que entendesse o setor diria: “publicar em 90 dias as regras do Rehidro e do PHBC e criar leilão de demanda”. Não diz.
- **“Top 3 até 2035” é meta sobre um mercado que ainda não existe.** Nem o Brasil nem ninguém exporta hidrogênio verde em volume hoje.
- Sem custo, sem fonte, sem instrumento além de “incentivos inteligentes”.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (Leis 14.948 e 14.990/2024, hubs em curso). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Oportunidade real; sem dado; ignora o marco legal e o gargalo regulatório.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta, prazo, corredor e hubs; instrumento vago.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei; lei existe.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete o marco, os incentivos e os hubs que já existem, e não promete a única coisa que travou o setor por dois anos, a regulamentação; “top 3” é meta sobre um mercado que ainda não nasceu.

Regulamentar o mercado de carbono e instituir Pagamento por Serviços Ambientais

5,0 /10

MAL DETALHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 0

Executável 2

Impacto 1

Onde está no plano: Tese 10, item d, p. 51 e 52.

O que o plano promete: “O Brasil poderá tornar-se protagonista mundial no mercado de créditos de carbono. Regulamentaremos esse setor com segurança jurídica, incentivando projetos de preservação, reflorestamento, agricultura regenerativa. Instituiremos mecanismos claros de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), garantindo que o produtor rural que preserva a floresta em sua propriedade seja financeiramente remunerado.”

Traduzindo: Criar regras para que empresas comprem e vendam “créditos” de redução de poluição, e pagar ao fazendeiro que mantém mata em pé.

O que os dados dizem:

- **O mercado regulado de carbono é lei desde dezembro de 2024.** A Lei 15.042/2024 criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), com limites de emissão e comércio de cotas. Fonte: [Senado Notícias, 12/12/2024](#). O Decreto 12.768/2025 criou o comitê técnico, que em maio de 2026 aprovou seu regimento e grupos de trabalho; a fase experimental está prevista para 2027-2028 e a plena, para 2029. Fontes: [Honda, Teixeira, Rocha Advogados, 12/05/2026](#) e [Seven Resíduos, 08/05/2026](#).
- **O PSA também é lei**, desde 2021 (Lei 14.119, Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais), que define quem pode pagar, quem pode receber e por quê. O que falta, historicamente, é dinheiro e regulamentação estadual.

Pontos a favor:

- Os dois instrumentos são corretos e têm consenso: precificar carbono e remunerar quem preserva.
- Ao ligar PSA ao “produtor rural que preserva”, o plano dá ao tema um enquadramento que dialoga com o agro, o que reduz resistência política.

Pontos contra:

- **“Regulamentaremos” um mercado que já é lei e está em regulamentação**, com cronograma até 2029. O plano não diz se manteria o cronograma, se aceleraria, se mudaria os setores cobertos.
- **“Instituiremos” um PSA que é lei há cinco anos.** O gargalo do PSA é fonte de recurso (quem paga o produtor), e o plano não diz.
- Sem valor, meta ou prazo.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Lei 15.042/2024, Lei 14.119/2021). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Oportunidade real; sem dado; ignora as leis.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos nomeados; sem conteúdo.
3. Diz quem paga?	0	PSA sem fonte.
4. Dá para executar?	2	Leis existem.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Promete regulamentar um mercado que virou lei em 2024 e criar um PSA que é lei desde 2021; o que falta em ambos, dinheiro e regra operacional, o plano não toca.

PETRA-BR: terras raras com processamento nacional, zonas de industrialização e transferência de tecnologia



Onde está no plano: Tese 4, item e (p. 41 e 42); Projeto 16 (p. 178-180).

O que o plano promete: Mapear reservas e criar um “Atlas Brasileiro de Minerais Críticos”; orientar a política pela demanda global (baterias, veículos elétricos, defesa); “redução gradual da dependência da exportação bruta” com “políticas tributárias e creditícias que favoreçam produtos de maior valor agregado” e desenvolvimento de “separação, refino e transformação”; “zonas estratégicas de industrialização” com incentivos; e “grandes acordos de exploração deverão buscar contrapartidas: transferência e desenvolvimento conjunto de tecnologia, processamento local, formação de pesquisadores, centros de P&D no Brasil”. Objetivo: “sempre que viável, agregar valor no Brasil antes de exportar”.

Traduzindo: O Brasil tem uma das maiores reservas do mundo de minerais usados em baterias, ímãs e chips, mas exporta quase tudo bruto e a China faz o refino. O plano quer que o refino e a fabricação aconteçam aqui, e que empresas estrangeiras que explorem essas minas sejam obrigadas a trazer tecnologia.

O que os dados dizem:

- **A reserva é real; a produção, incipiente.** O Brasil tem a segunda maior reserva mundial de terras raras (cerca de 21 milhões de toneladas, 23% do total, segundo o USGS), mas produz menos de 1% da oferta global. Fontes: [Serviço Geológico do Brasil](#) e [Agência Brasil](#), 25/04/2026.
- **A única mina em operação foi vendida a uma empresa americana.** A Serra Verde (GO), primeira produção de argila iônica fora da Ásia, produziu 2 mil toneladas em 2025 e exporta concentrado; sua aquisição pela USA Rare Earth foi avaliada em US\$ 2,8 bilhões. Fontes: [Brasil Mineral](#), 06/04/2026 e [B3 Bora Investir](#), 27/04/2026.
- **O valor está no refino, e o refino é chinês.** A China detém 85% a 90% da capacidade mundial de separação e refino e a fabricação de ímãs permanentes. Fonte: [Brasil Mineral](#), acima. É exatamente a etapa que o plano quer trazer, e a mais difícil: exige tecnologia que poucos dominam e que ninguém transfere de graça.
- O Serviço Geológico do Brasil já mapeia minerais estratégicos; o MME tem lista oficial desde 2021 (Resolução 2/2021); um projeto de Política Nacional de Minerais Críticos tramita no Congresso com conselho e diretrizes de beneficiamento. Fonte: [Agência Brasil](#), acima.

Pontos a favor:

- **Diagnóstico estratégico correto e alinhado ao que Estados Unidos, União Europeia e Japão estão fazendo:** garantir fornecedor fora da China e capturar o valor do refino.
- A sequência descrita (mineração, processamento, refino, materiais, componentes) é a cadeia certa.
- Condicionar acordos a contrapartidas é o que a Indonésia fez com o níquel, com resultado (proibiu a exportação bruta e atraiu refinarias). Há precedente.
- É o único capítulo do plano que fala em “sempre que economicamente viável”, uma cláusula de realismo.

Pontos contra:

- **Nenhum instrumento concreto, meta, prazo ou custo.** “Políticas tributárias e creditícias” e “incentivos” não têm valor; “zonas estratégicas” não têm local.

- **Exigir transferência de tecnologia pode afastar o investimento que se quer atrair.** Quem domina o refino (China, e agora Estados Unidos e Austrália tentando) não transfere; exigir demais leva o investidor a comprar a mina e exportar o concentrado, que foi o que aconteceu com a Serra Verde. O plano não discute esse equilíbrio.
- Não cita o SGB, a lista do MME nem o projeto de lei em tramitação.
- O Projeto 16 é uma lista de tópicos, como o 15.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (mapeamento do SGB, Resolução MME 2/2021). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Diagnóstico estratégico correto; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos nomeados genericamente; sem meta, prazo ou local.
3. Diz quem paga?	0	Incentivos sem valor.
4. Dá para executar?	1	Incentivos e zonas exigem lei; contrapartidas dependem de regulação.
5. Faz diferença real?	1	Setorial, ainda que estratégico.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

A leitura geopolítica está certa e o alvo, o refino que a China domina, é o certo; mas o plano não tem instrumento, e exigir transferência de tecnologia de quem não transfere pode produzir o que já aconteceu: a mina vendida e o minério exportado bruto.

Itens deste bloco não pontuados

- **Tese 4, item b, “Robótica, IA e Indústria 4.0”** (p. 40-41): “estimularemos investimentos”. A Nova Indústria Brasil tem missão de “digitalizar 90% das indústrias”.
- **Tese 9, item b, primeiro parágrafo, “Programa nacional de integração logística”** (p. 50): sem instrumento; o custo logístico brasileiro é de 15,5% do PIB (R\$ 1,96 trilhão em 2025), o que torna a ausência de proposta concreta mais notável. Fonte: [Blog do Dina, com dados do ILOS e da CNT](#).
- **Tese 9, item e, “Infraestrutura resiliente e sustentável”** (p. 50-51): princípio de projeto.
- **Tese 10, item c, “Bioeconomia e inovação ambiental”** (p. 51): “estimularemos pesquisas”. O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia foi lançado em 2025.
- **Tese 10, item e, “Desenvolvimento com responsabilidade ambiental”** (p. 52): princípio.
- **Projeto 15, seção 3, “Atração dos gigantes do centro”** (p. 175-176) e **seção 6, “Integração com o agro”** (p. 176): listas sem instrumento.
- **Projeto 16, seção 2, “Mapa da demanda global”** (p. 178): lista de setores; absorvida pela ficha 51.

Resumo do Bloco C2

Nº	Proposta	Nota	Faixa
41	Programa para 10 mil novas indústrias	6,0	Bem desenhada
44	Ampliação de concessões e PPPs	6,0	Bem desenhada
47	Cumprir o Marco Legal do Saneamento	6,0	Bem desenhada
48	Matriz energética 90% limpa até 2040	6,0	Inviável como está (meta)
45	Incentivos para armazenagem de grãos	5,0	Mal detalhada
46	Universalização da infraestrutura digital	5,0	Mal detalhada
49	Hidrogênio verde, top 3 em exportação até 2035	5,0	Mal detalhada
50	Mercado de carbono e PSA	5,0	Mal detalhada
42	Política nacional de semicondutores	4,0	Mal detalhada
43	Indústria farmacêutica e biotecnologia	4,0	Mal detalhada
51	PETRA-BR: terras raras	4,0	Mal detalhada

Leitura do bloco: nove das onze fichas acionaram o teto de “repete política existente sem reconhecer”. É o bloco em que o plano mais descreve, como se fossem propostas, leis e programas que já estão em vigor: política industrial de R\$ 300 bilhões, regime de semicondutores, missão de saúde, PPI, marco do hidrogênio com R\$ 18 bilhões, mercado de carbono, PSA, mapeamento mineral. Nada disso é citado. A ficha mais bem avaliada é a que nomeia a lei existente e assume sua meta (saneamento); a única inviável é a que fixa uma meta sobre a variável errada (90% da matriz energética, quando a elétrica já está em 88%). O que se aprende sobre o método de elaboração do plano é que ele foi escrito a partir do que o candidato deseja para o país, e não a partir de um inventário do que o Estado já faz. Isso explica por que propostas de direção correta chegam sem instrumento, sem custo e sem o passo seguinte que faria diferença.

Fontes citadas nesta parte

- Poder360 (artigo da CNI). CNI propõe política industrial de longo prazo. 19/06/2026. <https://www.poder360.com.br/opiniao/cni-propoe-politica-industrial-de-longo-prazo-para-o-pais/>
- IEDI. Indústria de transformação amplia fatia no PIB. 28/03/2025. https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2025/iedi_na_imprensa_20250328_industria_de_transformacao_amplia_fatia_no_pib_mas_juro_alto_deve_tirar_o_folego_em_2025
- Agência Gov. Nova política industrial tem R\$ 300 bilhões previstos até 2026. 22/01/2024. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/nova-politica-industrial-tem-r-300-bilhoes-previstos-para-financiamento-ate-2026>
- CNI. Novos recursos para a NIB. 27/02/2026. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/novos-recursos-para-a-nib-fortalecerao-a-transicao-ecologica-e-digital-destaca-cni/>
- Ministério da Fazenda. Nova Indústria Brasil. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>
- MDIC. Brasil avança com indústria inovadora. 30/12/2025. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/brasil-avanca-com-industria-inovadora-competitiva-exportadora-e-sustentavel>

- CNI. Rodovias federais demandam R\$ 12 bilhões ao ano. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/rodovias-federais-demandam-r-12-bilhoes-ao-ano-mas-recebem-so-metade-dos-recursos/>
- CNN Brasil. Saneamento avança após seis anos do marco legal. 15/07/2026. <https://www.cnnbrasil.com.br/infra/saneamento-avanca-apos-seis-anos-do-marco-legal-mas-meta-segue-distante/>
- Instituto Trata Brasil. Indicadores de saneamento estão distantes das metas. 23/02/2026. <https://tratabrasil.org.br/indicador-saneamento-distantes-universalizacao/>
- Instituto Trata Brasil. Faltam R\$ 430 bilhões para a universalização. 16/07/2026. <https://tratabrasil.org.br/faltam-430bi-brasil-universalizacao-saneamento/>
- Agrofy News. Armazenagem cresce 72% nas fazendas, mas déficit segue crítico. 05/06/2025. <https://news.agrofy.com.br/noticia/207459/armazenagem-cresce-72-mas-deficit-logistico-segue-critico-diz-conab>
- Mundo Logística. Safra recorde expõe déficit de armazenagem. <https://mundologistica.com.br/noticias/safra-2026-deficit-armazenagem>
- Forbes Agro. Supersafra pode levar Brasil a recorde de déficit de armazenagem. 06/02/2025. <https://forbes.com.br/forbesagro/2025/02/forbes-mulher-agro-supersafra-de-graos-pode-levar-brasil-a-recorde-de-deficit-de-armazenagem-em-2025/>
- Abimaq. Estudo sobre o PCA para a Câmara Setorial de Armazenagem. <https://abimaq.org.br/blogmaq/969/estudo-sobre-o-pca-plano-safra-para-a-camara-setorial-de-armazenagem-de-graos-cseag>
- Ministério de Minas e Energia. Brasil avança na renovabilidade das matrizes em 2024. 29/05/2025. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-avanca-na-renovabilidade-das-matrizes-em-2024-aponta-balanco-energetico-nacional>
- Câmara dos Deputados. Sancionada lei que prevê incentivos ao hidrogênio de baixo carbono. <https://www.camara.leg.br/noticias/1086392-sancionada-lei-que-preve-incentivos-ao-hidrogenio-com-baixa-emissao-de-carbono>
- Eixos. Brasil corre para lançar leilão de hidrogênio em 2026. 18/06/2026. <https://eixos.com.br/newsletters/dialogos-da-transicao/brasil-corre-para-lancar-leilao-de-hidrogenio-em-2026/>
- Eixos. Dois anos depois da lei, decreto do hidrogênio ainda traz muitas incertezas. Agosto de 2026. <https://eixos.com.br/hidrogenio/dois-anos-depois-da-lei-decreto-do-hidrogenio-ainda-traz-muitas-incertezas-avalia-mercado/>
- Eixos. Investidores de hidrogênio verde aguardam decreto. 01/05/2026. <https://eixos.com.br/politica/investidores-de-hidrogenio-verde-aguardam-decreto-enquanto-brasil-fica-para-tras/>
- Diário do Nordeste. O que falta para o Ceará receber R\$ 74 bilhões do hidrogênio verde. 24/03/2026. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/o-que-falta-para-o-ceara-receber-r-74-bilhoes-e-27-mil-empregos-do-hidrogenio-verde-1.3751513>
- Senado Notícias. Sancionada lei que regula mercado de carbono. 12/12/2024. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/12/sancionada-lei-que-regula-mercado-de-carbono-no-brasil>
- Honda, Teixeira, Rocha Advogados. Mercado de carbono: instituição do CTCP. 12/05/2026. <https://www.hondatar.com.br/mercado-de-carbono-governanca-do-sistema-brasileiro-de-comercio-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-sbce-instituicao-do-comite-tecnico-consultivo-permanente-ctcp-lei-no-15/>
- Seven Resíduos. Lei 15.042/2024 SBCE: fases de implantação. 08/05/2026. <https://sevenresiduos.com.br/lei-15042-sbce-mercado-carbono-regulado-industria-protocolo-seven/>
- Serviço Geológico do Brasil. Potencial do país para terras raras. <https://www.sgb.gov.br/w/servico-geologico-do-brasil-esclarece-duvidas-sobre-potencial-do-pais-para-terras-raras-e-minerais-estrategicos>
- Agência Brasil. Terras raras, minerais estratégicos e críticos. 25/04/2026. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-04/terras-raras-minerais-estrategicos-e-criticos-entenda-diferencas>

- Brasil Mineral. Nova estimativa traz Brasil com 15% das reservas de terras raras. 06/04/2026. <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/ainda-em-segundo-lugar-nova-estimativa-traz-brasil-com-15-das-reservas-de-terras-raras>
 - B3 Bora Investir. Terras raras: a cobiça dos EUA e do mundo pela mineração no Brasil. 27/04/2026. <https://borainvestir.b3.com.br/tipos-de-investimentos/renda-variavel/commodities/terras-raras-entenda-a-cobica-dos-eua-e-do-mundo-pela-mineracao-no-brasil/>
 - Blog do Dina. Custos logísticos de R\$ 1,96 trilhão. 05/06/2026. <https://blogdodina.com/malha-rodoviaria-brasileira-custos-logisticos-pib/>
-

Fim do MD-05. Próxima parte: MD-06, Bloco D (comércio exterior e diplomacia econômica: Tese 4 f-h, Tese 15, Projetos 10 e 11), fichas 52 em diante.

Comércio Exterior e Diplomacia Econômica

Fichas 52 a 63

O que este bloco cobre

Os itens f-h da Tese 4 (p. 41-43); o item b da Tese 15, “Embaixada 4.0” (p. 59); o Projeto 10, “Brasil Exportador” (p. 140-144); e o Projeto 11, “Embaixadas Empreendedoras” (p. 146-152).

É o bloco com a maior variação de qualidade do plano: contém propostas de execução imediata e custo zero (metas públicas por embaixada, realocação de diplomatas, prazo para devolver créditos ao exportador) ao lado de propostas juridicamente inviáveis (cinco Zonas Francas novas) e de ideias de marketing sem instrumento (Black Weeks, influenciadores pagos).

Após a regra de unidade de análise, o bloco rende **12 fichas** (52 a 63). Quatro itens ficaram de fora por serem lista ou princípio; estão registrados ao fim.

Placar do bloco: 5 bem desenhadas · 4 mal detalhadas · 3 inviáveis como estão.

Nota de leitura sobre os dois “cincos”. O plano propõe cinco Corredores Estratégicos de Exportação (Tese 4f, p. 41: Ceará, Bahia, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul) e cinco Zonas Francas de Exportação (Projeto 10, p. 141: Fortaleza, Bahia, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul). São os mesmos cinco estados com dois desenhos jurídicos diferentes: corredor é infraestrutura e aduana; zona franca é regime tributário pleno. O plano não explica a relação entre os dois, se um contém o outro, ou se são a mesma coisa escrita duas vezes. Este documento os trata como duas propostas (fichas 53 e 56), porque têm instrumentos distintos, e registra a indefinição.

Prazo legal máximo para devolução de créditos tributários ao exportador

7,0 /10

BEM DESENHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 2

Quem paga 1

Executável 1

Impacto 2

Onde está no plano: Tese 4, item f, p. 41 e 42.

O que o plano promete: “Estabeleceremos prazo legal máximo para a devolução dos créditos tributários acumulados pelo exportador, encerrando a prática de financiar o Estado com o capital de giro de quem gera divisas para o país.”

Traduzindo: Quem exporta não paga imposto sobre a venda, mas pagou imposto ao comprar insumos. Esse imposto vira um “crédito” que o governo deve devolver, e a devolução demora meses ou anos. O plano quer fixar em lei um prazo máximo para o governo devolver.

O que os dados dizem:

- **O problema é real e grande.** Empresas exportadoras, agroindústrias e varejo acumulam créditos porque compram com imposto e vendem sem; um levantamento estimou em R\$ 70,1 bilhões o estoque de créditos em risco nos maiores grupos do agro e do varejo. Fonte: [Tax Group](#), 12/01/2026.
- **A reforma tributária já fixou prazo para os tributos novos.** A LC 214/2025 prevê ressarcimento do saldo credor de IBS e CBS em 30 a 60 dias para empresas com bom histórico, e a Constituição (art. 156-A, § 5º, III) garante ao exportador compensar ou receber em dinheiro. Fontes: [IVA Dual](#), agosto de 2026 e [Assertif](#).
- **O que não tem prazo é o estoque antigo.** Os saldos de PIS/Cofins acumulados até 2026 continuam válidos e podem ser compensados com a CBS ou ressarcidos, mas a lei não fixa prazo nem procedimento; até abril de 2026 nenhuma das três propostas em discussão havia sido formalizada. Fontes: [Contábeis](#), 07/07/2026 e [Pedraza Advogados](#). Os créditos de ICMS serão devolvidos em até 240 parcelas a partir de 2033, ou seja, ao longo de vinte anos.

Pontos a favor:

- **Ataca com precisão um dos custos mais reais e menos visíveis da exportação brasileira**, e o descreve com uma frase exata: “financiar o Estado com o capital de giro de quem gera divisas”.
- Prazo legal com consequência é a solução correta; é o que a reforma adotou para os tributos novos.
- Custo fiscal é de fluxo de caixa, não de despesa: o dinheiro já é devido.

Pontos contra:

- **Para IBS e CBS o prazo já existe na lei**, e o plano não diz isso. O ganho real estaria no estoque antigo de PIS/Cofins e nas 240 parcelas do ICMS, que o plano não menciona.
- Não diz o prazo (30 dias? 90?) nem a consequência do descumprimento (correção? juros? liberação automática?).
- Não estima o impacto de caixa para o Tesouro, que não é desprezível se o estoque legado for devolvido rápido.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (LC 214/2025, prazos de 30-60 dias para IBS/CBS). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real e bem formulado; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Instrumento claro: prazo legal máximo.
3. Diz quem paga?	1	Custo de caixa reconhecido implicitamente; não estimado.
4. Dá para executar?	1	Exige lei.
5. Faz diferença real?	2	Toda a pauta exportadora.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

Diagnóstico exato e solução certa; a reforma já a adotou para os tributos novos, e o que falta resolver, o estoque antigo que será devolvido em vinte anos, o plano não menciona.

Cinco Corredores Estratégicos de Exportação com aduana digital e novos benefícios tributários

5,0 /10

MAL DETALHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 0

Executável 1

Impacto 2

Onde está no plano: Tese 4, item f, p. 41 e 42.

O que o plano promete: “Criaremos cinco Corredores Estratégicos de Exportação, distribuídos pelas macrorregiões, por exemplo, no Ceará, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, articulados a portos, aeroportos, ferrovias e centros de armazenagem. Haverá a criação de novos benefícios tributários para quem exportar. Os corredores contarão com aduana integralmente digital, prazos garantidos de liberação de cargas, licenciamento acelerado, coordenação única entre os órgãos anuentes e prioridade nos investimentos de infraestrutura.”

Traduzindo: Cinco rotas privilegiadas para exportar, com porto, ferrovia e armazém integrados, alfândega 100% digital, prazo garantido para liberar a carga, e desconto de imposto para quem exporta por elas.

O que os dados dizem:

- A aduana brasileira já opera o Portal Único de Comércio Exterior (Siscomex), com declaração digital única e o programa Operador Econômico Autorizado, que dá prioridade de liberação a empresas certificadas. O plano não os menciona.
- O Brasil registrou corrente de comércio recorde de US\$ 629 bilhões em 2025. Fonte: [Comex do Brasil, 07/01/2026](#). O gargalo apontado pelo setor não é a aduana, e sim logística (custo de 15,5% do PIB) e tributação cumulativa.
- “Novos benefícios tributários” para exportação se somam aos R\$ 612 bilhões de gastos tributários existentes (ficha 06), e o plano promete, na mesma tese, que “cada tratamento diferenciado terá seu custo divulgado”.

Pontos a favor:

- Integrar porto, ferrovia, armazém e aduana num mesmo eixo é o desenho correto de “corredor logístico”, com precedentes (Arco Norte).
- “Coordenação única entre os órgãos anuentes” (Anvisa, Mapa, Ibama, Exército) ataca um problema real de liberação de cargas.
- Prazo garantido de liberação é meta mensurável.

Pontos contra:

- Os cinco estados escolhidos são os mesmos das cinco Zonas Francas do Projeto 10, e o plano não explica a relação. São dois programas ou um?
- “Novos benefícios tributários” sem valor, num plano que promete carga menor, déficit zero e transparência do custo de cada benefício.
- Não cita o Portal Único nem o OEA; a aduana digital que promete existe.
- Sem custo, prazo ou instrumento para a “prioridade nos investimentos de infraestrutura”.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (Portal Único Siscomex, OEA). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Locais e componentes; sem prazo ou instrumento de infraestrutura.
3. Diz quem paga?	0	Benefícios e obras sem valor.
4. Dá para executar?	1	Benefícios exigem lei.
5. Faz diferença real?	2	Logística exportadora.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Corredor logístico integrado é desenho correto, mas a aduana digital já existe, os benefícios não têm valor, e os cinco estados são os mesmos das cinco Zonas Francas sem que o plano diga se são a mesma coisa.

Modernizar as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)



Onde está no plano: Tese 4, item g, p. 42.

O que o plano promete: “O Brasil dispõe de um regime de Zonas de Processamento de Exportação criado há décadas e até hoje pouco aproveitado. Faremos desse instrumento uma política efetiva de industrialização, modernizando suas regras, simplificando os processos de habilitação e assegurando prazos definidos para as autorizações, hoje um dos principais obstáculos. As ZPEs oferecem tratamento tributário e cambial plenamente compatível com os acordos internacionais, sem depender de benefícios em extinção.”

Traduzindo: Já existe uma lei que permite áreas com imposto suspenso para fábricas que exportam. Quase ninguém usou porque a autorização demora. O plano quer destravar isso com prazo e regra mais simples.

O que os dados dizem:

- **O diagnóstico está correto.** O regime existe desde 1988 (Decreto-Lei 2.452), foi refeito pela Lei 11.508/2007 e alterado pela Lei 14.184/2021. Há 25 ZPEs autorizadas, 18 em implantação; a única com operação industrial relevante é a do Ceará (Pecém), com a Companhia Siderúrgica do Pecém e projetos de hidrogênio verde. Fontes: MDIC, guia “Como investir em ZPE” e ZPE Brasil.
- **A lei de 2021 já flexibilizou.** Eliminou a exigência de exportar 80% da produção, permitindo venda no mercado interno com tributação normal, e autorizou ZPEs privadas; a primeira foi criada em Aracruz (ES) em 2023. Fontes: Portos e Navios e MDIC.
- **A afirmação de compatibilidade está certa.** ZPE é regime aduaneiro de suspensão de tributos na importação e na compra de insumos para exportar, aceito pela OMC, ao contrário de subsídio direto à exportação; e não depende dos benefícios de ICMS/PIS/Cofins que a reforma extingue.

Pontos a favor:

- **Uma das poucas propostas do plano que parte do que existe, diz por que não funcionou e propõe o ajuste certo.** “Prazos definidos para as autorizações” é exatamente o gargalo que o próprio MDIC reconhece.
- Escolha de instrumento compatível com a OMC e com a reforma tributária, o que o plano registra com precisão (“sem depender de benefícios em extinção”).
- Exige “contrapartidas claras de investimento, empregos e valor agregado”.
- Custo administrativo baixo; muita coisa pode ser feita por resolução do Conselho Nacional das ZPEs.

Pontos contra:

- Não diz qual prazo, nem se a habilitação passaria a ser automática após ele.
- “Regiões a serem definidas” e “junto aos Corredores” deixa em aberto onde; a lei atual exige regiões menos desenvolvidas, o que colide com corredores em São Paulo.
- Não menciona a lei de 2021 nem a ZPE privada, que já são parte da modernização que propõe.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (O plano reconhece o regime existente pelo nome e pela história.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	2	Diagnóstico correto, com histórico e causa.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos (prazo, habilitação simplificada); sem número.
3. Diz quem paga?	2	Custo desprezível; regime existe (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Boa parte por resolução do CZPE.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Parte do que existe, diz por que não funcionou e propõe o ajuste certo, compatível com a OMC e com a reforma; é o modelo do que o plano deveria ter feito em todas as outras fichas.

Crédito, garantias e seguro de exportação para pequenas e médias empresas

4,0 /10

MAL DETALHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 1

Quem paga 0

Executável 1

Impacto 1

Onde está no plano: Tese 4, item h, p. 42 e 43.

O que o plano promete: “Ampliaremos e simplificaremos as linhas de financiamento à exportação, com condições compatíveis com as praticadas nos mercados com que competimos, alcançando efetivamente as pequenas e médias empresas. Fortaleceremos os mecanismos de garantia e de seguro de crédito à exportação. Estimularemos a concorrência bancária, inclusive com bancos internacionais, e o uso de instrumentos de mercado de capitais.”

Traduzindo: Empréstimo mais barato e seguro contra calote do comprador estrangeiro, para que a empresa pequena consiga vender para fora sem precisar de um banco próprio.

O que os dados dizem:

- O Brasil tem instrumentos públicos de financiamento e garantia à exportação há décadas: BNDES-Exim, Proex (equalização e financiamento pelo Banco do Brasil) e o Seguro de Crédito à Exportação com garantia da União. O plano não os cita.
- *Análise:* as micro e pequenas empresas são a maioria das empresas exportadoras em número, mas respondem por fatia pequena do valor exportado; o acesso delas a crédito de exportação é historicamente baixo, o que dá razão ao diagnóstico.

Pontos a favor:

- Diagnóstico correto: crédito de exportação no Brasil é caro e concentrado em grandes empresas.
- Seguro de crédito é o instrumento que mais reduz o risco para o pequeno, e o plano o nomeia.
- Abrir a bancos internacionais e mercado de capitais é direção pró-concorrência.

Pontos contra:

- “Ampliaremos e simplificaremos” sem volume, taxa, prazo ou público-alvo numérico.
- Não cita Proex, BNDES-Exim nem o seguro com garantia da União; não diz o que mudaria neles.
- “Condições compatíveis com os concorrentes” significa equalização de juros, que custa, e o plano não estima.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (Proex, BNDES-Exim, Seguro de Crédito à Exportação). Teto: 7,0.

Notas por critério:

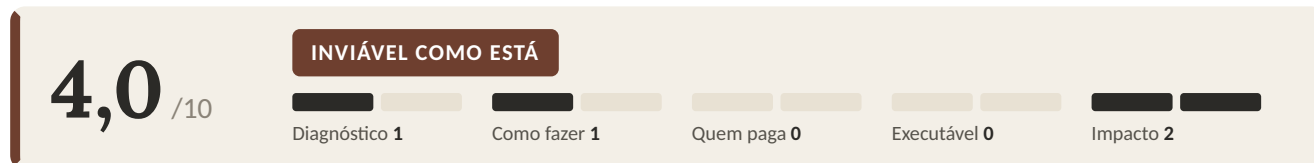
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real; sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Instrumentos nomeados; sem número.
3. Diz quem paga?	0	Equalização sem estimativa.
4. Dá para executar?	1	Equalização exige lei orçamentária.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Diagnóstico certo e instrumento certo (seguro), mas descreve como novidade linhas que existem há décadas, sem número e sem custo.

Cinco Zonas Francas de Exportação com vocação setorial por estado



Onde está no plano: Projeto 10, seção 3, p. 141.

O que o plano promete: “A espinha dorsal deste projeto será a criação de cinco grandes Zonas Francas de Exportação.” Fortaleza: energia renovável, hidrogênio, IA, drones. Bahia: petroquímica, indústria pesada, integração com África. Rio de Janeiro: petróleo e gás, naval, robótica. São Paulo: “principal polo brasileiro de Indústria 4.0, IA, semicondutores, robótica, drones, softwares”. Rio Grande do Sul: agroindústria, máquinas agrícolas, Mercosul. “Cada zona será um ambiente permanente de inovação, produção e exportação, contribuindo para reduzir desigualdades regionais.”

Traduzindo: Cinco regiões do país com regime de imposto muito reduzido, cada uma “designada” para um setor: São Paulo faz chip e robô, Bahia faz petroquímica, e assim por diante.

O que os dados dizem:

- **A reforma tributária proíbe benefícios fiscais novos de IBS e CBS.** A Emenda 132/2023 estabeleceu regime uniforme e vedou incentivos que não estejam previstos na própria Constituição; a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio foram mantidas porque já eram exceção constitucional, com o custo explícito de “alíquota geral marginalmente mais alta para todo o país”. Fontes: [Conjur, 07/02/2026](#), [Câmara dos Deputados](#) e [Escola Superior ESN](#). Cinco Zonas Francas novas exigiriam emenda constitucional e reabririam a guerra fiscal que a reforma foi feita para encerrar.
- **Zona Franca em São Paulo inverte a lógica regional.** A Zona Franca de Manaus se justifica pela distância e pelo atraso relativo; São Paulo é o estado mais rico e industrializado do país. Um regime especial ali drenaria investimento dos demais estados, o contrário de “reduzir desigualdades regionais”.
- **O instrumento compatível com a reforma, o plano já tem: a ZPE** (ficha 54), que o próprio plano descreve como “sem depender de benefícios em extinção”. Zona Franca é o oposto disso.

Pontos a favor:

- Vocações setoriais por região partem de bases reais (petróleo no Rio, petroquímica na Bahia, agro no Sul, energia renovável no Ceará).
- A ideia de “zona econômica especial” tem histórico de sucesso em outros países (China, Coreia, Emirados), que o plano cita como referência.

Pontos contra:

- **Conflita com a Constituição reformada.** Regime tributário pleno novo para cinco regiões não cabe no IVA dual sem nova emenda, e o plano não diz isso. Contradiz também a ficha 06 do próprio plano, que promete transparência e redução de regimes especiais porque “todos influenciam a alíquota paga por todos”.
- **Decreta vocações de cima para baixo.** “São Paulo será polo de semicondutores” é escolha de campeão por decreto; a experiência brasileira de política industrial dirigista tem histórico ruim, e o plano diz que “não copiará modelos” mas copia o mais dirigista deles.
- Sem custo (renúncia), sem prazo, sem instrumento jurídico, sem relação explicada com os cinco Corredores (ficha 53) nem com as ZPEs (ficha 54), que ocupam o mesmo espaço.

Falhas graves acionadas:

- **Conflito com marco legal em vigor** (EC 132/2023, regime uniforme do IBS/CBS). Teto: 6,0.
- **Contradição interna** com a transparência e redução de regimes especiais (p. 38) e com carga menor e déficit zero. Teto: 6,0.

Notas por critério:

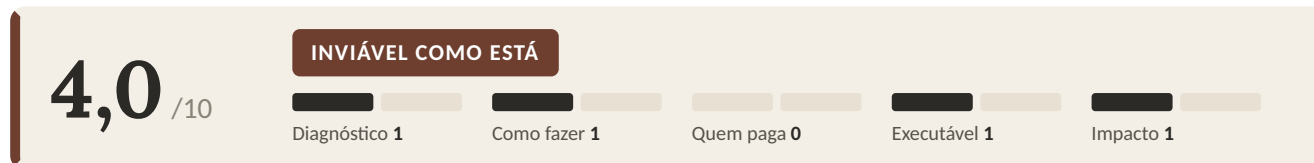
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (baixa inserção); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Locais e vocações; sem instrumento jurídico, prazo ou custo.
3. Diz quem paga?	0	Renúncia não estimada.
4. Dá para executar?	0	Exige emenda constitucional; conflita com a reforma.
5. Faz diferença real?	2	Estrutural.

Nota final: 4,0 — Inviável como está

EM UMA FRASE:

Cinco regimes tributários especiais novos, inclusive em São Paulo, num sistema que acabou de ser reformado para proibir exatamente isso; e o próprio plano tem, duas páginas antes, o instrumento compatível (ZPE) que dispensaria essa briga.

Criar a ZONE (Zona Nacional de Exportação), agência coordenadora



Onde está no plano: Projeto 10, seção 8, p. 143.

O que o plano promete: “Propomos a criação da Zona Nacional de Exportação (ZONE), responsável por planejar, acompanhar e avaliar a implementação do programa. Sua missão será garantir transparência, atrair investimentos, coordenar as zonas de exportação e assegurar que os resultados sejam medidos por indicadores claros.”

Traduzindo: Um órgão novo para coordenar as zonas francas e medir resultados.

O que os dados dizem:

- Já existem: o Conselho Nacional das ZPEs (CZPE), que autoriza e regula as zonas de processamento; a Camex, que coordena a política de comércio exterior; a ApexBrasil, para promoção e atração de investimento; e o MDIC, que abriga todos. Fontes: [MDIC](#), [ZPE](#) e [ApexBrasil](#).

Pontos a favor:

- Medir resultado por indicador é coerente com a cultura de metas do plano.

Pontos contra:

- Terceira estrutura nova do plano** (depois do ministério e da ANCOOP) num plano que promete “eliminar sobreposições”.
- Coordena um programa (as cinco Zonas Francas) que é juridicamente inviável (ficha 56).
- Funções já distribuídas entre CZPE, Camex, ApexBrasil e MDIC.
- Sem natureza jurídica, custo ou prazo.

Falhas graves acionadas:

- Contradição interna** com a reforma administrativa (p. 37). Teto: 6,0.
- Repete política existente sem reconhecer** (CZPE, Camex, ApexBrasil). Teto: 7,0.

Notas por critério:

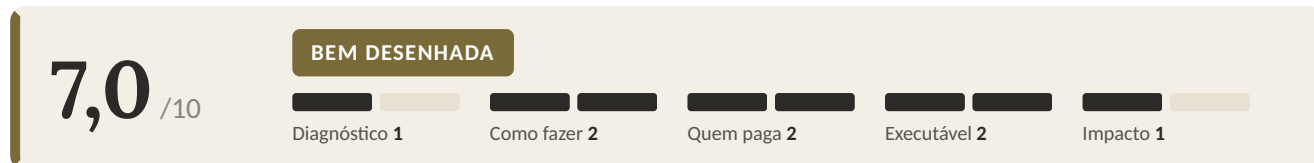
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Coordenação é problema real; ignora os órgãos existentes.
2. Diz como vai fazer?	1	Funções listadas; sem estrutura, custo ou prazo.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	1	Exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Governança.

Nota final: 4,0 — Inviável como está (faixa definida pela contradição com a reforma administrativa)

EM UMA FRASE:

Terceira agência nova do plano, para coordenar cinco zonas que a Constituição não permite, em funções que quatro órgãos já exercem.

Embaixada 4.0: metas anuais públicas por posto, núcleos de comércio, formação e inteligência comercial



Onde está no plano: Tese 15, item b (p. 59); Projeto 11, seções 1, 3, 5 e 8 (p. 146-150).

O que o plano promete: “Implantaremos o modelo Embaixada 4.0, com metas anuais de abertura de mercados, atração de investimentos e apoio a exportadores, medidas por indicadores objetivos e divulgadas publicamente. Cada posto prioritário contará com um núcleo executivo de comércio e investimentos, integrando o Itamaraty, as agências de promoção comercial, os ministérios setoriais e o setor produtivo.” No Projeto 11: formação contínua de todo o corpo diplomático e administrativo em promoção comercial, inteligência de mercado, branding, turismo, redes sociais e atração de investimentos; núcleos de inteligência comercial permanente com relatórios trimestrais de oportunidades; presença digital ativa de cada embaixada. “A embaixada do futuro será uma agência avançada de oportunidades.”

Traduzindo: Cada embaixada passa a ter meta de negócio (quantos mercados abriu, quantos investidores trouxe, quantas empresas ajudou), publicada todo ano, e o diplomata é treinado para vender o Brasil: produto, turismo, investimento.

O que os dados dizem:

- **A diplomacia comercial já existe e é grande.** O Itamaraty mantém 128 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) em embaixadas e consulados, em parceria formal com a ApexBrasil, que tem escritórios no exterior e apoia feiras, missões e visitas de compradores; desde 2023 opera a Plataforma Brasil Exportação, com mais de 100 SECOMs com “lojas” virtuais. Fontes: [Ministério das Relações Exteriores, Promoção Comercial](#) e [ApexBrasil, memória institucional](#).
- **O que não existe é meta pública por posto.** O desempenho comercial das embaixadas não é publicado como indicador por posto, nem há prestação de contas periódica do embaixador sobre resultados de negócios.
- Modelos de referência: Austrália (Austrade) e Reino Unido integraram promoção comercial à rede diplomática com metas e relatórios públicos; Coreia do Sul e Chile (ProChile) operam com indicadores por mercado.

Pontos a favor:

- **Metas públicas por embaixada é a proposta mais concreta e mais barata do bloco**, e coerente com a linha de gestão por resultados que atravessa o plano (ficha 09). Executável por ato do ministro no primeiro semestre.
- Núcleo executivo por posto prioritário, integrando Itamaraty, Apex, ministérios e setor privado, corrige a fragmentação real entre quem negocia (Itamaraty) e quem promove (Apex).
- Inteligência comercial comparada (matriz de importação do país-sede versus pauta brasileira, gargalos por mercado, relatórios trimestrais) é o trabalho que os SECOMs deveriam fazer e raramente publicam.
- Reconhece que abertura sanitária (frutas, proteínas) é trabalho diplomático, o que é correto: mercado de carne e fruta se abre por negociação técnica bilateral.

Pontos contra:

- **Não diz que 128 SECOMs e a ApexBrasil já fazem promoção comercial**, e portanto não diz o que muda além das metas e da prestação de contas.

- Sobre a dúvida de quem lê (“embaixador fazendo agenda comercial?”): a resposta é que ele já faz, e a Constituição e a lei do serviço exterior incluem promoção comercial entre as funções da carreira. O que o plano pede não é uma função nova, e sim cobrança pública sobre uma função antiga. O risco real é outro: transformar toda a rede em “agência de oportunidades” pode subordinar funções que não geram negócio (proteção consular a brasileiros, negociação política, direitos humanos) a métricas comerciais. O plano diz que “não se trata de banalizar a diplomacia”, mas não desenha a salvaguarda.
- Sem custo da formação continuada de todo o corpo (milhares de servidores) nem prazo.
- “Presença digital ativa” de cada embaixada tem risco de exposição política que o plano não trata.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (SECOMs, ApexBrasil, Plataforma Brasil Exportação). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (diplomacia sem métrica de resultado); ignora a estrutura existente.
2. Diz como vai fazer?	2	Metas anuais públicas, núcleo por posto, relatórios trimestrais, formação.
3. Diz quem paga?	2	Custo baixo; estrutura existe (regra v1.1).
4. Dá para executar?	2	Gestão do MRE.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 7,0 — Bem desenhada (teto de duplicação atingido)

EM UMA FRASE:

O embaixador já faz agenda comercial, há 128 setores de promoção nas embaixadas; o que o plano acrescenta, meta pública por posto e prestação de contas, é barato, rápido e faz falta; o que não trata é o risco de reduzir a diplomacia a vendas.

Realocar diplomatas: 20% do efetivo nos EUA para Índia e Ásia, 10% da Europa para China e Oriente Médio

8,0 /10

BEM DESENHADA

Diagnóstico 1

Como fazer 2

Quem paga 2

Executável 2

Impacto 1

Onde está no plano: Projeto 11, seção 2, p. 146 e 147; Tese 15, item b, p. 59.

O que o plano promete: “Revisão gradual da distribuição do efetivo das embaixadas e consulados, deslocando parte da força de trabalho concentrada em regiões maduras para polos de expansão: deslocar cerca de 20% do efetivo hoje lotado nos Estados Unidos para reforçar a presença na Índia e em outros mercados asiáticos emergentes; deslocar cerca de 10% do efetivo concentrado na Europa para fortalecer a atuação na China, no Oriente Médio e em outros grandes mercados; criar critérios técnicos permanentes para redistribuição de quadros, com base em comércio bilateral, investimentos, inovação, turismo, influência regional e oportunidades futuras.”

Traduzindo: Tirar parte dos diplomatas e funcionários que estão nos Estados Unidos e na Europa e mandá-los para Índia, China e Oriente Médio, onde o comércio cresce mais; e criar uma regra permanente para decidir onde o Brasil precisa de mais gente.

O que os dados dizem:

- **A geografia do comércio mudou.** Em 2025 a China comprou US\$ 100 bilhões do Brasil (alta de 6%), a União Europeia cresceu 3,2%, e as exportações para os Estados Unidos caíram 6,6% por causa do tarifaço; mais de 40 mercados registraram recorde de compras, entre eles Índia, Turquia, Paquistão e Noruega. Fonte: [MDIC](#), 06/01/2026.
- A ApexBrasil abriu operações na Índia e na África do Sul em formato reduzido (“desk”). Fonte: [ApexBrasil](#), [memória institucional](#).
- *Análise:* a rede nos Estados Unidos é, em grande parte, consular (Nova York, Miami, Boston, Houston, Chicago, Atlanta, Los Angeles, São Francisco, Washington), a serviço de uma das maiores comunidades brasileiras no exterior. O “efetivo lotado nos EUA” inclui esse atendimento, que não é comercial.

Pontos a favor:

- **Proposta específica, com número, origem, destino e regra permanente**, o que é raro no plano. Realocar é decisão administrativa do Executivo, sem lei.
- A direção é defensável: a presença brasileira na Ásia é historicamente subdimensionada em relação ao peso comercial da região, e o plano é dos poucos a propor mexer nisso.
- “Critérios técnicos permanentes” é a parte mais valiosa: tira a distribuição de postos da inércia e da conveniência.
- Custo baixo: é remanejamento, não expansão.

Pontos contra:

- **Reduzir 20% do efetivo nos EUA no meio de uma disputa tarifária** com o maior parceiro histórico é contraintuitivo; negociação de tarifa é trabalho diplomático intensivo, e 2025-2026 mostrou isso.
- **Boa parte do efetivo nos EUA é consular**, atendendo brasileiros (passaporte, registro, assistência). Cortar 20% sem distinguir função comercial de consular pode piorar um serviço que já tem fila.
- “Cerca de 20%” e “cerca de 10%” não vêm de diagnóstico publicado; o plano não diz quantas pessoas são nem qual a distribuição atual.

- Deslocar quadros implica custo de remoção, adaptação e, em alguns destinos, segurança, que o plano não estima.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (distribuição desalinhada do comércio); sem dado sobre a rede atual.
2. Diz como vai fazer?	2	Percentuais, origens, destinos e critérios permanentes.
3. Diz quem paga?	2	Remanejamento; custo baixo e absorvível.
4. Dá para executar?	2	Ato administrativo do Executivo.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 8,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Uma das propostas mais específicas e executáveis do plano, na direção certa; o que falta é separar diplomata de atendente consular antes de cortar 20% nos Estados Unidos em plena guerra tarifária.

Feiras Internacionais do Brasil: duas por ano em cada país prioritário



Onde está no plano: Projeto 11, seção 4, p. 148.

O que o plano promete: “Cada grande país prioritário deverá sediar ao menos duas feiras anuais do Brasil, organizadas ou coordenadas pela rede diplomática. Nos países menores, haverá ao menos uma feira anual.” Foco: industrializados, alimentos processados, proteína, agro de alto valor, tecnologia, saúde, educação, franquias, turismo, economia criativa.

Traduzindo: Uma “feira do Brasil” pelo menos duas vezes por ano nos principais mercados, organizada pela embaixada, para mostrar produtos e serviços brasileiros.

O que os dados dizem:

- A ApexBrasil já organiza a participação brasileira em feiras internacionais setoriais e foi finalista do prêmio mundial de agências de promoção comercial em 2022; em julho de 2026 anunciou plano de R\$ 130 milhões com 57 entidades setoriais para abrir mercados após o tarifaço. Fontes: [ApexBrasil](#), [memória](#) e [Brasil de Fato](#), 23/07/2026.
- A prática internacional é participar de feiras setoriais consolidadas (onde estão os compradores), não criar feiras nacionais próprias; feiras “de país” costumam atrair público geral, não comprador.

Pontos a favor:

- Meta clara e mensurável (frequência por país).
- Foco em bens industrializados e serviços, coerente com o objetivo de agregar valor à pauta.

Pontos contra:

- “Feira do Brasil” organizada pela embaixada compete com o modelo que funciona (presença em feiras setoriais) e tende a virar evento institucional sem comprador.
- Sem custo, sem fonte (a ApexBrasil é financiada por contribuição do Sistema S, com orçamento limitado).
- Não cita a ApexBrasil, que já faz o trabalho, nem diz se as feiras seriam dela ou do Itamaraty.

Falhas graves acionadas:

- Repete política existente sem reconhecer (ApexBrasil). Teto: 7,0.

Notas por critério:

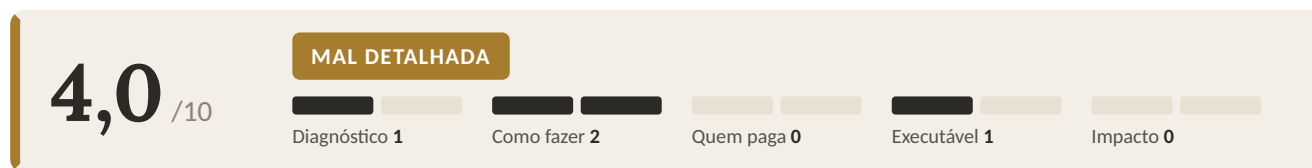
Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (baixa visibilidade); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Frequência, foco e responsável definidos.
3. Diz quem paga?	0	Nada.
4. Dá para executar?	2	Gestão.
5. Faz diferença real?	1	Setorial.

Nota final: 6,0 — Bem desenhada

EM UMA FRASE:

Meta clara, mas o modelo que atrai comprador é estar nas feiras setoriais do mundo, que a ApexBrasil já faz, e não criar feiras “do Brasil” na embaixada.

Programa Influenciadores Embaixadores do Brasil



Onde está no plano: Projeto 11, seção 6, p. 149.

O que o plano promete: “Selecionar, em cada país, ao menos 10 influenciadores nativos em países com até 50 milhões de habitantes, ao menos 20 em países maiores. Esses influenciadores serão convidados a viver experiências anuais no Brasil, com até 15 dias de imersão, incluindo passagens, hospedagem e programação oficial, mediante critérios de transparência, desempenho e compromisso institucional.”

Traduzindo: O governo paga viagem de 15 dias ao Brasil para influenciadores estrangeiros, na expectativa de que eles mostrem o país para seus seguidores.

O que os dados dizem:

- A ApexBrasil já realiza “visitas de compradores estrangeiros e formadores de opinião para conhecer a estrutura produtiva brasileira” como uma de suas plataformas de promoção. Fonte: [ApexBrasil](#). Viagens de imprensa e de criadores de conteúdo são prática comum de agências de turismo no mundo, inclusive da Embratur.
- *Análise:* com cerca de 190 países e 10 a 20 influenciadores por país, seriam 2 mil a 3 mil viagens por ano; o plano não estima o custo nem o critério de “desempenho” que justificaria repetir a viagem.

Pontos a favor:

- A lógica (“disputar narrativa, imagem e desejo”) é correta para turismo, e o instrumento é usado por concorrentes.
- Tem números (10-20 por país, 15 dias), o que permite calcular.

Pontos contra:

- **Dinheiro público pagando viagem a pessoas selecionadas por critério subjetivo** é matéria de licitação, impessoalidade e controle; o plano fala em “critérios de transparência” sem dizer quais. É o tipo de programa que rende manchete de escândalo com facilidade.
- Escala desproporcional: em vez de escolher 20 mercados emissores de turistas, propõe todos os países.
- Não cita a Embratur, que já faz isso em menor escala, nem a ApexBrasil.
- Retorno não medido: “rede espontânea de promoção” não é indicador.

Falhas graves acionadas:

- **Repete política existente sem reconhecer** (visitas de formadores de opinião, ApexBrasil e Embratur). Teto: 7,0.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (imagem); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	2	Números, duração, custeio, critérios genéricos.
3. Diz quem paga?	0	Custo não estimado.
4. Dá para executar?	1	Seleção de beneficiários pagos exige regras de licitação e credenciamento.
5. Faz diferença real?	0	Marginal.

Nota final: 4,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Viagem paga a até 3 mil influenciadores por ano, com critério de escolha indefinido e retorno não medido; a Embratur já faz isso em escala menor, e o risco de virar escândalo é maior que o de virar turista.

Duas Black Weeks do turismo brasileiro por ano



Onde está no plano: Projeto 11, seção 7, p. 149 e 150.

O que o plano promete: “Serão criadas duas Black Weeks internacionais do turismo brasileiro por ano. Em parceria com companhias aéreas, hotéis, restaurantes, operadoras e plataformas conveniadas, haverá forte redução promocional de preços. Nas cidades participantes, haverá reforço temporário de segurança, com aumento operacional de 20% a 30% do efetivo de segurança.”

Traduzindo: Duas semanas por ano em que passagens, hotéis e restaurantes ficariam mais baratos para atrair turista estrangeiro, com policiamento reforçado nas cidades.

O que os dados dizem:

- Preço de passagem, hotel e restaurante é decisão privada; o governo não fixa desconto. Promoções coordenadas existem (Black Friday do turismo, campanhas da Embratur), mas dependem da adesão voluntária das empresas.
- Reforço de 20% a 30% do efetivo de segurança é competência estadual e municipal, não federal, e tem custo (horas extras, deslocamento) que o plano não estima.

Pontos a favor:

- Reconhece que turismo internacional depende de segurança percebida, o que é correto.
- Marketing sazonal coordenado tem precedentes (semanas de gastronomia, campanhas de baixa temporada).

Pontos contra:

- **O governo não tem o instrumento.** Não pode obrigar companhia aérea ou hotel a dar “desconto robusto”; sem subsídio (que o plano não propõe), a adesão é incerta.
- Reforço policial é do estado; o plano diz “conforme planejamento federativo local”, ou seja, depende de outros.
- Turista de longa distância planeja com meses de antecedência; uma “semana” de desconto atrai principalmente quem já viria.
- Sem custo, sem meta (quantos turistas a mais), sem responsável.

Falhas graves acionadas: Nenhuma. (A nota abaixo de 4,0 define a faixa.)

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (fluxo turístico baixo); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Frequência e parcerias; sem instrumento que garanta o desconto.
3. Diz quem paga?	0	Segurança e eventual subsídio sem estimativa.
4. Dá para executar?	1	Depende de adesão privada e de governos estaduais.
5. Faz diferença real?	0	Marginal.

Nota final: 3,0 — Inviável como está

EM UMA FRASE:

O governo não manda no preço do hotel nem na polícia do estado; sem esses dois, “Black Week do turismo” é um slogan com policiamento prometido por conta de outros.

Meta: dobrar o comércio do Brasil com o mundo em oito anos



Onde está no plano: Projeto 11, seção 9, p. 150 e 151.

O que o plano promete: “Dobrar o comércio do Brasil com o mundo em oito anos; aumentar a participação de produtos industrializados, serviços e itens de maior valor agregado na pauta exportadora; elevar a presença em mercados asiáticos, árabes e africanos; transformar a diplomacia econômica em política de Estado.”

Traduzindo: Fazer o Brasil comprar e vender ao exterior o dobro do que faz hoje, em oito anos, com mais produto industrializado na conta.

O que os dados dizem:

- **A corrente de comércio (exportações mais importações) foi de US\$ 629 bilhões em 2025**, recorde da série iniciada em 1989, com exportações de US\$ 349 bilhões e importações de US\$ 280 bilhões. Fonte: [Comex do Brasil, com dados do MDIC](#). As exportações cresceram 3,5% em valor em 2025. Fonte: [Secom, 24/01/2026](#).
- **Análise:** dobrar em oito anos exige cerca de 9% ao ano em dólares. Na década de 2001 a 2011, a corrente de comércio brasileira mais que quadruplicou, puxada pelo boom de preços das commodities e pela demanda chinesa. O teto de meta implausível, portanto, não se aplica: há década com ritmo superior. A ressalva honesta é que aquele ritmo veio de preço de commodity, não de política, e em 2025 as exportações da indústria de transformação cresceram 3,8%, muito abaixo do necessário.
- A meta de “mais valor agregado” vai na direção contrária ao que a corrente fez nos últimos anos: o crescimento veio de soja, carne, petróleo e minério.

Pontos a favor:

- Meta mensurável e com prazo, o que o plano raramente oferece.
- Não é aritmeticamente inédita.
- A qualificação (“mais industrializados”) é a meta certa, ainda que a mais difícil.

Pontos contra:

- É uma meta-síntese sem instrumento próprio; os instrumentos são os das fichas anteriores, e vários deles são inviáveis (zonas francas) ou duplicados.
- Dobrar corrente é fácil de conseguir com commodity cara e câmbio; o plano não diz como mediria a parte que depende de política.
- Nenhum custo.

Falhas graves acionadas: Nenhuma.

Notas por critério:

Critério	Nota	Justificativa
1. Problema bem descrito?	1	Problema real (baixa inserção); sem dado.
2. Diz como vai fazer?	1	Meta e prazo; sem instrumento próprio.
3. Diz quem paga?	0	Nada específico.
4. Dá para executar?	2	Não exige lei.
5. Faz diferença real?	1	Meta-síntese; efeito depende das ferramentas.

Nota final: 5,0 — Mal detalhada

EM UMA FRASE:

Meta com número e prazo, o que é raro no plano, e não impossível, porque o Brasil já cresceu mais rápido que isso quando a commodity subiu; o difícil é a segunda metade da frase, “com mais indústria”, e para essa não há ferramenta.

Itens deste bloco não pontuados

- **Projeto 10, seção 4, “Ambiente favorável para produzir e exportar”** (p. 141-142): lista de cinco itens (regime tributário competitivo, redução de tributos sobre insumos, licenciamento com prazos, regulamentação digital, incentivos para tecnologia). Redução de tributos sobre insumos para exportação já existe (drawback, Recof); licenciamento com prazos está na ficha 29; o restante é princípio.
- **Projeto 10, seção 5, “Exportar tecnologia, não apenas matérias-primas”** (p. 142): lista de nove setores prioritários, sem instrumento.
- **Projeto 11, seção 10, “Embaixadas como vitrines dos grandes projetos nacionais”** (p. 151): apresentação no exterior dos projetos internos do plano (BEE, clubes, drones para proteção de mulheres, “Projeto de Lei Augusto Cury”). Não é proposta econômica.
- **Projeto 11, seção 11, “Projeto Fome Nunca Mais”** (p. 151-152): fundo internacional contra a fome. Política externa, fora do escopo econômico.
- **Tese 15, itens a, c, d, e, f** (p. 58-60): política externa geral; “expandiremos acordos comerciais” (item c) é declaração sem instrumento.

Resumo do Bloco D

Nº	Proposta	Nota	Faixa
59	Realocar diplomatas dos EUA e Europa para Ásia e Oriente Médio	8,0	Bem desenhada
52	Prazo legal para devolução de créditos ao exportador	7,0	Bem desenhada
54	Modernizar as ZPEs	7,0	Bem desenhada
58	Embaixada 4.0: metas públicas por posto	7,0	Bem desenhada
60	Feiras Internacionais do Brasil	6,0	Bem desenhada
53	Cinco Corredores Estratégicos de Exportação	5,0	Mal detalhada

Nº	Proposta	Nota	Faixa
63	Dobrar o comércio com o mundo em oito anos	5,0	Mal detalhada
55	Crédito e seguro de exportação para PMEs	4,0	Mal detalhada
61	Influenciadores Embaixadores	4,0	Mal detalhada
56	Cinco Zonas Francas de Exportação	4,0	Inviável como está (conflito jurídico, contradição)
57	Criar a agência ZONE	4,0	Inviável como está (contradição)
62	Duas Black Weeks do turismo por ano	3,0	Inviável como está

Leitura do bloco: o bloco tem as duas faces do plano lado a lado. De um lado, propostas de gestão sem custo e sem lei, que qualquer governo poderia executar no primeiro semestre: metas públicas por embaixada, realocação de diplomatas por critério técnico, destravar as ZPEs, prazo para devolver crédito ao exportador. São as melhores do bloco e entre as melhores do plano. De outro, a “espinha dorsal” declarada do Projeto 10, cinco Zonas Francas com vocação decretada, que a Constituição reformada não permite, coordenadas por uma agência nova, num plano que promete cortar estruturas. O contraste é instrutivo: onde o plano parte do que existe e propõe o ajuste (ZPE), acerta; onde inventa do zero (zonas francas, ZONE, Black Weeks), erra. E sobre a pergunta que o leitor faz ao ver “embaixadas como Sebrae”: a embaixada já é, em parte, isso, com 128 setores de promoção comercial; a novidade do plano é cobrar resultado em público, e essa novidade é boa.

Fontes citadas nesta parte

- Tax Group. Créditos tributários na reforma tributária. 12/01/2026. <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/creditos-tributarios-na-reforma-tributaria-como-ficam/>
- IVA Dual. Exportação na reforma: como garantir alíquota zero e manter créditos. Agosto de 2026. <https://ivadual.com.br/exportacao-na-reforma-como-garantir-aliquota-zero-e-manter-creditos/>
- Assertif. Reforma amplia regimes aduaneiros e acelera créditos do exportador. <https://assertif.com.br/reforma-tributaria-regimes-aduaneiros-exportacao-recof-drawback/>
- Contábeis. Créditos de PIS/Cofins na transição para CBS e IBS. 07/07/2026. <https://www.contabeis.com.br/artigos/77898/creditos-de-pis-cofins-na-transicao-para-cbs-e-ibs/>
- Pedraza Advogados. O tratamento dos créditos acumulados no pós-reforma. <https://www.pedraza.com.br/o-tratamento-dos-creditos-acumulados-de-pis-cofins-e-icms-no-pos-reforma-tributaria/>
- Comex do Brasil. Recorde de US\$ 629,1 bilhões na corrente de comércio em 2025. 07/01/2026. <https://comexdobrasil.com/apexbrasil-comemora-recorde-historico-de-us-6291-bilhoes-na-corrente-de-comercio-exterior-em-2025/>
- MDIC. Exportações alcançam US\$ 349 bi em 2025. 06/01/2026. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/exportacoes-brasileiras-alcancam-us-349-bi-em-2025-e-batem-recorde-historico>
- Secom. Brasil alcança US\$ 349 bilhões em exportações. 24/01/2026. <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/01/brasil-alcanca-us-349-bilhoes-em-exportacoes-durante-2025-e-bate-recorde-historico>
- MDIC. Como investir em ZPE (guia do CZPE). https://www.gov.br/mdic/pt-br/images/REPOSITORIO/czpe/Como_Investir_em_ZPE/ZPEa_CZPEa_INVa_Comoa_Investira_versaoa_2.pdf
- MDIC. O que são Zonas de Processamento de Exportação. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/zpe/o-que-sao-zonas-de-processamento-de-exportacao>
- ZPE Brasil. <https://zpebrasil.com.br/>

- Portos e Navios. A importância das ZPEs no Brasil. <https://www.portosenavios.com.br/artigos/artigos-de-opinioao/artigo-a-importancia-das-zonas-de-processamento-de-exportacao-no-brasil>
- Conjur. Neutralidade fiscal não é absoluta: Zona Franca de Manaus na reforma. 07/02/2026. <https://www.conjur.com.br/2026-fev-07/neutralidade-fiscal-nao-e-absoluta-zona-franca-de-manaus-na-reforma-tributaria/>
- Câmara dos Deputados. Regulamentação da reforma mantém regime especial para a ZFM. <https://www.camara.leg.br/noticias/1082458-regulamentacao-da-reforma-tributaria-mantem-regime-especial-para-a-zona-franca-de-manaus/>
- Escola Superior ESN. Zona Franca de Manaus na reforma: IBS e CBS. <https://escolasuperioresn.com.br/zona-franca-manaus-reforma-tributaria-ibs-cbs/>
- Ministério das Relações Exteriores. Promoção comercial. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/promocao-comercial>
- ApexBrasil. Memória institucional. <https://apexbrasil.com.br/memoria>
- Wikipédia. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%A2ncia_Brasileira_de_Promo%C3%A7%C3%A3o_de_Exporta%C3%A7%C3%B5es_e_Investimentos
- Brasil de Fato. ApexBrasil anuncia plano de R\$ 130 milhões. 23/07/2026. <https://www.brasildefato.com.br/2026/07/23/apexbrasil-anuncia-plano-de-r-130-milhoes-para-ampliar-mercados-e-fortalecer-as-exportacoes/>

Fim do MD-06 e das fichas. Próxima parte: MD-07, consolidação analítica: placar geral em três faixas, ranking das 63 propostas, dados descritivos, análise transversal (contradições, silêncios, padrões), glossário final e lista completa de fontes.

Ranking, Placar e Análise Transversal

As 63 propostas consolidadas

1. Como ler o ranking

Cada proposta tem uma **nota de 0 a 10**, resultado dos cinco critérios (problema bem descrito, diz como vai fazer, diz quem paga, dá para executar, faz diferença real), e uma **faixa**, que considera também as falhas graves. Os dois não são a mesma coisa, e a diferença importa:

- A **nota** mede a qualidade do desenho.
- A **faixa** mede se a proposta, como está escrita, tem condições de sair do papel.

Por isso uma proposta pode ter nota 6,0 e ainda assim aparecer como “inviável como está”: ela é bem construída, mas esbarra em uma contradição do próprio plano, num limite legal ou numa meta que nenhum país já cumpriu. E o contrário também vale: uma proposta pode ter nota 4,0 e não ser inviável, apenas mal explicada.

Além disso, este documento marca dois extremos do ranking, que são os que aparecem no vídeo:

- **Destaques positivos:** nota 7,0 ou mais.
- **Alertas:** nota 4,0 ou menos.

O corte em 4,0 (e não em 3,0) foi escolhido porque produz dois grupos de tamanho quase idêntico neste plano, o que evita que o recorte pareça montado para favorecer ou prejudicar. Ele será aplicado sem alteração a todos os candidatos da série.

2. Placar geral

63 propostas econômicas avaliadas.

Faixa	Quantidade	%
Bem desenhadas (nota $\geq 6,0$, sem falha grave)	25	39,7%
Mal detalhadas (nota 4,0 a 5,9, sem falha grave)	22	34,9%
Inviáveis como estão (nota $< 4,0$ ou com falha grave)	16	25,4%

Pelos extremos do ranking:

Grupo	Quantidade	%
Destaques positivos (nota $\geq 7,0$)	14	22,2%

Grupo	Quantidade	%
Faixa intermediária (5,0 a 6,0)	35	55,6%
Alertas (nota ≤ 4,0)	14	22,2%

Nota média do plano: 5,5. Mediana: 6,0.

Como narrar isso no vídeo, sem virar juiz: “Das 63 propostas econômicas avaliadas pelos mesmos cinco critérios, 14 ficaram com nota 7 ou mais, 14 ficaram com nota 4 ou menos, e o resto ficou no meio. A nota média do plano foi 5,5.”

3. Ranking completo das 63 propostas

Ordenado da maior para a menor nota. Em caso de empate, a ordem segue o critério de impacto e, depois, a ordem de aparição no plano.

#	Nº	Proposta	Nota	Faixa
1	18	Regularização fundiária de 5 milhões de moradias	9,0	Bem desenhada
2	59	Realocar diplomatas dos EUA e Europa para Ásia e Oriente Médio	8,0	Bem desenhada
3	29	Prazos legais para licenciamento ambiental, sanitário e outorga	7,0	Bem desenhada
4	30	Fortalecimento do pequeno produtor (Raízes do Brasil)	7,0	Bem desenhada
5	52	Prazo legal para devolução de créditos ao exportador	7,0	Bem desenhada
6	14	Banco do Empreendedor (crédito em escada, 5-6% a.a.)	7,0	Bem desenhada
7	06	Divulgar o custo de cada regime tributário especial	7,0	Bem desenhada
8	09	Metas anuais públicas por ministério e avaliação permanente	7,0	Bem desenhada
9	13	Rede de 10 mil clubes e escolas de empreendedorismo	7,0	Bem desenhada
10	21	Conselho comunitário e painel público por comunidade	7,0	Bem desenhada
11	24	Mutirão de formalização com licença em 48 horas	7,0	Bem desenhada
12	25	Transparência salarial e correção da diferença de 21%	7,0	Bem desenhada
13	54	Modernizar as Zonas de Processamento de Exportação	7,0	Bem desenhada
14	58	Embaixada 4.0: metas públicas por posto	7,0	Bem desenhada
15	19	Comunidade 4.0: urbanização das favelas	6,0	Inviável (contradição)
16	28	Dobrar a produção de alimentos em 8-10 anos	6,0	Inviável (meta)
17	33	Multiplicar por 10 a exportação de frutas em 8 anos	6,0	Inviável (meta)
18	48	Matriz energética 90% limpa até 2040	6,0	Inviável (meta)
19	01	Déficit público próximo de zero	6,0	Inviável (contradição)
20	11	FNDR com critérios técnicos	6,0	Inviável (conflito jurídico)
21	12	Criar o Ministério do Empreendedorismo	6,0	Inviável (contradição)
22	17	Bolsa Família sem punição por formalização	6,0	Bem desenhada
23	32	Expandir a irrigação, com foco no Semiárido	6,0	Bem desenhada
24	35	10 mil agroindústrias em oito anos	6,0	Bem desenhada

#	Nº	Proposta	Nota	Faixa
25	41	Programa para 10 mil novas indústrias	6,0	Bem desenhada
26	44	Ampliação de concessões e PPPs	6,0	Bem desenhada
27	47	Cumprir o Marco Legal do Saneamento	6,0	Bem desenhada
28	31	Ampliar o seguro rural (PSR)	6,0	Bem desenhada
29	10	IA contra fraudes e desperdícios	6,0	Bem desenhada
30	20	Proteção contra especulação após a regularização	6,0	Bem desenhada
31	26	Igualdade na concessão de crédito para mulheres	6,0	Bem desenhada
32	60	Feiras Internacionais do Brasil	6,0	Bem desenhada
33	23	Duplicação das principais rodovias	5,0	Inviável (sem fonte)
34	07	Carga tributária menor ao fim da transição	5,0	Inviável (contradição)
35	36	100 usinas de etanol de milho	5,0	Inviável (meta, duplicação)
36	27	Primeiro emprego com incentivo fiscal	5,0	Mal detalhada
37	34	Crédito rural: prazo, garantia, dólar, spread menor	5,0	Mal detalhada
38	45	Incentivos para armazenagem de grãos	5,0	Mal detalhada
39	53	Cinco Corredores Estratégicos de Exportação	5,0	Mal detalhada
40	02	Redução gradual da dívida pública	5,0	Mal detalhada
41	04	Avaliar impactos da reforma tributária	5,0	Mal detalhada
42	15	Meta de 10 milhões de novos empreendedores	5,0	Mal detalhada
43	22	Polos de empreendedorismo nas rodovias (BEE)	5,0	Mal detalhada
44	38	Dobrar cooperados e cooperativas em dez anos	5,0	Mal detalhada
45	39	Ecossistemas cooperativos e plataforma digital	5,0	Mal detalhada
46	46	Universalização da infraestrutura digital	5,0	Mal detalhada
47	49	Hidrogênio verde: top 3 mundial até 2035	5,0	Mal detalhada
48	50	Mercado de carbono e Pagamento por Serviços Ambientais	5,0	Mal detalhada
49	63	Dobrar o comércio com o mundo em oito anos	5,0	Mal detalhada
50	56	Cinco Zonas Francas de Exportação	4,0	Inviável (conflito jurídico + contradição)
51	03	Reforma administrativa	4,0	Mal detalhada
52	40	Criar a ANCOOP	4,0	Inviável (contradição)
53	57	Criar a agência ZONE	4,0	Inviável (contradição)
54	16	Financiar programas com lucros das estatais	4,0	Inviável (contradição)
55	08	Governo totalmente digital	4,0	Mal detalhada
56	37	Centros regionais de proteína animal	4,0	Mal detalhada
57	42	Política nacional de semicondutores	4,0	Mal detalhada
58	43	Indústria farmacêutica e biotecnologia	4,0	Mal detalhada
59	51	PETRA-BR: terras raras	4,0	Mal detalhada
60	55	Crédito e seguro de exportação para PMEs	4,0	Mal detalhada
61	61	Influenciadores Embaixadores do Brasil	4,0	Mal detalhada

#	Nº	Proposta	Nota	Faixa
62	05	Pacto federativo pró-municípios	3,0	Inviável (contradição)
63	62	Duas Black Weeks do turismo por ano	3,0	Inviável

4. Ficha-padrão do plano (o parâmetro de comparação entre candidatos)

Esta é a página que se repete, idêntica, em cada documento da série. Ela permite que o leitor compare planos diferentes sem precisar ler as fichas, e permite que o vídeo mostre números lado a lado quando todos os candidatos tiverem sido analisados.

Plano: O Brasil dos Nossos Sonhos — Augusto Cury (Avante) **Tamanho:** 200 páginas · **Bloco econômico avaliado:** 63 propostas

Indicador	Resultado	O que significa
Nota média	5,5	Qualidade média do desenho das propostas
Nota mediana	6,0	A proposta “do meio” do plano
Bem desenhadas	25 (39,7%)	Prontas para virar política
Mal detalhadas	22 (34,9%)	Boa direção, faltam informações
Inviáveis como estão	16 (25,4%)	Esbarram em contradição, lei ou meta impossível
Traz dado verificável no diagnóstico	8 de 63 (12,7%)	O plano quase nunca sustenta o problema com número
Tem meta, prazo e ferramenta	13 de 63 (20,6%)	Uma em cada cinco propostas diz como fazer
Estima o custo em reais	4 de 63 (6,3%)	Só o Projeto 5 e o Banco do Empreendedor trazem cifra
Não diz quem paga	41 de 63 (65,1%)	Dois terços das propostas não têm origem de recurso
Executável sem lei nova	40 de 63 (63,5%)	Boa parte depende só de gestão e decreto
Impacto estrutural	29 de 63 (46,0%)	Quase metade mexe na economia inteira
Propostas de continuidade explícita	0	O plano nunca diz que manteria uma política existente
Metas com número	21	Volume alto de metas quantificadas

Falhas graves acionadas (uma proposta pode acionar mais de uma):

Falha grave	Propostas afetadas
Repete política existente sem reconhecer	37
Contradição direta com outra proposta do plano	9
Meta acima de qualquer ritmo histórico	4
Conflito com lei ou norma em vigor	2
Custo relevante sem nenhuma origem de recurso	1

O número que salta é o primeiro: **37 das 63 propostas (59%) descrevem como novidade uma política, lei ou programa que já está em vigor**, sem mencioná-lo. Esse é o traço mais marcante deste plano, e é exatamente o tipo de indicador que só aparece quando se compara candidato com candidato: um plano de oposição tende a marcar alto aqui, e um plano de incumbente tende a marcar alto em “continuidade explícita”, que aqui deu zero.

5. Análise transversal: o que atravessa o plano inteiro

5.1 A conta que não fecha

Quatro promessas do plano são aritmeticamente incompatíveis entre si, e são a causa de 9 das 16 propostas classificadas como inviáveis:

1. **Déficit público próximo de zero** (p. 36).
2. **Carga tributária menor** ao fim da transição da reforma (p. 38).
3. **Mais recursos para os municípios**, tirados da União (p. 37-38).
4. **Programas novos** que somam, só nos que têm cifra, R\$ 145 a 280 bilhões em dez anos (Projeto 5), além de duplicação de rodovias, 10 mil indústrias, 10 mil agroindústrias, fundo de crédito de R\$ 30 a 50 bilhões e subsídio de juros não estimado.

Menos imposto, mais gasto, menos receita federal e contas equilibradas ao mesmo tempo exigiriam um corte de despesa que o plano não nomeia em nenhuma das 200 páginas. E a maior despesa do orçamento, a Previdência, com déficit de R\$ 317 bilhões em 2025, não é mencionada uma única vez.

5.2 O Estado que encolhe e cresce ao mesmo tempo

O plano promete, na página 37, “simplificar estruturas” e “eliminar sobreposições de funções”. E cria, ao longo do documento, **três estruturas novas**: o Ministério do Empreendedorismo (que já existe desde 2023), a Autoridade Nacional do Cooperativismo (num setor que já tem Banco Central, lei própria e autorregulação financiada pelas próprias cooperativas) e a agência ZONE (em funções já exercidas por CZPE, Camex, ApexBrasil e MDIC). As três estão entre as piores notas do plano.

5.3 O plano foi escrito a partir do desejo, não do inventário

É a explicação mais provável para as 37 duplicações. O documento descreve o que o país deveria ter, sem checar o que o Estado já faz. Alguns exemplos verificáveis em um clique:

- Propõe criar um **Ministério do Empreendedorismo** que existe desde setembro de 2023 (Lei 14.816/2024).
- Diz que o Bolsa Família “**pune**” quem assina carteira, quando a Regra de Proteção existe desde 2023 exatamente para evitar isso.
- Promete **abrir empresa em 48 horas** num país onde a média já é 21 horas e o MEI abre na hora.
- Promete levar o Brasil ao **topo do governo digital**, onde a OCDE diz que ele já chegou em 2025.
- Promete **transparência salarial** usando o dado de 21% que é produzido pela lei de 2023 que ele promete criar.
- Promete **regulamentar o mercado de carbono**, que é lei desde 2024, e criar um **PSA** que é lei desde 2021.
- Promete uma **política de semicondutores** que existe desde 2007.
- Promete o **marco do hidrogênio** e os incentivos que já somam R\$ 18,3 bilhões desde 2024.

O efeito prático é duplo: perde-se a chance de dizer o que faria de diferente, e perde-se credibilidade quando o adversário aponta o óbvio.

5.4 Os números redondos

O plano repete a mesma estrutura de meta: um número grande e redondo, sem prazo ou sem estudo. Dez mil clubes, dez mil indústrias, dez mil agroindústrias, dez mil cooperativas, dez milhões de empreendedores, cem usinas, um milhão de barracas, dobrar alimentos, dobrar cooperados, dobrar comércio, multiplicar frutas por dez, 90% de matriz limpa. Quatro dessas metas exigem ritmo que nenhuma década da história brasileira alcançou. Outras duas, ironicamente, já estão sendo cumpridas sozinhas pela tendência atual (10 milhões de empreendedores e 54 milhões de cooperados), o que as torna metas sem esforço.

5.5 O que o plano faz de melhor

É justo registrar o padrão inverso. As propostas mais bem avaliadas têm três coisas em comum: **custam pouco, dependem só de gestão e produzem transparência**. Metas públicas por ministério, painel de gastos por comunidade, divulgação do custo de cada benefício tributário, metas por embaixada, prazo para devolver crédito ao exportador, prazo para licenciar. Um governo que executasse apenas essa lista, e nada mais, entregaria mais do que a média dos governos entrega, e sem gastar quase nada.

E há uma proposta que se destaca de todas: a **regularização fundiária do Projeto 5**, única do plano com meta, prazo, ferramenta legal existente, custo estimado, riscos reconhecidos e salvaguardas desenhadas.

5.6 Silêncios

Não aparecem em nenhuma das 200 páginas: **Previdência**, política monetária e metas de inflação, câmbio, reforma trabalhista, e a relação entre o controle armado de territórios e os programas que o plano quer levar às favelas.

6. Os quatro destaques do vídeo

A escolha é mecânica, não editorial. Regra, aplicada igual a todos os candidatos da série:

Entram no vídeo **as duas propostas de maior nota e as duas de menor nota**, considerando apenas propostas com impacto setorial ou estrutural (critério 5 igual ou maior que 1). Empates se resolvem pelo maior impacto e, depois, pela ordem de aparição no plano.

O filtro de impacto existe porque uma proposta de efeito marginal não merece trinta segundos de vídeo em nenhum plano, seja para elogio ou para crítica. Ele será aplicado a todos os candidatos.

Positivos:

Nº	Proposta	Nota	Por que entra
18	Regularização fundiária de 5 milhões de moradias	9,0	Maior nota do plano
59	Realocar diplomatas para Ásia e Oriente Médio	8,0	Segunda maior nota

Negativos:

Nº	Proposta	Nota	Por que entra
62	Duas Black Weeks do turismo por ano	3,0	<i>Excluída pelo filtro de impacto (critério 5 = 0)</i>
05	Pacto federativo pró-municípios	3,0	Menor nota com impacto estrutural
56	Cinco Zonas Francas de Exportação	4,0	Segunda menor com impacto estrutural

Ordem sugerida no vídeo (intercalada, começando pelo positivo): 18 → 05 → 59 → 56 → balanço → CTA.

Uma observação honesta sobre esta seleção

A regra mecânica protege você da acusação de ter escolhido a dedo. Mas ela deixa de fora o achado mais forte do documento: **o Ministério do Empreendedorismo que o plano promete criar já existe desde 2023**. Essa proposta ficou com nota 6,0, no meio do ranking, porque a ideia em si não é ruim; o que é ruim é o diagnóstico.

A solução correta não é forçá-la para dentro dos destaques, e sim **citá-la na abertura, junto do placar**, como dado descritivo do plano: “37 das 63 propostas descrevem como novidade algo que já existe, incluindo um ministério criado em 2023”. Isso mantém a regra intacta e não perde a informação.

7. Como contestar

Qualquer pessoa, inclusive a campanha, pode apontar erro factual, citação fora de contexto, link quebrado ou nota que considere injusta. Correções factuais entram no documento com registro de versão. Discordâncias de nota são publicadas em seção própria, com a posição de quem contesta e a resposta, sem alteração da nota, salvo se ficar demonstrado erro na aplicação do método.

Canal: [a definir]

8. Registro de versões

- **v1.0** — setembro/2026. Metodologia e fichas-modelo.
- **v1.1** — setembro/2026. Quatro ajustes de método incorporados durante a aplicação (teto de duplicação não altera faixa; custo desprezível com estrutura existente pontua 2; declaração de princípio não recebe ficha; contradição interna atinge apenas as propostas do conflito). Documento completo com 63 fichas.

9. Nota sobre as fontes

Cada ficha traz suas fontes ao final do bloco correspondente (MD-01 a MD-06), com link direto e data de acesso. Todo trecho citado do plano tem link para a página exata do PDF público. Nenhuma afirmação com número neste documento depende apenas da palavra do autor: ou tem fonte primária, ou está marcada como *análise*, indicando que é conta ou leitura própria a partir dos dados citados.

Fim do MD-07 e do documento. Próximo passo: consolidação em PDF único (capa, sumário, MD-00 a MD-07, identidade visual) e, em seguida, roteiro do vídeo de 3 minutos.

Adendo: Destaque de inovação (escolha editorial)

Além dos quatro destaques selecionados mecanicamente pelo ranking (duas maiores e duas menores notas com impacto), o vídeo desta série traz um quinto item: o **Destaque de inovação**. Ele não segue a rubrica. É uma escolha editorial declarada do autor, que busca a ideia mais original do plano, independentemente da nota, por entender que originalidade merece registro mesmo quando a proposta chega mal explicada ou sem custo.

Neste plano, o Destaque de inovação é o BEE, Brasil Empreendedor nas Estradas (ficha 22, nota 5,0). É a única proposta do documento sem equivalente em outro plano de governo brasileiro: polos de comércio para pequenos produtores ao longo das rodovias, operados por parceria privada, com precedente real e bem-sucedido no Japão (as cerca de 1.220 estações *michi-no-eki*). A ficha registra por que a nota é baixa: "a cada 12 km" e "um milhão de barracas" são números de discurso, sem estudo de tráfego, demanda ou custo. Mas a ideia, dimensionada como piloto em rodovias concedidas, valeria ser testada por qualquer governo.

Regra para os demais candidatos: cada documento da série terá um Destaque de inovação, sempre identificado como escolha editorial, sempre com a nota real da proposta ao lado, para que o leitor saiba que originalidade e qualidade de desenho são coisas diferentes.

SOBRE O AUTOR



Prof. Edgar Abreu

Economista, educador e empreendedor

Mais de 20 anos de atuação nos mercados financeiro, de educação e de tecnologia, sempre na mesma fronteira: transformar conhecimento técnico em algo que as pessoas consigam usar.

Mestre em Economia pela FGV e graduado em Matemática pela PUCRS, com especializações em Finanças e Investment Banking e o programa executivo AI Strategy for Business Leaders, da Harvard University. Começou no sistema financeiro, no Banrisul, em funções de gestão, análise financeira e segurança da informação, e levou essa experiência prática para a sala de aula.

Foi pioneiro da educação financeira digital no Brasil. Estima-se que sete em cada dez profissionais certificados do mercado financeiro brasileiro, em bancos, corretoras, assessorias e consultorias de investimento, passaram por suas aulas.

Cofundou a Casa do Concurseiro e fundou a EA Certificações, referências em educação profissional adquiridas pelo Grupo UOL, onde atuou como executivo do UOL EdTech. Participou da criação de um novo modelo de educação executiva digital e do primeiro grande modelo de OPM (Online Program Management) do país, em parceria com a PUCRS Online, que redesenhou as pós-graduações digitais da instituição.

Em 2021 fundou a 4U EdTech, que saiu de uma operação de quatro pessoas para mais de 100 mil alunos ativos e R\$ 40 milhões de faturamento anual, consolidando-se entre as principais edtechs independentes do país. Hoje é fundador e CEO da GoAble, dedicada ao desenvolvimento e à implementação de soluções de inteligência artificial aplicadas aos negócios.

FORMAÇÃO

- Mestre em Economia — FGV
- Graduado em Matemática — PUCRS
- Especializações em Finanças e Investment Banking
- Formação em Educação a Distância
- AI Strategy for Business Leaders — Harvard University

TRAJETÓRIA

- Banrisul: gestão, análise financeira e segurança da informação
- Cofundador da Casa do Concurseiro; fundador da EA Certificações (adquiridas pelo Grupo UOL)
- Executivo do UOL EdTech
- Cocriador do primeiro grande modelo de OPM do país, com a PUCRS Online
- Fundador da 4U EdTech (2021)
- Fundador e CEO da GoAble (IA aplicada aos negócios)

FALE COM O AUTOR

E-mail edgar@goable.ai
Instagram [@prof.edgarabreu](https://www.instagram.com/prof.edgarabreu)
LinkedIn [/in/profedgarabreu](https://in.linkedin.com/in/profedgarabreu)

"Esta série nasceu de uma pergunta simples: o que está escrito, de verdade, nos planos de governo? Eu quis ler tudo, aplicar o mesmo método a todos os candidatos e traduzir para quem não tem tempo nem obrigação de ler 200 páginas. Não tenho partido, não recebo de campanha e não indico voto. O que ofereço é método público, fontes abertas e a minha leitura, separada do que foi medido. Se você encontrar um erro, me escreva: correções serão públicas."

Assinatura do autor · Planos de Governo Traduzidos · Eleições 2026

Documento independente. As opiniões são pessoais e estão identificadas como tal; as notas seguem a metodologia publicada na Parte 0. Canal de contestação e correções: edgar@goable.ai.

Edgar Abreu